

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
POLÍTICA, MOVIMENTOS POPULACIONAIS E SOCIAIS
LINHA DE PESQUISA
FRONTEIRAS, POPULAÇÕES E BENS CULTURAIS

ANGÉLICA KOHLS SCHWANZ

**FLORESTAMENTO – DESENRAIZAMENTO:
a transformação da paisagem nos pampas e a identidade do gaúcho**

Maringá - PR
2010

ANGÉLICA KOHLS SCHWANZ

**FLORESTAMENTO – DESENRAIZAMENTO:
a transformação da paisagem nos pampas e a identidade do gaúcho**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, Linha de pesquisa: Fronteiras, populações e bens culturais. Área de Concentração: Política, movimentos populacionais e sociais. Requisito para a obtenção do título de Mestre em História. Orientação Prof^ª. Dra. Silvia Helena Zanirato.

Maringá - PR
2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

S398f Schwanz, Angélica Kohls
Florestamento - desenraizamento : a transformação da paisagem nos pampas e a identidade do gaúcho / Angélica Kohls Schwanz. -- Maringá, 2010.
216 f. : figs.

Orientador : Prof^a. Dr^a. Silvia Helena Zanirato.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

1. Paisagem - Pampa rio-grandense - Rio Grande do Sul - Brasil. 2. Identidade - Gaúcho - Pampa rio-grandense - Rio Grande do Sul - Brasil. 3. Florestas - Extração de celulose - Rio Grande do Sul - Brasil - História. 4. Silvicultura - Rio Grande do Sul - Brasil - História. 5. Patrimônio ambiental. 6. Memória cultural. 7. Paisagem e identidade. 8. Patrimônio cultural. I. Zanirato, Silvia Helena, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 21.ed. 363.69098165

FOLHA DE APROVAÇÃO

Angélica Kohls Schwanz

Florestamento - desenraizamento: a transformação da paisagem nos pampas e a identidade do gaúcho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, Linha de pesquisa: Fronteiras, populações e bens culturais. Área de Concentração: Política, movimentos populacionais e sociais. Requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho à minha família.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em História – PPH, pela oportunidade de realizar o curso de mestrado.

À Fundação Araucária, pela concessão da bolsa de pesquisa que permitiu o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos meus pais, Cecília e Alexandre que mesmo estando distantes, se fizeram presentes nos momentos de dificuldades.

Ao meu marido Getúlio, pelo amor, carinho e paciência.

À minha irmã Jesa, pela ajuda e carinho nos momentos de dúvida.

À minha irmã Andréa pela companhia virtual quase que diária.

Às minhas sobrinhas Julia e Helena, por fazerem da vida uma alegria constante.

À minha orientadora, Silvia Helena Zanirato, pela confiança e carinho.

Aos moradores da área em estudo, que dispuseram do seu tempo para contribuir com este trabalho, além de alguns almoços com a culinária gaúcha: José Goulart, Vitor Ramil, Maria Luisa Farias, Eron Mattos, Lisandro Amaral, Vanderci Vieira, José Manoel Aguilar, Cléber dos Santos Vianna, Pedro Peres Mendes, José e Maria Cardozo e Marlon Alves Greco e Milton Moraes Almeida.

Ao funcionário da empresa VCP, Cristiano Souza, pela disposição em contribuir para esse trabalho.

Aos professores Maria Letícia Mazzucchi Ferreira (UFPel) e Lúcio Tadeu Mota (UEM), que compuseram a banca de qualificação, pela contribuição a essa dissertação.

Aos meus colegas de curso, especialmente da Linha de Fronteiras, Populações e Bens Culturais: Luciélen, Iraci, Amanda, Glauco, Renato, Alessandra e Nadia.

À minha amiga e colega Veroni, pelas discussões sobre Patrimônio Cultural.

“[...] Sempre vivi *de a* cavalo
Porque o meu povo é assim
Alma costeando horizontes
E campos dentro de mim [...]”

Eron Vaz Mattos

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir as implicações sobre a identidade do gaúcho, a partir das transformações na paisagem do Pampa rio-grandense, localizado na chamada “metade sul” do Rio Grande do Sul. As transformações foram intensificadas a partir do ano de 2004, com o anúncio da ampliação das plantações de florestas para extração de celulose. Parto do pressuposto de que a identidade do gaúcho e a relação que este possui com o meio estão de tal forma enraizadas em seu fazer, que uma mudança radical como a que tem sido processada naquele espaço, poderá afetar seu modo de se situar no mundo. A paisagem é entendida a partir de uma abordagem cultural, portanto se constitui na relação com o homem. Para apreender essa relação foram utilizados, a partir de minha inserção no local, os relatos orais dos moradores da região. Compreender como essas transformações ocorrem a partir do olhar dos moradores permite avaliar a amplitude dos impactos das monoculturas na constituição de suas memórias e identidades.

Palavras-chave: Paisagem. Identidade. Memória. Pampa. Gaúcho.

ABSTRACT

The goal of this paper is to discuss the implications of the identity of the gaucho, from changes in the landscape of the Pampa rio-grandense, located in the "southern half" of Rio Grande do Sul. The changes were accelerated from the year 2004, with the announcement of the expansion of plantation forests for the extraction of cellulose. I assume that the identity of the gaucho and the relationship this has with the environment are so rooted in their making, that radical change as it has been processed in that space, can affect your way to fall in the world. The landscape is understood from a cultural approach therefore consists in the relationship with the man. To apprehend this relationship were used, from my insertion site, the oral reports of local residents. Understanding how these transformations occur through the eyes of residents to assess the extent of the impacts of monocultures in the formation of memories and identities.

Keywords: Landscape. Identity. Memory. Pampa. Gaucho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Recorte espacial entrevista - s/ escala indicada	28
Figura 2. Campos a perder de vista.....	29
Figura 3. Prova campeira - Festa do Churrasco – Bagé.....	59
Figura 4. Bioma Pampa /Sem escala.....	60
Figura 5 – Área de pastizales Del Cono Sur	61
Figura 6. Região Cultural 1	65
Figura 7. Fazenda Santa Rosa (VCP) - RS 473.....	109
Figura 8. Bioma Pampa /Sem escala.....	117
Figura 9 - Ampliação RBMA fase VI /Sem escala.....	118
Figura 10. Biomas - Sem escala	124
Figura 11. Área de plantio /Escala indicada.....	125
Figura 12. Fazenda Recanto dos Paz (VCP)	135
Figura 13- Fazenda Santa Heloísa (VCP) - Pedras Altas.....	136
Figura 14 - Fazenda Santa Heloísa (VCP) - Pedras Altas.....	137
Figura 15. Emas - Localidade Vila da Lata – Aceguá	139
Figura 16. Imagem aérea - Fazenda Liscano II (VCP)- margem do Rio Piratini.....	147
Figura 17. Pórtico Fazenda Liscano II (VCP) - Arroio Grande	149
Figura 18. Detalhe do telhado em “quatro águas”	150
Figura 19. Monumento ao Forte São Gonçalo - Fazenda Liscano II (VCP)- Arroio Grande	151
Figura 20. Menininha pilchada – Expofeira de Herval.....	158
Figura 21. Paleteada – Expofeira de Herval.....	159
Figura 22. Mateada - FEOVELHA - Pinheiro Machado	160
Figura 23. Mate Chimarrão - FEOVELHA - Pinheiro Machado	161
Figura 24. Gaúcho a cavalo - Bagé.....	163
Figura 25. José Goulart	164
Figura 26. Detalhe do chapéu, rebenque e estribo.....	166
Figura 27. Sede da Fazenda Perau da Águia.....	168
Figura 28. Fazenda Perau da Águia - Pinheiro Machado.....	171
Figura 29 - Fazenda Perau da Águia – divisa com fazenda Alegrias (VCP)	172
Figura 30. Porteira da Fazenda Minuano	174
Figura 31 - Porteira da Fazenda Nossa Senhora de Guadalupe (VCP).....	176
Figura 32. Fazenda Álamos (VCP) - Pinheiro Machado	179

Figura 33. Vista da Fazenda Santa Heloísa (VCP) - Pedras Altas	182
Figura 34. Vista de cima da sede Fazenda Santa Heloísa - Pedras Altas	183
Figura 35. Fazenda Perau da Águia – Pinheiro Machado	184
Figura 36. A continuação da tradição	185

LISTA DE SIGLAS

ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas.
AGEFLOR – Associação Gaúcha de Empresas Florestais.
APP – Área de Preservação Permanente.
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente.
CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente.
CN – RBMA – Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.
CTG – Centro de Tradições Gaúchas.
EIA – Estudo de Impacto Ambiental.
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental.
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
FETAG – Federação do Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.
FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.
ICH – Instituto de Ciências Humanas.
ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
LEPAARQ – Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia.
MAB – Programa *Man and the Biosphere*(O Homem e a Biosfera) da UNESCO.
MMA – Ministério do Meio Ambiente.
MPE – Ministério Público Estadual.
MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho.
PROFLORA – Programa de Financiamento Florestal Gaúcho.
RBMA – Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental.
RS – Rio Grande do Sul.
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta.
UFPel – Universidade Federal de Pelotas.
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

URCAMP – Universidade da Região da Campanha.

VCP – Votorantim Celulose e Papel.

ZAS – Zoneamento para a Atividade da Silvicultura.

ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PARTE I - REFERENCIAIS TEÓRICOS E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA	29
CAPÍTULO 1. IDENTIDADE E PAISAGEM	30
1.1 O gaúcho e a paisagem do pampa	30
1.2 Identidade	34
1.3 A paisagem e a construção da identidade	50
CAPÍTULO 2. A PAISAGEM DO PAMPA E A IDENTIDADE DO GAÚCHO	59
2.1 Caracterização da paisagem do pampa gaúcho	60
2.2 Identidade do gaúcho - construção ou invenção?	66
CAPÍTULO 3. MEMÓRIA E LITERATURA: REPRESENTAÇÕES DO GAÚCHO E DA PAISAGEM DO PAMPA	84
3.1 A memória coletiva e o mito	84
3.2 A literatura e a permanência do mito	87
3.2.1 A literatura no rio grande do sul em fins do século xix e início do século xx ...	87
3.2.2 O gaúcho e a paisagem do pampa: representações literárias	95
PARTE II - AS MONOCULTURAS E A TRANSFIGURAÇÃO DA PAISAGEM	109
CAPÍTULO 4. A IMPLANTAÇÃO DAS MONOCULTURAS DE ÁRVORES EXÓTICAS NO PAMPA RIO-GRANDENSE: UM PATRIMÔNIO AMEAÇADO	110
4.1 A paisagem como patrimônio	111
4.2 O pampa gaúcho – um patrimônio ameaçado	114
4.2.1 Silvicultura no Brasil	119
4.2.2 As monoculturas de eucalipto no século xxi - ampliação da base florestal no estado do Rio Grande do Sul	121
4.2.3 As monoculturas de exóticas e o meio.....	131

CAPÍTULO 5. O ESPAÇO TRANSFIGURADO: Memória e imagem.....	153
5.1. Quem é o gaúcho do pampa? Ele existe?	157
5.2 A transformação da paisagem e o gaúcho.....	169
5.3 Florestamento – desenraizamento.....	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
REFERÊNCIAS E FONTES	200

INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi resultado de uma vivência. Em 2004 comecei a perceber que profundas transformações estavam ocorrendo na chamada Metade Sul do Rio Grande do Sul (que coincide com a área de abrangência do Bioma Pampa). Na região predominava, desde sempre, uma paisagem de campos ou savana estépica e havia transformações consequentes da implantação de três grandes projetos de expansão da base florestal do Rio Grande do Sul, para extração de celulose e papel. As empresas plantavam, naquele espaço, o eucalipto e a acácia, duas espécies de árvores exóticas do Brasil, úteis para a produção da pasta de celulose.

Essa percepção teve início a partir de minha inserção em um Programa de Educação Patrimonial na Universidade Federal de Pelotas¹. Minha vivência até então, em uma região extremamente urbana, pouco havia me proporcionado contato com a cultura do gaúcho e com o seu modo de vida. A princípio essa realidade parecia se restringir a uma região específica do Estado - a Campanha -, restando às outras regiões a absorção de alguns hábitos, como tomar chimarrão e fazer churrasco, assim como empregar algumas palavras do vocabulário gaúcho.

Desde o início do século XX o Pampa tem sofrido transformações decorrentes da industrialização, da decadência da pecuária e da introdução de lavouras de arroz. Essas mudanças, porém, pouco modificaram a paisagem, pois se fizeram lentamente. A partir de

¹ Entre 2005 e 2006 participei como coordenadora do *Memorar*, Programa Regional de Educação Patrimonial, resultante do convênio “Arqueologia e Educação Patrimonial na Região Sul do Rio Grande do Sul”, firmado entre o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ/ICH/UFPel) e a Votorantim Celulose e Papel (VCP). Este convênio teve início no ano de 2005, abrangendo as cidades de Aceguá, Arroio Grande, Bagé, Candiota, Capão do Leão, Cerrito, Herval, Hulha Negra, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado e Piratini, as quais fazem parte da área de plantio da VCP. O objetivo do projeto era desenvolver o mapeamento arqueológico da região afetada pelo plantio da referida empresa. Junto ao mapeamento, por exigência da Portaria nº 230, parágrafo 7º, do artigo 6º, emitida pelo IPHAN em 2002, é necessário que sejam incluídas atividades de Educação Patrimonial.

2004, essas transformações se intensificaram com o plantio de árvores exóticas – eucalipto e acácia – para a extração de celulose. De um mês para o outro a linha do horizonte desaparecia da vista do observador, encoberta pelas árvores que alteravam também as cores da paisagem, que ia do tradicional verde do campo para o vermelho e verde escuro que essas plantas apresentam em sua fase de crescimento.

A percepção das modificações estimulou a pesquisa e me levou a refletir sobre a relação entre o gaúcho e a paisagem rural do Pampa rio-grandense, as transformações nessa paisagem e as possíveis implicações na identidade gaúcha advindas dessas mudanças. Meu ponto de partida foi a consideração de que a paisagem é um constructo cultural que age sobre a nossa percepção como uma base para evocação da memória, e que a construção das identidades se dá subjetivamente na relação do homem com a cultura e o meio em que vive. Assim, procurei investigar até que ponto as transformações na paisagem podem influenciar o modo de ser do gaúcho.

Para isso, estabeleci um limite espacial de análise. A área diretamente afetada pela plantação de árvores exóticas se estende por 56 municípios e, de acordo com os Estudos de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) apresentados pelas empresas, está previsto o plantio de cerca de 420 mil ha (EIA-RIMA VCP, 2007; EIA-RIMA Derflin/Stora Enzo; EIA-RIMA Aracruz, 2007).

Ao considerar a amplitude da área em estudo restringi a investigação na região sul do Estado, onde se iniciou o processo de intensificação do plantio de eucaliptos pela Votorantim Celulose e Papel (VCP).

Os critérios para a definição da área de estudo foram dados pelo tempo de plantio das papeleiras. A região que selecionei é composta por municípios que outrora eram campos de pastagem de gado e tiveram um plantio de árvores anterior aos demais municípios que

possuem estas características. O crescimento das árvores mais rapidamente transformou a paisagem e bloqueou a percepção da linha do horizonte.

Chamo a atenção para o fato de que a região chamada Campanha abrange outros municípios que não estão inseridos em meu objeto de estudo, pois, ainda que também estejam sendo afetados pelo monocultivo de árvores, esse plantio é mais recente.

Assim, a área definida compreende um polígono formado por 17 municípios limitados por: Jaguarão – ao sul; Rio Grande – à Leste; Bagé – a oeste e Canguçu – ao Norte (Ver fig. 1).

A partir da importância do meio em que vivemos e da memória individual ou de grupo, procurei estudar a forma como mudanças aceleradas na conformação de uma paisagem podem afetar a constituição das memórias e, conseqüentemente, a construção de suas identidades.

Para a compreensão do conceito de paisagem considerei que esta existe na interação com o homem, é uma construção cultural, assim como a soma de vários momentos históricos (CLAVAL, 1999; SANTOS, 1996, 1997; COSGROVE, 1998).

Para o trato com a identidade considerei que na atualidade não há apenas uma identidade fixa e imutável. Elas são múltiplas e construídas ao longo de nossa vivência, na relação com o outro, com a diferença (HALL, 2006; BAUMAN, 2005; CASTELLS, 2002).

Para o trato com a memória avaliei que a mesma necessita de uma base espacial, pois de acordo com Halbwachs cada sociedade recorta o espaço a sua maneira [...] de modo a constituir um quadro fixo onde encerra e localiza suas lembranças (HALBWACHS, 1990, p. 160). Assim como a memória é constituída pelos acontecimentos, que podem ter sido vividos ou não, ela é também constituída por *personagens e lugares*. Esses personagens, assim como os acontecimentos podem ser encontrados realmente ou pertencer a outro espaço-tempo, e mesmo assim se tornar quase que conhecidos (POLLAK, 1992, p. 2). Já os lugares nos

remetem ao fato em si, ao acontecimento. Os sabores, os cheiros, a paisagem, são elementos evocativos da memória de determinado grupo ou pessoa.

Quando nos deparamos com um meio material transfigurado pode haver uma desestabilização, pois “antes de a ele nos adaptarmos, atravessamos um período de incerteza, como se houvésssemos deixado para trás toda a nossa personalidade”, pois “cada objeto encontrado, e o lugar que ocupa no conjunto, lembram-nos uma maneira de ser comum a muitos homens” (HALBWACHS, p. 131- 132). A memória necessita de um meio estável para ser evocada. “Nós nos adaptamos longamente ao nosso meio, é preciso que algo dele permaneça para que reconheçamos nosso esforço e sejamos recompensados com estabilidade e equilíbrio” (BOSI, 2003, p. 447).

Também considerei importante compreender os processos de enraizamento, desenraizamento do sujeito em relação ao território em que habita. Para isso fundamentei minha análise nos estudos de Simone Weil e Ecléa Bosi. Para Weil “O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (WEIL, 2001, p. 43).

O desenraizamento é pensado como uma possibilidade, haja vista a introdução de monoculturas, que além de causar danos ao meio ambiente, – por ser uma região predominantemente de campos – se estabelece como dominação econômica. Para Bósi “a dominação econômica de uma região sobre outra no interior de um país causa a mesma doença” que as conquistas coloniais ou militares “ao mesmo tempo, destruindo raízes, tornando os nativos estrangeiros em sua própria terra [...] no campo brasileiro, a conquista acontece sob as formas de monoculturas e pastagens” (BOSI, 23-24, 2003, 176).

Para o estudo da identidade do gaúcho, associada a uma dada paisagem, utilizei como fonte a Literatura regionalista dos escritores João Simões Lopes Neto, Érico Veríssimo, Apolinário Porto Alegre, Barbosa Lessa, José de Alencar, Cyro Martins e Vitor Ramil. Também me vali de relatos de viajantes como August de Saint-Hilaire, que discorre sobre o modo de ser gaúcho e o associam à paisagem do Pampa.

A Literatura se constitui em uma fonte para a História e ambas as modalidades se apresentam como representações do real. O texto literário revela e insinua as verdades da representação ou do simbólico através dos fatos criados pela ficção. Para analisá-la é necessário considerar as condições de produção do escrito tais como meio sócio-político, o nível de envolvimento do literato em questões de seu tempo, o estilo vigente, o gênero da obra, as instituições em que o escritor estava vinculado ao escrever, etc.

Para discorrer sobre o papel da Literatura na produção do conhecimento histórico utilizo como referenciais teóricos os estudos de Sandra Jatahy Pesavento, Viviane Azevedo e Durval Muniz Albuquerque Junior, que consideram a Literatura como fonte privilegiada para o historiador. A Literatura é aqui considerada como uma narrativa que se aproxima da História, pois ambas se apresentam como representações do mundo social, ainda que se valham de métodos e técnicas diferentes (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).

Ao discutir a formação da identidade e suas origens a partir da Literatura concordo com Sandra Pesavento para quem “a literatura é [...] uma fonte para o historiador [...], porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam. [...]”, pois “a coerência de sentido que o texto literário apresenta é o suporte necessário para que o olhar do historiador se oriente para outras tantas fontes e nelas consiga enxergar aquilo que ainda não viu” (PESAVENTO, 2006, s/p).

As representações literárias são trabalhadas neste texto, em particular as que discorrem sobre a constituição do gaúcho, associado a uma paisagem de campos. Procuo verificar como

essa representação se aproxima do discurso historiográfico e do discurso oficial e assim constatar a associação entre homem e meio e a formação da(s) identidade(s).

Segundo Viviane Azevedo:

A obra literária como documento da história ou a história de um dado contexto vivenciado pelo autor, leva à necessidade de um termo que rotule a escrita da obra. Essa preocupação nada mais faz do que expor a proximidade entre história e literatura, não importando o termo ou expressão utilizada na tentativa de classificação de tal narrativa (AZEVEDO, 2006, s/p).

Argumenta essa pesquisadora que na literatura podem coexistir vários mundos imaginários, mas há apenas um mundo histórico, do qual o pesquisador retira suas conclusões com o auxílio das evidências oferecidas pelas fontes, que passam a depender do uso que o escritor, literato ou historicista faça delas; sua importância ou sua insignificância ficarão a cargo de seu uso e do que se constrói com elas.

Para observar as transformações na paisagem utilizo como fonte imagens fotográficas da área em questão, que permitem constatar a rápida modificação do Pampa em “floresta”. São imagens colhidas em diferentes situações e oportunidades, que, num cruzamento de tempo, ajudam a perceber as transformações processadas na região em foco.

Para fazer a análise foi feita a seleção de 25 fotografias que representam a região por mim estudada. Essas imagens estão disponíveis no arquivo do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ/UFPel) e em meu arquivo pessoal. As imagens foram, em sua maioria, captadas com equipamento digital; as que não foram, há indicação na legenda.

A utilização de fotografias como fonte de investigação possibilitou-me a compreensão das transformações ocorridas nesse espaço e, para isso, analiso-as metodologicamente a partir dos preceitos para o trato com imagens fotográficas de Boris Kossoy, Leonardo Ciannella e Silvia Zanirato.

O uso da fotografia como fonte histórica adquiriu importância nos últimos anos, assim como outros tipos de fontes que, até bem pouco tempo, eram relegadas ao segundo plano por não constituírem um documento textual. As fontes escritas eram até metade do século XX as mais valorizadas. Com o surgimento de novos objetos da História, outros tantos tipos de fontes foram incorporados ao universo do historiador, dentre eles a imagem fotográfica, que desde o seu surgimento durante o século XIX, foi vista com desconfiança por parte dos historiadores, que, em alguns casos, continuam a utilizá-la como mero complemento do texto ou do documento escrito.

Assim é necessário estabelecer metodologias que permitam ir além do evidente e decifrar conteúdos que se explicam na análise do enquadramento, do fundo, da perspectiva, da escala de planos, dos ângulos, ou seja, da perspectiva de quem produziu o documento e de quem o interpreta. Fazer, enfim, uma leitura iconográfica e iconológica (KOSSOY, 1999, p. 20).

Há que se ter claro que:

A leitura da imagem se faz por meio de convenções sociais, por um conjunto de normas e regras comuns aos indivíduos, através das quais se constroem formas de intercâmbio dos conteúdos da realidade. Essa leitura depende da competência discursiva do receptor, da informação cultural que o mesmo é portador. O leitor realiza atos de leitura que implicam em uma série de competências e habilidades: sensoriais, perceptivas, culturais, históricas, etc. (ZANIRATO, 2005, p. 13).

Atento para o trato com a fonte fotográfica que, como qualquer outro tipo de fonte, deve ser analisada à luz de metodologia e teoria adequadas, ciente de que o direcionamento teórico e metodológico empregado pelo historiador é que irá definir os caminhos a serem adotados.

Esses caminhos podem ser diferenciados de acordo com o contexto em que o historiador está inserido e com as perguntas feitas ao documento, pois o documento só é fonte a partir do momento em que o historiador o interpela, o interpreta, o inventa

(ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007). Da mesma forma como foi “inventado” durante o seu processo de produção (na época em que foi produzido), mesmo que esta ação não pareça intencional.

Portanto, deve-se atentar para o fato de que é um documento criado, construído, inventado, tanto pelo fotógrafo no momento da sua produção, como pelo pesquisador no momento de sua eleição como fonte de pesquisa histórica. Sua importância está no seu potencial informativo, a partir do momento que esses indícios do passado forem contextualizados. Para Cartier - Bresson (*apud* ZUANETTI et al, 2004):

De todos os meios de expressão, a fotografia é o único que fixa para sempre o instante preciso e transitório. Nós fotógrafos, lidamos com coisas que estão continuamente desaparecendo e, uma vez desaparecidas, não há mecanismo no mundo capaz de fazê-las voltar. Não podemos copiar ou revelar a memória.

Mas, para que essa memória retida nessa base documental possa ser lida e interpretada é necessário que o pesquisador a interpele, “caso contrário, essas imagens permanecerão estagnadas em seu silêncio: fragmentos desconectados da memória, meras ilustrações “artísticas” do passado” (KOSSOY, 1999, p. 22). Cabe ao investigador ter claro que essa “leitura” será feita de acordo com a sua capacidade de ver o mundo, com as convenções sociais e culturais das quais compartilha, ou seja, “essa leitura depende da competência discursiva do receptor, ou melhor, da informação cultural da qual o mesmo é portador” (ZANIRATO, 2005, s/p).

Como representação do real, a imagem fotográfica permite múltiplas interpretações, característica de qualquer fonte com a qual venhamos a analisar; o que vai diferenciar e esclarecer o contexto, tanto de produção quanto de recepção é o trato dispensado a ela pelo investigador.

A essas interpretações Kossoy chama-as de processo de criação de realidades.

Como o fotógrafo possui uma intenção ao fotografar, o pesquisador possui uma intenção ao analisá-la, e é isto que diferencia um fotógrafo de outro, um pesquisador de outro, um receptor de outro. A criatividade e a intenção de ambos são fatores essenciais para o processo de interpretação das imagens.

Para analisar os efeitos da mudança de paisagem no cotidiano e no modo de ser da população que reside no local, utilizo a história oral. O trabalho com relatos orais evidenciou aspectos importantes da relação do morador com o lugar onde vive, como pessoas que possuem forte vínculo com o campo. Para esse trabalho procurei não direcionar as entrevistas a um único grupo representativo do gaúcho, já que considero a multiplicidade na constituição cultural rio-grandense.

As entrevistas foram feitas nos municípios de Arroio Grande, Pelotas, Herval, Pinheiro Machado, Bagé e Pedras Altas. Todos com grandes concentrações de silvicultura, exceto o município de Pelotas, que não é diretamente afetado pelo plantio, mas se constitui como um centro de atração para a população proveniente do êxodo rural dessa região, que até o ano de 2008 abrigava a sede da empresa Votorantim Celulose e Papel, atual Fibria².

Num primeiro momento foram realizadas sete entrevistas semi-estruturadas com diferentes segmentos. Duas são com “patrões”³ de Centros de Tradições Gaúchas, o Sr. José Manoel Aguilar, em Herval e o Sr. Marlon Alves Greco, em Pelotas; uma com o representante do Movimento de Tradições Gaúchas, o Sr. Pedro Peres Mendes (Arroio Grande); fiz também uma entrevista com o representante de uma cavalgada tradicionalista que estava fazendo a volta no Estado, o Sr. Milton Moraes Almeida, outra com o Sr. Cleber dos Santos Vianna, 57 anos, nascido no município de Dom Pedrito (Campanha); também entrevistei o Sr. José Antônio Silveira Goulart, 46 anos, nascido no Município de Piratini,

² Devido a essa pesquisa ter iniciado enquanto a empresa no Rio Grande do Sul ainda se chamava VCP, é dessa forma que será tratada no decorrer da dissertação.

³ De acordo com o Estatuto padrão das entidades associadas ao MTG, o patrão equivale ao presidente da entidade tradicionalista. (MTG, 2008).

filho de pequenos criadores, atualmente reside em Pelotas; finalmente entrevistei o Sr. Vitor Ramil, nascido em Pelotas, cantor, compositor e escritor.

Fiz uso, ainda, de duas entrevistas disponíveis no acervo do LEPAARQ, uma com o Padre Ceron Bertinete, pároco no município de Herval e outra com o Sr. Édio Fernandes, proprietário de um restaurante em Herval.

Em uma segunda etapa de entrevistas, utilizei um segundo questionário, onde as perguntas foram direcionadas para meu objeto de pesquisa. Nessa etapa foram feitas quatro entrevistas, três delas com dois informantes ao mesmo tempo. A primeira foi a Sra. Maria Luisa da Rosa Farias e seu marido Heber da Rosa Farias, que possuem uma propriedade no interior do Município de Pinheiro Machado, onde criam gado bovino, ovino e equino. A segunda foi com o Sr. Vanderci dos Santos Vieira, que reside em Pelotas, é trabalhador rural e domador em vários municípios da região. A terceira entrevista foi com Eron Vaz Mattos e Lisandro Amaral, o primeiro possuía uma propriedade rural no interior de Bagé (localidade de Olhos D'água)⁴ mas atualmente reside no centro urbano. Lisandro Amaral é músico, compositor e cantor e possui, junto a sua esposa, um criatório de cavalos crioulos na localidade de Olhos D'água, em Bagé.

A quarta entrevista foi feita com o casal José Agapinto Silva Cardozo e Maria V. Ribeiro Cardozo, caseiros do Parque de Exposições de Pedras Altas, sede de uma das fazendas adquiridas pela Votorantim Celulose e Papel (VCP) e cedida por 20 anos para a Prefeitura e Associação Rural.

A diversidade dos sujeitos entrevistados se explica pela opção de contemplar diferentes segmentos que têm envolvimento com a criação de gado ou com o culto às tradições gaúchas. Pessoas ligadas de alguma maneira ao campo.

⁴ Atualmente a localidade Olhos D'água é chamada oficialmente de "Joca Tavares".

A fundamentação teórica para o trato com o material produzido pela fonte oral é dada por Maurice Halbwachs (1990), Danièle Voldman (1998), Ecléa Bosi (2003), Alessandro Portelli (1998) e José Carlos Sebe Meihy (2007).

Para essa pesquisa considero a fonte oral como o material recolhido e analisado para as necessidades de pesquisa (VOLDMAN, 1998, p. 249) e como testemunho de uma memória social que “pode ser compartilhada”, mas só “se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais” (PORTELLI, 1998, p.127). Assim os relatos orais são importantes para apreender a relação subjetiva entre o gaúcho e a paisagem na medida em que oferecem “interpretações qualitativas de processos histórico sociais”, pois “estabelece relações de maior qualidade e profundidade com as pessoas entrevistadas” (LOZANO, 1996, apud MEIHY, 2007, p. 84).

Atento para o fato de que o pesquisador deve se familiarizar como o objeto de estudo; para Laplantine “trata-se de interpretar a sociedade estudada utilizando os modos de pensamento dessa sociedade, deixando-se, por assim dizer, *naturalizar* por ela” (LAPLANTINE, 1988, p. 183, grifo do autor). Esse autor destaca ainda que após a imersão faz-se necessário o afastamento para que se possa interpretar com os olhos de pesquisador.

Também o envolvimento do pesquisador é importante para que se construam entre entrevistado e entrevistador laços afetivos que permitam ao entrevistado se sentir à vontade, a ponto de ser espontâneo e ao entrevistador compreender as representações presentes no relato.

Segundo Portelli:

Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações (PORTELLI, 1998, p. 106).

Para a utilização das entrevistas adoto como método a “transcrição”, que “surge da necessidade de se reformular a transcrição literal para torná-la compreensível à leitura” (MEIHY, 2007, p. 156), pois há muitas palavras utilizadas de forma incorreta devido à

dinâmica da fala⁵. Porém, considero pertinente a manutenção de algumas palavras que fazem referência ao regionalismo gaúcho, como por exemplo, a palavra “tchê”.

Enfim, esses são os documentos e as metodologias que embasam a presente pesquisa.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para um melhor entendimento a Dissertação é organizada em duas partes, que contemplam os assuntos abordados.

Na primeira parte, *Referenciais teóricos e caracterização da área*, apresento as discussões teóricas pertinentes, assim como a caracterização da área em estudo. Essa parte está dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo *Identidade e Paisagem*, apresento a fundamentação conceitual para o entendimento de questões centrais desta pesquisa, quais sejam identidade e paisagem.

No segundo capítulo *Caracterização da área - A paisagem do Pampa e a identidade do gaúcho* apresento a caracterização física da área em estudo - o Pampa rio-grandense - e discuto a construção da identidade do gaúcho, considerando que sua figura e conseqüentemente a identidade a ele associada está intimamente ligada a uma região específica do Estado, a metade sul do Rio Grande do Sul.

No terceiro capítulo, *Memória e literatura: Representações do gaúcho e da paisagem do Pampa* apresento primeiramente as questões relativas à constituição da memória coletiva e sua relação com a permanência dos mitos. Em seguida discuto como o mito do gaúcho se manteve através da Literatura e faço uma análise da produção literária no Rio Grande do Sul

⁵ A transcrição original está arquivada, juntamente ao arquivo de áudio das entrevistas, disponível para futuras consultas.

em finais do século XIX e início do século XX, que se caracteriza pela representação do gaúcho e do espaço por ele habitado.

Na segunda parte, *As monoculturas e a transfiguração da paisagem* apresento a discussão sobre a transformação da paisagem e suas implicações.

Essa parte está dividida em dois capítulos. No quarto capítulo *A implantação das monoculturas de árvores exóticas no Pampa rio-grandense: Um patrimônio ameaçado* faço uma discussão sobre paisagem como Patrimônio. Em seguida apresento o quadro da silvicultura no Brasil e Rio Grande do Sul, para compreender como se deu o processo de introdução de árvores exóticas no Estado e as possíveis implicações sobre o meio sócio-ambiental.

No quinto capítulo *O espaço transfigurado - memória e imagem*, trato das transformações ocorridas nesse espaço através da análise de fotografias e relatos orais da população local. Essa análise permitiu uma maior aproximação com o objeto de estudo, já que a paisagem se constitui a partir da relação do homem com o meio.

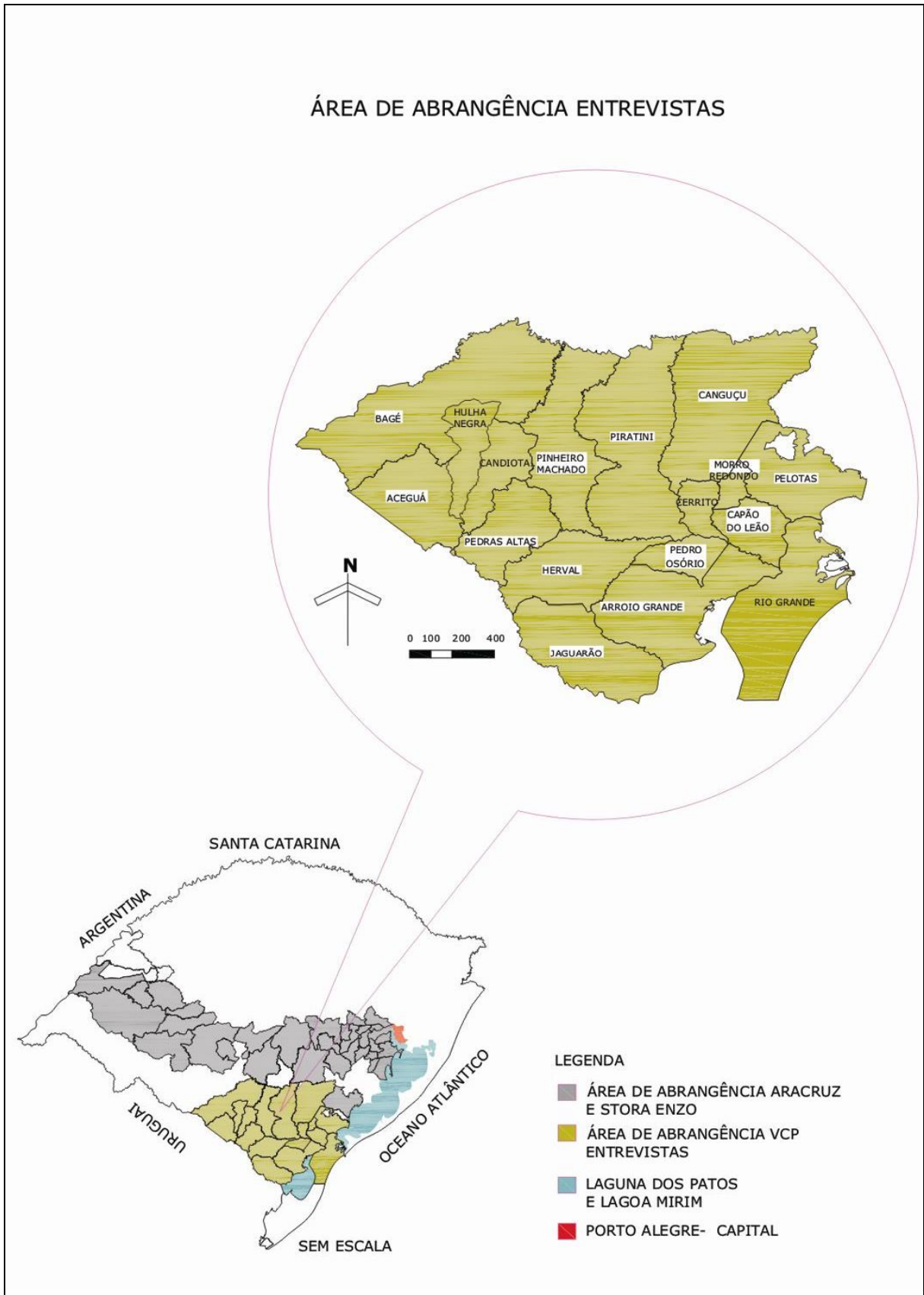


Figura 1. Recorte espacial entrevista - sem escala

PARTE I - REFERENCIAIS TEÓRICOS E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA



**Figura 2. Campos a perder de vista
BR 293 - Em 18/01/2008
Acervo: LEPAARQ/UFPeI**

Ali, nos mirantes mais altos do Rio Grande do Sul, com as forças milenares da erosão a trabalhar diante dos olhos, com os temerosos abismos dos cânions aos pés, com o pinhal, a mata branca e o campo, tão rio-grandenses, em derredor, com o oceano no horizonte, as gerações do futuro nos hão de agradecer a piedade e reverência, com que conservamos as mais grandiosas paisagens da nossa terra.

(RAMBO, 1954)

CAPÍTULO 1. IDENTIDADE E PAISAGEM

1.1 O gaúcho e a paisagem do pampa

O estado do Rio Grande do Sul é, desde tempos remotos, conhecido por uma imagem que associa o gaúcho às paisagens do pampa. Paisagem que se caracteriza predominantemente por grandes extensões de terra, vegetação rasteira e gado pastando.

Encontra-se no Dicionário Aurélio a seguinte definição do que é o pampa: “Grande planície, coberta de vegetação rasteira, na região meridional da América do Sul”. O habitante do pampa é chamado de pampiano, ou seja, “pertencente ou relativo ao pampa, à região dos pampas, o natural ou habitante dessa região”. O pampiano ou o chamado gaúcho é “o habitante do campo, descendente, na maioria, de indígenas, de portugueses e de espanhóis” (FERREIRA, 1975, p. 1023).

Assim o pampa, em outra definição, agora dada por Luiza Chomenko:

Caracteriza-se por um conjunto vegetacional campestre relativamente uniforme em relevo de planícies, onde predomina a cobertura vegetal em estepe e savana estépica, que correspondem aos campos do planalto e da campanha, e vegetação mais densa, arbustiva e arbórea, nas encostas e ao longo dos cursos d'água; além disto se caracteriza também pela ocorrência de banhados (CHOMENKO, 2006, p. 15).

Essa caracterização da paisagem gaúcha ou pampiana tem sua historicidade registrada nos trabalhos de August de Saint-Hilaire, botânico que viajou pelo Brasil no início do século XIX, registrou os traços de algumas regiões e assim descreveu a campanha do Rio Grande do Sul:

Até agora tenho atravessado sempre planícies uniformes sem o mais leve acidente e unicamente animadas pela presença do gado aí apascentando. [...] Distinguem-se estâncias e chácaras. Uma estância é uma propriedade onde pode existir alguma cultura, porém ocupando-se principalmente da criação

de gado. A chácara tem área menor e só se destina à agricultura. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 91-139)

O gaúcho é assim uma denominação dada

às pessoas ligadas a atividade pecuária em regiões de ocorrência de campos naturais do vale do Rio da Prata, entre os quais o pampa, supostamente descendente mestiço de espanhóis, portugueses, indígenas e negros. As peculiares características de seu modo de vida pastoril teriam forjado uma cultura própria, derivada do amálgama da cultura ibérica, indígena e africana, adaptada ao trabalho pecuário em propriedades denominadas estâncias (CHELOTTI & PESSÔA, 2006, p. 6).

Como se pode perceber há uma tipicidade na definição do que seja a paisagem gaúcha e uma associação entre essa paisagem e o seu habitante, o gaúcho, como que a formar uma identidade entre ambos. Essa identidade foi construída ao longo da colonização do Rio Grande do Sul, desde a ocupação de seu território e seguiu aos dias atuais, sendo propagada pelos centros de tradições dentro e fora do Brasil.

Segundo o antropólogo Ruben Oliven, o gaúcho é um tipo formado pela inserção do sujeito com o meio ambiente e pela sua experiência desde muito cedo com a guerra.

“O gaúcho é socialmente um produto do pampa, como politicamente é um produto da guerra”. Assim, a experiência de guerra teria dado à elite gaúcha "a capacidade de mando e a prática da organização de grandes massas humanas", ao mesmo tempo em que "desenvolveu na consciência daquela gente, além da interdependência entre a vida da sociedade e a vida privada familiar... Também o sentimento e o valor do governo como órgão supremo dos interesses coletivos (VIANNA, 1974 *apud* OLIVEN, 2006, p. 67).

Mesmo o Estado possuindo uma grande diversidade interna, pelos vários grupos que formam a sua sociedade como os imigrantes europeus, os africanos e os indígenas - que aqui habitavam antes da chegada dos imigrantes - “a tradição e a historiografia regional tendem a representar seu habitante através de um único tipo social: o gaúcho, o cavaleiro e peão de estância da região sudoeste do Rio Grande do Sul” (OLIVEN, 2000, p. 49-50).

Constata-se que o gaúcho nasceu identificado a uma dada paisagem e uma dada atividade que, embora tenha sofrido algumas transformações, como a ocorrida com a introdução dos imigrantes e de diferentes atividades de produção, acabou por ser considerada como o modo de ser dos habitantes do estado sulista. Práticas e representações consubstanciaram a identidade do gaúcho como o habitante da região dos pampas.

Ao longo do século XIX a região experimentou uma diversificação da produção agrícola, diante das atividades dos imigrantes europeus. No final do século XIX surgiram as primeiras indústrias na região Sul, nas cidades de Pelotas e Rio Grande. As charqueadas do local sofreram um abalo, porém a introdução de frigoríficos acabou por intensificar a criação de gado. Durante a Primeira Guerra Mundial caíram as exportações de carne e isso resultou na falência de muitos criadores e na diminuição da produção de charque. Nesse momento houve uma grande expansão da lavoura arroseira. Apesar dessas transformações a paisagem do pampa pouco se modificou até meados do século XX. A região da campanha continuou a ser entendida como um local de tradição na criação de gado, favorecida por uma dada paisagem de campo.

A partir de meados da década de 1960, o processo de modernização da agricultura fez com que muitos dos pequenos produtores rurais, principalmente da região norte do estado, não podendo se ajustar a essa nova situação, fossem expropriados, tornando-se sem terras.

Para Chelotti e Pessoa

as propriedades rurais da Campanha Gaúcha passaram a ser vistoriadas pelo INCRA, em função de apresentarem baixos índices de produtividade. Apesar da forte resistência regional às vistorias, o instituto realizou uma série de desapropriações, com o objetivo de implantar assentamentos rurais de reforma agrária (CHELOTTI, 2006, s/p).

Com a política de reforma agrária implantada pelo governo estadual, na década de 1990, grandes áreas até então de pecuária foram desapropriadas. Municípios como Bagé, Hulha Negra e Santana do Livramento tiveram mais de 17 mil hectares destinados à reforma

agrária. Desta forma houve uma significativa modificação na paisagem, até então de campos e pastagens, onde a agricultura familiar foi intensificada.

Já no ano 2000, o agravamento da crise na produção pecuária no Rio Grande do Sul e a grande quantidade de latifúndios chamaram a atenção das empresas produtoras de celulose e papel, sendo que muitas fazendas foram incorporadas por estas empresas. Além disso, as empresas possuem programas como “poupança florestal”⁶ ou de fomento, onde pequenos produtores entram com a propriedade e a empresa com a tecnologia, mudas e infra-estrutura para a plantação e também antecipam parte do pagamento para o plantio.

Desta forma, em finais do século XX ocorreram profundas transformações na paisagem do sul do Estado, modificando o que se concebe como Pampa. As grandes extensões de terra que serviam de pastos para a criação do gado passaram a ser utilizadas para o plantio de árvores para a extração da celulose. Onde antes se via pastagem agora se vêem florestas. A transformação não é só visual, mas tem implicações na fauna e na flora pela substituição de espécies que coabitavam o espaço das gramíneas e dos banhados.

Se entendo que a paisagem não existe por si só (SANTOS, 1997), mas que é resultante das relações que envolvem o homem e o ambiente, tenho claro que as modificações no ambiente resultam em alterações na paisagem.

A partir de então se delimita a presente pesquisa que busca investigar as transformações no ambiente como elementos capazes de alterar a identidade gaúcha e produzir aquilo que Stuart Hall designou como “identidades traduzidas”, ou seja, identidades de

de pessoas que retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Pessoas que são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. (HALL, 2006, p. 88)

⁶ O projeto “Poupança Florestal” abrange 28 municípios da metade Sul do Estado (Site da empresa VCP).

Segundo Hall, todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólico e à medida que o espaço se modifica, as representações que os indivíduos produzem sobre o mundo e sobre si mesmo também se modificam. Argumenta esse autor que essas pessoas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas e “são, irrevogavelmente, produto de várias histórias e culturas interconectadas” e tornam-se pessoas “irrevogavelmente traduzidas” (HALL, 2006, p. 89).

Com base nesse pressuposto procuro verificar as possíveis traduções identitárias do gaúcho a partir da modificação do espaço e da paisagem do Pampa e faz-se necessário que eu estabeleça a definição de identidade e paisagem adotadas nesta pesquisa.

1.2 Identidade

As discussões acerca da constituição das identidades têm se tornado cada vez mais atuais, a partir do momento em que se considera que as identidades podem estar passando por uma crise.

Crise esta agravada pelo processo de globalização, já que não existe apenas uma identidade de um indivíduo e sim as várias identidades que esse indivíduo se depara ao longo de sua vida.

De acordo com Rogério Haesbaert:

O conceito de identidade pode ser analisado em diferentes campos disciplinares, aparecendo vinculado a três perspectivas básicas: no âmbito da filosofia, como princípio lógico; da psicologia, enquanto identidade individual ou pessoal, e na antropologia ou nas ciências sociais em geral, numa perspectiva relacional, frente à alteridade (HAESBAERT, 1999, s/p).

Para o universo desta pesquisa utilizo o conceito que se aproxima da antropologia, mas que também é adotado em outras áreas das ciências humanas ou sociais, como a geografia, a história ou a sociologia. Estas ciências consideram que a identidade está intimamente ligada aos processos de representação de cada grupo ou sociedade, assim “uma representação social ou um símbolo tem papel fundamental de legitimação à medida que passa a ser conhecida e reconhecida como verdadeira por aqueles que lhe estão sujeitos ou que a constroem” (HAESBAERT, 2001, p. 4).

De acordo com este autor “as identidades são construídas historicamente pelos sujeitos na relação e interação espaço-temporal com a alteridade, com o Outro”. Para ele a construção das identidades, sejam elas sociais, étnicas, culturais ou territoriais “é um processo indissociavelmente ligado a contextos marcados por relações de poder simbólico” (HAESBAERT, 2004 (2001), p. 3). Para Pierre Bourdieu:

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular; do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama de conformismo lógico, quer dizer, ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências’ (BOURDIEU, 2000, p.9).

Manoel Castells por sua vez destaca que “a identidade é a fonte de significado e experiência de um povo [...] elaborada com base em atributos culturais relacionados que prevalecem sobre outras fontes de significado”. Sua construção depende da matéria-prima proveniente da cultura obtida, processada e reorganizada de acordo com a sociedade (CASTELLS, 1999, p. 21-22).

A questão da identidade no mundo atual tem contribuído com muitos questionamentos a respeito da posição do sujeito em relação ao mundo em que vive. Principalmente ao final do

século XX, com a discussão sobre globalização⁷, os questionamentos giram em torno da “crise de identidades” ou da busca por uma identidade.

Mas afinal como se dá a construção dessas identidades? Para muitos autores essa construção é social e contínua, mas se dá em um nível individual; é o “eu” e o “outro”, ou seja, de uma forma simplista poderia dizer que a identidade é formada em complementaridade com a diferença, assim eu me identifico com alguns símbolos e com outros não, ao que podemos chamar de processo de identificação⁸.

De acordo com Katherine Woodward diferentes significados são produzidos por diferentes sistemas simbólicos, mas esses significados são contestados e cambiantes. Assim, como explicar que alguns significados são preferidos a outros? Para essa autora a escolha tem a ver com as relações de poder "todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (WOODWARD, 2008, p.18).

Além disso, podemos considerar que a construção social da identidade ocorre em um contexto marcado por relações culturais. Paul Claval afirma que a identidade aparece como uma construção cultural a partir da seleção de certo número de elementos que caracteriza, ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo (CLAVAL, 1999, p. 15).

Esta seleção é feita no momento que esses elementos passam a ter um significado, ao que Roger Chartier chama de representação, que seria o processo de produção de sentidos

⁷ Sobre globalização ler SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Editora Record. 2000.

⁸ Identificação é “Esse conceito, que descreve um processo pelo qual nos identificamos com os outros, seja pela ausência de uma consciência da diferença ou da separação, seja como resultado de supostas similaridades tem sua origem na psicanálise. [...]” (WOODWARD, 2008, p. 18).

efetivado a partir do conhecimento, da visão de mundo que o sujeito adquiriu em sua vivência (CHARTIER, 1990). Seguindo esta linha de pensamento, para Woodward:

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido a nossa experiência e aquilo que somos. [...] a representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas [...](WOODWARD, 2000, p. 17).

Desta maneira a representação produz sentidos e “os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia que fornecem possíveis respostas às questões: quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?”, assim como “os discursos, os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (WOODWARD, 2000, p. 17).

Ainda segundo esta mesma autora, seguindo o raciocínio de Stuart Hall (1990) há duas maneiras de se pensar a identidade cultural.

Uma delas seria aquela que reivindica um passado no qual “uma comunidade busca recuperar a “verdade” sobre seu passado na “unicidade” de uma história e de uma cultura partilhadas” e que poderiam ser representadas através de uma expressão cultural, por exemplo, filme, ou literatura, que serviriam para reforçar e reafirmar essa identidade.

A segunda concepção de identidade “é aquela que a vê como uma questão tanto de ‘tornar-se’ quanto de ‘ser’”. É uma questão de reivindicação; esta posição em relação à identidade não nega o passado da identidade, mas aceita que ao reivindicá-la nós a reconstruímos, assim como o passado sofre transformações (WOODWARD, 2008, p.27-28).

Essas reivindicações podem surgir ou ser reforçadas no momento em que uma identidade dominante parece se impor; assim recuar no passado parece trazer a idéia de uma identidade coerente e unificada. Ao lembrar que as identidades são produzidas a partir da diferença, Woodward destaca que a “marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas

simbólicos de representação quanto por meio de *exclusão social*.” A identidade não é o oposto da diferença e sim ela depende da diferença (WOODWARD, 2008, p.39-40).

No mesmo sentido Hall destaca que:

As identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora "sabendo" [...], sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma "falta", ao longo de uma divisão, a partir do lugar do outro, assim elas não podem nunca, ser ajustadas - idênticas - aos processos de sujeito que são nelas investidos (HALL, 2008, p. 112).

Em seu livro “A identidade cultural na pós-modernidade” Hall localiza historicamente, na era moderna, três períodos distintos de constituição do sujeito e, conseqüentemente, de construção identitária. O primeiro seria durante o “Iluminismo”, período em que o homem era considerado um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, consciência e ação, que viria a se materializar no “indivíduo soberano” ou “iluminista” (HALL, 2006, p.10-11). O sujeito era percebido como autônomo e independente. Cada indivíduo era livre e capaz de direcionar a sua vida, resultando que sua identidade era independente das relações sociais.

O segundo período refere-se a um período de transição, localizado temporalmente nos primeiros 30 anos do século XX, onde a massificação da sociedade acabou por gerar uma espécie de conflito, em que o sujeito concebido como ser autônomo, perdeu a mobilidade. Nessa sociedade massificada teve origem o “sujeito sociológico” que não era autônomo nem auto-suficiente e sua identidade era formada pela interação com a sociedade. Assim, o sujeito era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele, que mediavam seus valores, sentidos e símbolos - a cultura” (HALL, 2006, p. 11-12).

Hall destaca que mesmo com características bem distintas tanto o sujeito iluminista quanto o sociológico possuíam em comum o caráter unificado e centrado de suas identidades. Característica mais evidente do “sujeito soberano”, pois sua identidade não dependia da

sociedade em que vivia, enquanto que o sujeito sociológico, apesar da interação com a sociedade, possuía um núcleo, um “eu real”, que era formado a partir de um diálogo com os mundos culturais “exteriores” (HALL, 2006, p. 12-13).

O terceiro período corresponderia à chamada pós-modernidade, ou segundo Zigmunt Bauman a “modernidade líquida”, na qual o sujeito não possui uma identidade única e centrada e sim várias que são fragmentadas e estão em constante processo de modificação. Para Hall na pós-modernidade “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno” (HALL, 2006, p. 7).

Com essa concepção de fragmentação ou multiplicidade se unem a Stuart Hall e Zigmunt Bauman outros pesquisadores como Manuel Castells, segundo o qual “para um dado indivíduo ou ainda um ator coletivo pode haver identidades múltiplas”, porém “essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social” (CASTELLS, 1999, p. 22).

Para Bauman são as comunidades que definem as identidades e estas podem ser de dois tipos: as comunidades de vida, onde “os membros vivem juntos numa ligação absoluta” e as de destino, que são “fundidas unicamente por idéias ou por variedade de princípios”. Aqui a questão da identidade surge “apenas porque existe mais de uma idéia para evocar e manter unida a “comunidade fundida por idéias” a que se é exposto em nosso mundo de diversidades e policultural” (BAUMAN, 2005, p. 17).

Para este autor, atualmente é muito difícil que alguém consiga passar pela vida e se expor a apenas uma comunidade de idéias.

Assim, concluo que o indivíduo, na atualidade passa a fazer parte de vários grupos ou de várias comunidades, mesmo que temporariamente, pois segundo afirma Bauman, “as

identidades flutuam no ar” sendo que os indivíduos ou grupos estariam suscetíveis a estas identidades flutuantes.

Mas o que são essas identidades? Como elas surgem?

Para Castells toda e qualquer identidade é construída. Cabe a nós descobrirmos ou evidenciarmos como este processo de construção se dá “como, a partir de que, por quem, e para que”. No seu entendimento essa construção é feita segundo atributos advindos da “história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparelhos de poder e revelações de cunho religioso” (CASTELLS, 1999, p. 22), ou seja, são vários elementos que contribuem para esta construção, portanto uma construção social.

A partir dessa “matéria-prima” os grupos ou indivíduos “reorganizam o seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados na sua estrutura social [...]” sendo que, quem organiza e para que, seriam os determinantes “do conteúdo simbólico dessa identidade” para os que com ela se identificam ou se excluem. O que pressupõe que a construção social da identidade ocorre sempre num contexto determinado por relações de poder⁹ (CASTELLS, 1999, p. 23).

Nesse sentido Hall diz que “toda identidade tem necessidade daquilo que lhe falta – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado” e cita Laclau (1990) que dizia “a constituição de uma identidade social é um ato de poder” (HALL, 2008, p. 110).

Para compreender a construção identitária em um contexto de relações de poder, discuto a seguir a constituição das identidades nacionais, pois entendo que a construção

⁹ *Identidade legitimadora*: é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação sobre os atores sociais.

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/ e condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a este último.

Identidade de projeto: quando os atores sociais, servindo-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade e de provocar a transformação de toda uma estrutura social. (CASTELLS, 1999, p. 23-24)

identitária do gaúcho, apesar de sua transnacionalidade, no Estado do Rio Grande do Sul também se deu em um contexto de afirmação de poder e como tal é constantemente reafirmada e repostada sempre que há algum tipo de “estrangeirismo” ou influência que possa pô-la em risco.

Com a criação do estado moderno o Estado Nação passa a desenvolver o papel de aglutinador. Segundo esta concepção a partir do nascimento o indivíduo já passaria a fazer parte deste grupo maior que é a nação. Até esse momento a vizinhança era “o lugar”, era a referência de cada indivíduo, onde a diferença não havia sido posta¹⁰. Como não havia o confronto com outras “identidades”, o problema não havia se instalado. Porém a “redução do poder aglutinador das vizinhanças, complementadas pela revolução dos transportes” possibilitou “o nascimento da identidade – como problema e, acima de tudo, como tarefa. As margens incharam rapidamente, invadindo as áreas centrais da coabitação humana. De súbito, era preciso colocar a questão da identidade, já que nenhuma resposta óbvia se oferecia” (BAUMAN, 2005, p. 24-25).

O estado moderno se ocupou desta tarefa e assim diferentemente das “localidades em que a maioria dos homens e mulheres da era pré-moderna e pré-mobilidade passavam suas vidas do berço ao túmulo -, a “nação” foi uma entidade imaginada [...]” (BAUMAN, 2005, p. 29) assim como a identidade nacional, que não nasceu naturalmente, mas pela necessidade de afirmação do Estado.

Para Hall no mundo moderno em que nascemos, as culturas nacionais se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural, porém “[...] as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas no interior da representação”.

¹⁰ Bauman cita o exemplo de um censo ocorrido pouco antes da segunda Guerra Mundial, onde os poloneses eram questionados sobre quem eram e de onde eram. O intuito dos governantes era unir as várias crenças, etnias, costumes e línguas sob a égide da nação. Porém ao serem questionados, respondiam que eram daquele lugar, onde moravam, respondiam “somos daqui”, “somos deste lugar”, “pertencemos a este lugar”. (BAUMAN, 23-24)

Assim os funcionários do censo acabaram por aceitar esse tipo de resposta, pois não havia o sentimento de pertencimento à nação, a este algo maior.

Assim, “a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos - tema de representação cultural” (HALL, 2006, p. 47- 49).

Ao produzirem sentidos, as culturas nacionais constroem identidades; esta construção é feita a partir da narração da nação, através de histórias, monumentos ou lugares que fazem a ligação entre o passado e o presente. Desta maneira a nação surge como uma comunidade imaginada¹¹ que busca unificar os indivíduos em uma identidade cultural não importando a diferença de classe, gênero ou raça, para que todos façam parte dessa comunidade que é a nação.

Da mesma forma entendo que a figura do gaúcho busca unificar o estado do Rio Grande do Sul. Apesar de ser uma figura transnacional, que aparece nos três países: Argentina, Uruguai e Brasil, ela possui particularidades que são vividas em conjunto pela população em cada um deles e assim buscaria conferir uma unidade ao Estado do Rio Grande do Sul.

Porém, no final do séc. XX e início do séc. XXI, com o acirramento da globalização, essas identidades aparentemente unificadas, fixas e imutáveis, como a identidade nacional, foram confrontadas com outras identidades e, conseqüentemente, entraram em colapso. Na pós-modernidade “as organizações da sociedade civil atrofiam-se e são desarticuladas, pois deixa de haver continuidade entre a lógica da criação de poder na rede global e a lógica de associação e representação em sociedades culturais específicas” (CASTELLS, 2003, p.9). Esse período é marcado por grandes transformações na constituição das identidades, ao que muitos autores traduzem como uma profunda crise de identidade.

Esta provável “crise da identidade” fez surgir novas identidades e fragmentou o indivíduo moderno (HALL, 2006, p. 7).

¹¹ Hall toma emprestado o conceito de comunidade imaginada de Benedict Anderson (1983).

Apesar da globalização, ou da modernidade tardia, do predomínio da individualização do sujeito, acredita-se que houve uma libertação do mesmo em relação às estruturas e às tradições (HALL, 2006, p. 25; BAUMAN, 2005, p. 33). A suposta liberdade de escolha proporcionou a constituição ou a passagem por vários grupos, por várias comunidades, várias identidades. A compressão espaço-tempo proporcionou um acesso muito mais rápido às inovações, aos lugares... Essa compressão causaria "a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos que ocorrem em determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância" (HALL, 2006, p. 69).

Segundo o argumento de Hall tempo e espaço são coordenadas básicas de todos os sistemas de representação, sejam eles a pintura, a fotografia, a arte de uma forma geral ou ainda os sistemas de telecomunicação e "devem traduzir seu objeto em dimensões reais e temporais" (HALL, 2006, p.70). Estes sistemas de representação têm influência direta na constituição das identidades, que estão localizadas no espaço e no tempo simbólico, no momento em que há uma transformação nos mesmos; conseqüentemente há uma mudança na forma de o indivíduo se situar no mundo.

Ainda neste sentido Bauman argumenta que "quando a identidade perde as âncoras *sociais* que a faziam parecer "natural", predeterminada e inegociável, a "identificação" se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um "nós" a que possam pedir acesso. Neste mundo em alta velocidade "as estruturas perdem a sua pretensa utilidade", não se precisa mais delas. Como não são flexíveis não comportariam todas essas identidades novas. "No admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam" (BAUMAN, 2005, p. 30-33).

Por sua vez Hall argumenta que os fluxos culturais “entre as nações, e o consumismo global criam a possibilidade de "identidades partilhadas"”, que seriam os “consumidores para os mesmos bens, ou "clientes" para os mesmos serviços, "públicos" para as mesmas mensagens em imagens”, mesmo que essas pessoas estejam bem “distantes umas das outras no espaço e no tempo”. Assim, este grande fluxo de informações estaria enfraquecendo as culturas nacionais, permitindo um desalojamento das identidades e, nesse cenário, "todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Este fenômeno é conhecido como "homogeneização cultural"” (HALL, 2006, p. 74-76).

Porém, para além da “homogeneização cultural”, a globalização tem causado um efeito contrário, que é a busca pelo local, o retorno às origens. Segundo Castells

as comunidades locais, construídas através da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidade. Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações, incontroláveis e em ritmo acelerado (CASTELLS, 1999, p. 84).

A suposta falta de fronteiras e de limites, onde o mundo se torna cada vez maior, apesar do acesso facilitado, faz com que “os atores sociais passem a ter como objetivo fazê-lo regressar ao tamanho compatível com que podem conceber”. As pessoas passam a buscar no seu passado, no seu “lugar”¹² as fontes de significado e identidade para a produção de novos códigos culturais (CASTELLS, 1999, p. 85). Ao se pensar este fenômeno por este ângulo o global não estaria substituindo o local e sim o articulando de novas formas.

Também é importante destacar que a globalização não afeta a todos da mesma maneira, com a mesma intensidade. A desigualdade social se reflete no acesso à informação e, por conseguinte ao mundo globalizado.

¹² O "lugar" é específico concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas. [...] Os lugares permanecem fixos; é neles que temos "raízes" (HALL, 2006, p. 72).

A globalização, de acordo com o descrito acima, teria “o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e “fechadas” de uma cultura nacional” ao deslocá-las produziria “uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação [...] mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas”. Porém, para Hall, existem algumas contradições nesta afirmação, pois “algumas identidades gravitam ao redor [...] da “tradição”, tentando recuperar sua pureza interior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas” enquanto que outras posições

aceitam que as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença e assim, é improvável que elas sejam, outra vez unitárias ou “puras”, e essas, conseqüentemente, gravitam ao redor daquilo que Robins (seguindo Homi Bhabha) chama de “Tradução” (HALL, 2006, p. 87).

O conceito de tradução identitária é importante para esta pesquisa, pois de acordo com o que foi discutido acima, confrontado às transformações ocorridas no espaço gaúcho, lanço a hipótese de que a construção identitária dos habitantes do estado sulino estaria entre a tradição e, a partir das modificações, a tradução. Pretendo, assim, no desenvolvimento deste trabalho, sustentar essa hipótese.

Para Stuart Hall a tradução é um conceito que descreve a situação daquelas “pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal” mas que “retém fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições”. Uma característica importante é que essas pessoas ao negociarem com essas novas culturas não as assimilam totalmente, e mantêm traços de sua identidade (HALL, 2006, p.88). Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas e “são, irrevogavelmente, produto de várias histórias e culturas interconectadas”, tornando-se pessoas “irrevogavelmente traduzidas” (HALL, 2006, p. 89), e pertencentes a uma cultura híbrida.

O indivíduo híbrido é aquele que provém do cruzamento de culturas diferentes, composto por elementos de origens diversas, um indivíduo

mesclado. A noção de hibridismo, comum à genética, remete à idéia de uma mistura que contraria a “natureza” ou a ordem natural das coisas (HAESBAERT, 2004, s/p)¹³.

Sustento, então, que modificações substanciais na paisagem poderiam alterar a maneira de o sujeito se situar no mundo e, portanto, poderiam causar uma espécie de tradução identitária, já que a identidade gaúcha foi construída sobre uma base territorial.

A fragmentação das identidades, não por acaso, coincide temporalmente com a fragmentação dos territórios.

Milton Santos identifica dois períodos importantes em que a globalização foi evidenciada. Uma quando dos descobrimentos e conquista/exploração/ocupação dos territórios e a atual, que teve como marco o final do século XX, na qual há a fragmentação dos territórios, vista por muitos como o fim dos territórios (SANTOS, 2000, s/p). No seu entendimento:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 8).

Ou seja, o território, seja ele fragmentado ou não, é o lugar da identidade, é onde ela é posta. Para uma melhor compreensão devo definir o conceito de território dentro das discussões sobre espaço.

Para Claude Raffestin “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.” Esse ator então “territorializa” o espaço ao se apropriar do mesmo, seja concreta ou

¹³ Ao se pensar desta forma para alguns o hibridismo seria benéfico, pois produziria uma nova cultura, porém para outros seria perigoso, e é nesta contestação que nascem os “fundamentalismos”, uma busca pelo purismo cultural, fonte de muitas lutas identitárias da atualidade.

abstratamente. “O espaço é a “prisão original”, enquanto que “o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144). O espaço é o

‘Local’ de possibilidades [...] é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento (RAFFESTIN, 1993, p. 17).

Assim, em diferentes níveis, o território é produzido e se configura através da apropriação, seja pelo Estado, pelas empresas ou organizações e também pelos indivíduos, em uma escala menor. A abrangência desta produção é determinada pelas relações de poder e todos, de uma forma ou de outra, participam desse processo. E como destaca Santos, a identidade se constitui no território “usado”, ou seja, a partir das relações existentes nesse território, é o sentimento de pertencimento que leva a identificação com determinado espaço.

A fragmentação dos territórios, supostamente levaria a uma fragmentação das identidades. Para explicar essa fragmentação Santos descreve como se deu o processo de territorialização:

Num primeiro momento, o funcionamento do território deve muito às suas feições naturais, às quais os homens e suas obras se adaptam com pequena mediação técnica, porque então as técnicas eram de alguma forma herdeiras da natureza circundante, ou um prolongamento do corpo. Elas eram ao mesmo tempo o resultado desse afeiçoamento do corpo à natureza, e desse comando da natureza sobre a história possível, de tal maneira que a tecnicidade a partir dos objetos fabricados além do corpo era limitada (SANTOS, 1999, p. 8).

Nesse cenário, as relações sociais eram, de certa forma, mais simples e se davam em função da natureza, ou seja, “nesse período da história, o território [...] era usado por uma sociedade localizada [...]” (SANTOS, 1999, p. 8). Com o passar do tempo, com a ampliação das trocas, do comércio e do crescimento da interdependência entre os grupos, essas relações

se tornaram mais complexas e “quanto maior a complexidade das relações externas e internas, mais necessidades de regulação” [...]. Surgiu então “a necessidade do Estado”, que se tornou o regulador da produção, da distribuição e passou a oferecer garantias como de trabalho e segurança. Assim “cria-se o Estado territorial, o território nacional, o Estado nacional [...]” (SANTOS, 1999, p. 9).

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo (LEFEBVRE *apud* SANTOS, 1999, s/p).

A Nação e o estado territorial tentam definir uma identidade única, porém de acordo com Lefebvre, o espaço sendo unifuncional, ou definido pelo estado não caberia a apropriação, não havendo assim o processo de identificação (LEFEBVRE *apud* SANTOS, 1999). Portanto, a identidade advinda deste seria uma identidade imaginada, assim como a Nação seria uma comunidade imaginada.

Haesbaert explica esta situação ao afirmar que “é interessante observar que, enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica [...]”. Assim, o território imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2001, p. 2).

Posso então afirmar que o território configura-se de duas maneiras, “a funcional”, pois tem uma função específica, como a produção de alimento e a “simbólica”, como apropriação do espaço. Em outras palavras Milton Santos diz que o território configura-se como recurso,

prerrogativa dos “atores hegemônicos”, e como abrigo dos “atores hegemonzados” (SANTOS *et al.*, 2000, p. 12).

Ao considerá-lo a partir da função simbólica e de apropriação o território definiria uma forma de identificação que seria a identidade territorial que, para Haesbaert “é um tipo de identidade social que se expressa na relação de pertencimento de um grupo a partir da delimitação de uma escala territorial de referência identitária” (HAESBAERT, 1988, 1997, 2001). Para este autor existem três tipos de construção de identidades que se vinculam ao território:

1. Identidades culturais previamente existentes no “espaço vivido” dos grupos sociais e sobre as quais se institucionalizam territórios, que as reafirmam. Ex. reservas indígenas.
2. Territórios que para se institucionalizarem recorrem à criação ou invenção de identidades territoriais. Ex.: Padânia, estado do São Francisco.
3. Identidades culturais que se constroem a partir da escolha de referenciais espaciais ou territoriais. Ex. identidade gaúcha e os referenciais **estância** e **pampa**; nordestina e o sertão (HAESBAERT, 2007, s/p).

Esta terceira categoria é a que interessa neste trabalho. Para Haesbaert “mesmo que vejamos as identidades ou símbolos, conforme Hobsbawm (1984), dentro de um sistema de “tradições inventadas,” podemos dizer que elas não são simples abstrações”, pois “são materialmente representadas, e estas representações materiais - como o próprio território - compõem de forma indissociável o jogo de sua construção” (HAESBAERT, 2001, p. 6).

Concordo com Haesbaert que a identidade do gaúcho possui uma base territorial e que a paisagem seria, de uma maneira geral, a representação visual desse território. Nesse sentido o conceito de paisagem se faz na relação com os conceitos de espaço e de território, já que ambos estão relacionados e constituem uma dos elementos da formação da identidade do gaúcho.

Para Haesbaert a paisagem se refere às questões que envolvem uma dimensão mais subjetiva do espaço, pois subjetiva é a relação entre o homem e o espaço. Para ele, nas

discussões sobre paisagem, há “desde os seus primórdios, o dilema do confronto entre objetividade e subjetividade”. Primeiro a visão naturalista e objetiva que focava a morfologia dos aspectos naturais e depois a visão culturalista, dividida em duas perspectivas, uma também objetiva, que “priorizava as formas construídas pelo homem, pela “cultura” e outra “que focalizava mais a percepção, os sentidos, numa paisagem definida pela escala de apreensão do olhar de cada indivíduo” (HAESBAERT, 2002, p.137).

Procuro desta forma, ao considerar a dimensão mais subjetiva da paisagem, investigar através do exame documental, a relação entre homem e meio, a relação entre a construção da identidade e a paisagem.

1.3 A paisagem e a construção da identidade

A palavra “gaúcho” pode ter várias origens, muitas delas contraditórias, mas não há contestação sobre a localização espacial em que o mito do gaúcho foi formado, que é a região do Pampa, que ocupa a metade sul do estado do Rio Grande do Sul, ou campanha, região sudoeste do Estado e se estende até o Uruguai e parte da Argentina. Sendo que nesses dois últimos países essa figura é chamada “*gaucho*”.

Considero que assim como o processo de identificação e a cultura sofrem influência do meio, o inverso também é verdadeiro, o meio sofre a influência da cultura que o habita. Para Paul Claval “a instituição da sociedade é, pois, sempre inseparável daquela do espaço”. Esse autor ainda destaca a importância dos mitos e ancestrais para a institucionalização do espaço (CLAVAL, 1999, p. 207-210).

De acordo com Helena Brum Neto “a ocupação do sudoeste do território rio-grandense por portugueses permitiu a consolidação do Rio Grande do Sul como Unidade da Federação”;

porém, a participação espanhola na contribuição para a formação cultural desta região é muito significativa, assim como a mestiçagem com os habitantes nativos do Pampa. Para esta autora:

A relação entre essas três culturas originou o gaúcho do Rio Grande do Sul. Esse apresenta um tipo físico característico, que se consolidou via costumes e tradições. Essas se solidificaram, no decorrer do tempo, em virtude da configuração das atividades realizadas no campo, uma vez que, existem versões do gaúcho no Uruguai e na Argentina, apresentando peculiaridades que os tornam distintos (BRUM NETO & BEZZI, 2008, s/p).

Atualmente se discutem várias possibilidades de abordagens para o conceito de paisagem, oriundas de diferentes vertentes da Geografia, que consideram sua interação com os conceitos de espaço e território. De acordo com Marcos Aurélio Saquet é a partir de 1960-70 que o conceito de paisagem se alarga de uma simples descrição para “o reconhecimento dos aspectos inerentes às relações sociais” (SAQUET, 2007, p. 139)¹⁴.

Para este autor há pesquisadores dentro da Geografia que adotam um conceito que se aproxima do materialismo histórico. Tal concepção é semelhante à adotada por Santos, para quem a paisagem existe no espaço social, através das relações sociais que envolvem o homem e o espaço presente. A paisagem é assim “o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Já espaço, para esse autor “são essas formas mais a vida que as anima” (SANTOS, 1997, p. 83). A paisagem, diz Santos, “não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições”. Ela é “uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que tem idades diferentes, é uma herança de muitos momentos já passados” (SANTOS, 1996, p. 87).

¹⁴ "Depois de um ponto de vista naturalístico da paisagem, formula-se a abordagem historicista e materialista, com Lucio Gambi, Emilio Sereni e Massimo Quaini, por exemplo. Também se efetiva a abordagem humanística, centrada na percepção de sujeitos, na representação e em símbolos da vida cotidiana, como faz Denis Cosgrove e, finalmente, elabora-se uma perspectiva *interativa*, reconhecendo-se a objetividade e a subjetividade da paisagem, com uma tendência significativa a representação e a gestação de planos de desenvolvimento no nível do lugar". (SAQUET, 2007, p.139)

A paisagem corresponde a "tudo àquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança é a paisagem. Esta pode ser definida como domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos odores, sons etc." (SANTOS, 1988, p. 61). Essa visão depende da posição do observador, assim como de sua percepção.

Já Eugênio Turri propõe uma abordagem do território sem separá-la da paisagem. Para ele "a paisagem é uma vestimenta histórica do território, mas este e as mudanças diacrônicas nele inscritas permanecem, como dados, incorporados no tecido territorial" (TURRI, 2002 *apud* SAQUET, 2007, p. 141).

Saquet também considera essa relação entre paisagem e território, sendo este último

uma apropriação social do ambiente; o ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas e unitárias. Um homem age no território, espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver, objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social e historicamente organizado e produzido e a paisagem é o nível visível e percebido deste processo (SAQUET, 2007, p. 142).

Deste modo "a paisagem, [...] pode ser considerada como o *visível do território*, move-se, vive e envelhece como os homens" (SAQUET, 2007, p. 142).

O território é então a apropriação do espaço por um determinado grupo, enquanto que a paisagem é o resultado visual desta apropriação. Dessa maneira não é possível dissociarmos estas três categorias de análise. Como o território supõe apropriação, conseqüentemente há um processo de identificação que se dá através da percepção, do que é visível, portanto, da paisagem.

Dessas leituras entende-se que a paisagem é formada por "pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço" (SANTOS, 1996, p. 89) e que também é o que vemos do território (territorialização), e por fim que se há modificações substanciais no modo de construir o espaço e no agente desta

ação, há modificações também no modo de representá-lo, e como consequência, na construção das identidades.

Como a paisagem não existe por si só, e sim a partir do momento que a formulamos visualmente, para Sandra Pesavento “uma paisagem é um recorte da natureza organizada pelo olhar” (PESAVENTO, 2008, s/p). Essa organização é feita a partir de nossas vivências, de nossa forma de ver o mundo, que se dá através da cultura. Não se deve confundir a natureza com a paisagem, assim como com o espaço. A paisagem é moldada a partir da nossa percepção, já o espaço existe, apesar do homem.

Para Augustin Berque a paisagem vai além da percepção ela "existe em primeiro lugar, na sua relação com um sujeito coletivo: a sociedade que a produziu, que a reproduz e a transforma em função de uma certa lógica.[...]" (BERQUE, 1998, p. 84). Para este autor não basta explicar de que forma determinada paisagem foi produzida como objeto e sim

compreender a paisagem de dois modos: por um lado é vista por um olhar, aprendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. e, por outro lado ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política etc. (BERQUE, 1998, p. 86)

Ou seja, de acordo com esta concepção “a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário, que se auto produz e se auto reproduz [...] pelo jogo, jamais de soma zero, desses modos diversos. [...] esse jogo impregnado de sentido que é a cultura” (BERQUE, 1986, p. 86). Enfim, para Berque, ao se estudar a paisagem não está em causa somente a visão, mas todos os sentidos, não só a percepção “mas todos os modos de relação do indivíduo com o mundo [...]”. Desta forma a paisagem “situa os indivíduos no seio de uma cultura, dando com isso um sentido a sua relação com o mundo (sentido que, naturalmente, nunca é exatamente o mesmo para cada indivíduo” (BERQUE, 1998, p. 87).

É importante destacar que para a Geografia Cultural¹⁵ a paisagem

tem uma dimensão morfológica, ou seja, é um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana, e uma dimensão funcional, isto é, apresenta relações entre as suas diversas partes. Produto da ação humana ao longo do tempo, a paisagem apresenta uma dimensão histórica. Na medida em que uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre, apresenta uma dimensão espacial. Mas a paisagem é portadora de significados expressando valores, crenças, mitos e utopias: tem uma dimensão simbólica. (CORRÊA, 1998, p. 8)

Haja vista as relações entre paisagem e cultura considero para o universo desta pesquisa, a paisagem enquanto sua dimensão simbólica, ao que alguns geógrafos chamam de “paisagem cultural” (COSGROVE, 1998). É importante destacar que a paisagem existe a partir do olhar do observador, na interação com o homem, ela carrega em si toda uma carga simbólica atribuída pelo homem e permeada pela cultura. Portanto não há como dizer a existência de uma paisagem natural.

A visão antagônica entre homem e natureza nos levou a destruir grande parte de nossos recursos naturais, como se a natureza servisse para ser explorada, dominada e não compartilhada.

Porém, há que se reconhecer a indissociabilidade entre homem e natureza, e sua condição de reciprocidade, tal qual defendida por Simon Schama

conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembrança quanto de estratos de rocha (SCHAMA, 1996, p.17).

Em seu livro “Memória e paisagem”, Schama discute a relação entre homem e natureza, entre cultura e natureza, de como este par se relaciona diferentemente através do espaço e do tempo, em diferentes culturas. O autor percorre diversos lugares para encontrar as

¹⁵ Sobre o desenvolvimento da Geografia Cultural consultar: CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

marcas deixadas pelo homem e como essas marcas se incorporaram à paisagem e são carregadas de memória. Também destaca a importância do mito como fenômeno histórico. “Perceber o contorno fantasmagórico de uma paisagem antiga, sob a capa superficial do contemporâneo, equivale a perceber, intensamente, a permanência dos mitos essenciais.” Para este autor a “paisagem é cultura antes de ser natureza”, pois é resultado de uma construção do imaginário, portanto, auxiliada pela memória (SCHAMA, 1996, p. 27).

Há autores que consideram que existem dois tipos de paisagem, uma paisagem cultural e uma paisagem natural, principalmente na Geografia (CORRÊA, 1998; SAUER) para a qual a paisagem cultural seria o resultado de uma ação humana sobre a natureza. Para Sauer "a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado" (SAUER, *apud* CORRÊA, 1998, p. 9).

Para esta pesquisa considero a paisagem como uma construção cultural, portanto, em constante transformação.

Essa transformação se processa de forma lenta ou abrupta. No entendimento de Santos, uma ação que resulta em alteração na paisagem se dá de forma parcial, pois “alguns dos seus elementos não mudam - ao menos em aparência - enquanto a sociedade evolui. **São as testemunhas do passado**” (SANTOS, 2004, p. 54, grifo meu). Conclui-se desta forma que a paisagem é dinâmica e

[...] é o resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção. A paisagem, assim como o espaço, altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade (SANTOS, 2004, p. 54).

Mas e quando esta transformação se dá de forma abrupta, como no caso do Pampa rio-grandense, ou em outras áreas do Brasil, onde as monoculturas servem à lógica do capitalismo

predador, que tem como argumento o lucro e a suposta geração de empregos – a produção a qualquer preço?

Apesar do dinamismo da paisagem, é possível encontrar os vestígios do passado nesta nova configuração da paisagem? A transformação brusca do campo em floresta?

Para Corrêa “com a introdução de uma cultura diferente, isto é estranha, se estabelece um rejuvenescimento da paisagem cultural, ou uma nova paisagem se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga” (CORRÊA, 1998, p. 59).

Porém a introdução de monoculturas de árvores exóticas está transformando muito rapidamente a paisagem do Pampa gaúcho que se constituía pelos campos nativos e o gado, que foi introduzido a partir do século XVII.

Ao constatar que a paisagem é produto da cultura que ali habita, mas também é produtora de cultura (marca e matriz) e age sobre o imaginário coletivo, concordo com Schama que destaca que mitos e lembranças de uma paisagem possuem uma extraordinária permanência. Os mitos geralmente são construídos sobre uma base territorial, necessitam de um espaço para serem cultuados; as batalhas, os heróis, fazem referência ao lugar onde o evento aconteceu. De acordo com Bonnermaison:

Antes de criar a sociedade, o mito constrói território. Reparte os homens no espaço, teria os nomes dos homens (aqueles dos ancestrais, dos heróis e civilizadores ou totêmicos) e com um mesmo movimento se vincula aos lugares. Toda uma geografia sagrada daí decorre. Pelo mito, a terra torna-se "pátria" e a paisagem, uma matriz de enraizamento banhada no tempo mítico das origens. (BONNERMAISON, 1986a *apud* CLAVAL, 1999, p. 208).

O mito do gaúcho, o guerreiro, o homem desbravador que conquistou o território - permaneceu, pelo menos no imaginário. Esse mito é recriado e ressignificado tendo como referência uma região específica do estado Sulino¹⁶. Mito que permanece e se faz presente na

¹⁶ Importante destacar que o mito do gaúcho tem suas origens no Pampa que se estende pela Argentina e Uruguai, portanto não é específico do Estado do Rio Grande do Sul e sim, adquiriu um caráter transnacional. De acordo com Manoelito de Ornelas houve uma “interpenetração social facilitada pelo Pampa, como território comum a três países” (ORNELLAS, 1999 *apud* ROCCA, 2004, p. 74).

paisagem. Isso porque as ações do homem sobre o meio se caracterizam em uma ação cultural e estas ações ficam gravadas no espaço. Santos diz que “a paisagem existe, através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual” e estas formas desempenham uma função atual, “como resposta às necessidades atuais da sociedade” (SANTOS, 1997, p. 84). Portanto, a paisagem existe no espaço social, através das relações sociais que envolvem o homem e o espaço presente, assim como é uma das bases para a criação e permanência dos mitos.

Cada cultura possui seus códigos de representação e pode atribuir significados diferentes ao mesmo referente. A paisagem pampiana, por exemplo, enquanto referente ao cavaleiro, ao peão de estância, pode significar a liberdade ou o trabalho, já para um morador dos grandes centros pode significar monotonia, pois esse referente atribui um significado de acordo com os códigos culturais de seu grupo, de acordo com a sua vivência.

Posso concluir então que todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem, mas estes significados só fazem sentido através do nosso olhar, combinado ao imaginário e à memória, pois é neste meio material que a memória encontra a base para a sua permanência.

Assim como a cultura se mantém através das práticas - são as práticas cotidianas que fazem com que certas expressões culturais não desapareçam, o significado da paisagem se mantém na medida em que a cultura, a tradição, o mito a ela vinculado se mantêm. Do mesmo modo a memória necessita de um referencial, pois de acordo com Letícia M. Ferreira a memória

percorre os antigos caminhos e se nutre deles quando ainda existem, ou os recria em imagens e sensações, a partir dos vestígios deixados. De uma forma ou de outra, através dos sentidos ou do ato criativo, a paisagem onde a vida acontecia é moldura, cenário, é a própria matéria da recordação (FERREIRA, 2002, s/p).

Maurice Halbwachs enfatiza que nossos pensamentos e nossos movimentos estão ligados à sucessão de imagens que nos rodeiam, ou seja, nos acostumamos a ver os lugares de acordo com o que apreendemos deles, ao longo do tempo. Assim “cada sociedade recorta o espaço a seu modo [...] de modo a constituir um quadro fixo onde encerra e localiza suas lembranças” (HALBWACHS, 1990, p. 160).

Pode-se dizer então que a memória se sustenta na paisagem (e vice-versa), no lugar, nos objetos; a capacidade de evocação encontra ali uma base para a sua permanência e é nesta base que se formam as identidades. A manutenção da memória de uma dada paisagem cultural, assim como as práticas ou rituais que nela são referenciados são essenciais para a permanência e reprodução dos mesmos.

As transformações ocorridas no Pampa me fazem questionar sobre a velocidade da modificação da percepção desse espaço e de suas implicações na memória e no imaginário que não encontram abrigo em uma paisagem estranha. A paisagem do pampa está em modificação, em que medida as marcas do passado se transformam? De acordo com Fernando Frochtengarten “essa condição, em que o passado deixa de ser o que era, é acompanhada pela abertura de um hiato entre o homem e o lugar” (FROCHTENGARTEN, 2004, s/p).

Cabe então entender de que modo essas transformações interferem na constituição da (s) identidade(s) do gaúcho.

CAPÍTULO 2. A PAISAGEM DO PAMPA E A IDENTIDADE DO GAÚCHO



**Figura 3. Prova campeira - Festa do Churrasco – Bagé
Em 18/12/2007
Acervo: LEPAARQ/UFPEL**

A terra é nobre e boa, e sua fisionomia traz as feições maduras de longa história; o elemento humano é múltiplo nas suas origens e nos seus talentos, e uno nas aspirações culturais; e é do homem e da terra que todas as culturas tomam a sua origem e as feições de sua personalidade.

(RAMBO, 1954)

2.1 Caracterização da paisagem do pampa gaúcho

O Rio Grande do Sul possui uma área de 281.748,538 km², uma população de 10.582.324 habitantes, com clima subtropical, relevo com três regiões naturais distintas e dois grandes biomas: Mata Atlântica (no planalto serrano e região lagunar) e Pampa (IBGE, 2007).

O Bioma Pampa, no Brasil, se estende de São Borja, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, passa pela região central do estado até a praia de Torres, no litoral norte. Abrange ainda a Campanha gaúcha, a Lagoa dos Patos, a Reserva do Taim e vai até o Chuí, no extremo sul do país (ver figura 4). Além do Brasil esse Bioma abrange mais três países: Argentina, Uruguai e uma pequena parte do Paraguai, atingindo um total de aproximadamente 1(um) milhão de quilômetros quadrados, extensão representada na figura 5¹⁷.

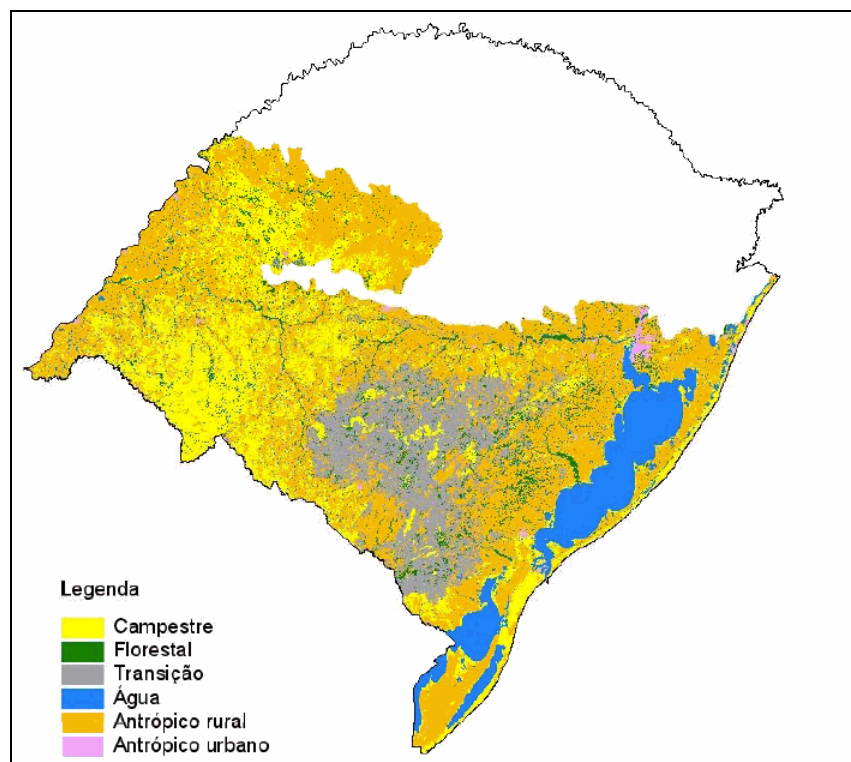


Figura 4. Bioma Pampa /Sem escala
Fonte: Relatório Bioma Pampa/Ecologia: UFRGS/2007

¹⁷ O termo “sabana” em português significa savana. De acordo com a WWF, os campos sulinos estão incluídos em uma única Ecoregião que é a Savana Uruguiaia.

No Brasil, de acordo com o IBGE, essa região corresponde aos campos sulinos (IBGE, 2007).



Figura 5 – Área de pastizales Del Cono Sur
Fonte: www.pastizalesdelconosur.org

Essa região possui uma grande diversidade de vegetais e animais. Foram identificadas 1600 espécies de vegetais (374 gramíneas e pastos), na Argentina; 2500 (400 gramíneas), no Uruguai e 3000 (400 gramíneas) nos campos do Sul do Brasil (PASTIZALES DEL CONO SUR, 2009, s/p). Além da diversidade vegetal há também uma grande diversidade de espécies animais, como 69 espécies de mamíferos, 211 aves, 31 répteis, 23 anfíbios e 49 espécies de peixes.

Tão importante quanto a diversidade biológica dessa região é a diversidade sócio-cultural, pois abriga profundas *“raíces culturales, reunidas en la figura del “gaucho” (hombre ligado a la tradicional actividad ganadera de las pampas)”* (PASTIZALES DEL CONO SUR, 2009, s/p).

Para este estudo discuto mais detalhadamente a conformação do Bioma Pampa no Estado do Rio Grande do Sul, sem perder de vista que o mesmo faz parte de um sistema maior que se estende por esses quatro países da América do Sul.

De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Ministério do Meio Ambiente (IBAMA/MMA) o Bioma Pampa abrange aproximadamente 63% do território rio-grandense (cerca de 180 mil Km²) e apresenta cerca de três mil espécies de plantas, mais de 400 espécies de aves e cerca de 90 espécies de mamíferos terrestres. Sendo que algumas destas espécies somente ocorrem nesta área do planeta. Apesar dessa diversidade apenas 0,36 % do Bioma estão incluídos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Rio Grande do Sul.

O Pampa, na definição da bióloga Luiza Chomenko:

Caracteriza-se por um conjunto vegetacional campestre relativamente uniforme em relevo de planícies, onde predomina a cobertura vegetal em estepe e savana estépica, que correspondem aos campos do planalto e da campanha, e vegetação mais densa, arbustiva e arbórea, nas encostas e ao longo dos cursos d'água; além disto se caracteriza também pela ocorrência de banhados. (CHOMENKO, 2006, s/p).

As características naturais do Bioma Pampa não são homogêneas, como está representado na figura 4, mas pode ser visualizado o predomínio das formações campestres.

De acordo com relatório desenvolvido pelo Centro de Ecologia da UFRGS, apenas 11,7% do Bioma Pampa continua sem qualquer uso (com floresta ou campo), o restante possui algum tipo de atividade antrópica, sendo que a pecuária é predominante. De acordo com esse relatório “os campos nativos com uso pecuário extensivo foram considerados remanescentes” (HASENACK, 2007, s/p), pois mantém características fisionômicas mais próximas da condição original.

O Pampa, em todas as suas formas, inicia-se na Argentina (Patagônia, Região Pampeana, Córdoba, Entre-Rios, Santa Fé, Corrientes e Misiones), estando presente em todo o território do Uruguai e no Brasil, nas regiões da Campanha, Serra do Sudeste, Depressão Central, Missões, Litoral Sul e Baixo Vale do Rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul¹⁸ (HASENACK, 2005, p. 48).

¹⁸ Predominam comunidades vegetais compostas, em sua grande maioria, por espécies de Gramíneas de valor forrageiro, leguminosas úteis ao pastoreio e também outras plantas herbáceas. Boldrini (1997) estima a existência de cerca de 400 espécies de Gramíneas e pelo menos umas 150 de Leguminosas de campo no RS.

Em um projeto elaborado em 2001 pela UFRGS o Estado do Rio Grande do Sul foi dividido em cinco unidades de paisagem e estas foram subdivididas em 13 subunidades (GUASSELLI E SUERTEGARAY, 2001, p. 30-31).

A região por mim analisada abrange parte das unidades denominadas de Escudo Sul Rio-grandense, Planície Costeira e Depressão Central. Esta área é caracterizada no Escudo sul-rio-grandense por cobertura vegetal de gramíneas lenhosas – campos sujos; cobertura vegetal mais densa (campos mistos). Na Depressão central cobertura vegetal de gramíneas associada à mata de galeria – campos. Na Planície costeira é caracterizada por grandes extensões de áreas planas, associadas à presença de águas (banhados, laguna, lagoas) – onde predomina o plantio de arroz (GUASSELLI E SUERTEGARAY, 2001, p. 31-35).

De acordo com Guasselli e Suertegaray “as paisagens do Rio Grande do Sul, no imaginário de grande parte da população, se expressam através de uma simplificação da leitura do espaço em duas grandes unidades de paisagem: a paisagem agrícola do norte do Estado e a paisagem pastoril do sul”. Porém, atualmente, novas tecnologias e metodologias de análise permitem revelar uma diversidade, “uma mescla de paisagens, como a própria palavra mosaico sugere” (GUASSELLI E SUERTEGARAY, 2001, p. 36 -37).

O Pampa rio-grandense, ao longo do tempo se firmou como um dos componentes do tipo gaúcho. De acordo com Rogério Haesbaert:

Longe de ser um processo deliberado, “maquinado” nas alcovas do poder, o gauchismo acabou, por uma série de circunstâncias, transformando-se, gradativamente, no amálgama necessário para consolidar a “região” e o território do Rio Grande do Sul, sua unidade sócio-espacial, de ordem muito mais do campo das representações do que das práticas sociais. [...] Alguns dizem que a figura do gaúcho, cavaleiro e criador de gado em grandes propriedades, era invejada como símbolo de poder pelos camponeses e agricultores sem terra vindos da Europa pobre do século XIX. Outros falam que o poder da velha oligarquia latifundiária acabou se impondo pela “força simbólica” de seus mitos, aliados indissociáveis de sua força político-militar (HAESBAERT, 2004, p. 249-250).

Mohr dieck (1980) classificou as formações campestres do Rio Grande do Sul em cinco tipos, de acordo com as regiões fisiográficas: Campos de Cima da Serra, Planalto Médio, Depressão Central, Campanha, Encosta do Sudeste e Litoral Sul. (PROJETO RS BIODIVERSIDADE, 2005, p. 48)

A região sul do Rio Grande do Sul, que está inserida no Bioma Pampa, foi por muito tempo o suporte econômico do Estado, porém perdeu forças para as regiões agrícolas com a decadência da atividade da pecuária. Assim,

sobreviveu a figura do gaúcho quase como uma “compensação” pela perda de poder político-econômico da sua região. Esta unidade simbólica compensadora de uma unidade econômica e socialmente mais frágil [...] parece ter adquirido maior força – para que fosse, assim, mais eficaz – do que nos próprios vizinhos pampianos, Uruguai e Argentina, a princípio propensos a serem mais “gaúchos” do que os brasileiros do sul (HAESBAERT, 2004, p. 250).

Para este autor o Pampa no Rio Grande do Sul parece ter adquirido um caráter mais particular que nos dois países vizinhos, influenciando o imaginário de outras regiões do estado sulino.

Em um trabalho intitulado “Regiões Culturais”, Helena Brum Neto e Meri Lourdes Bezzi estudam a construção das identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem. A pesquisadora destaca que devido à diversidade étnica, que contribuiu para a formação do estado, foram identificados vários “gaúchos” com características específicas de cada região, porém com traços em comum, traços estes relativos ao tradicionalismo e nativismo. Para essas autoras “a região cultural é uma apropriação simbólica do espaço por um determinado grupo, o qual também é elemento constitutivo da identidade regional” (BRUM NETO & BEZZI, 2008, s/p).

A região referida por Brum Neto e Bezzi (figura 6) identificada como “região cultural 1” coincide com o atual Bioma Pampa e apresenta algumas características mais marcantes tais como a vestimenta típica; a gastronomia com o churrasco e a erva-mate; a habilidade com o cavalo; o vocabulário que encontra origens na mistura entre o português, espanhol e africano, assim como o modo de falar específico desta região como o uso do “tu” ao invés de “você”, este mais comum em outras regiões do estado (BRUM NETO & BEZZI, 2008, s/p).

Neste contexto, pode-se dizer que o gaúcho reconhece as suas origens nessa região, onde se formou a matriz cultural que o originou, atrelada a tradições que se mantiveram ao longo do seu processo evolutivo sócio-espacial. A identidade cultural dessa porção do território rio-grandense delineou-se em virtude da atividade campeira e dos códigos culturais que se desenvolveram mediante a fusão dos costumes das etnias que a compõem (BRUM NETO & BEZZI, 2008, s/p).

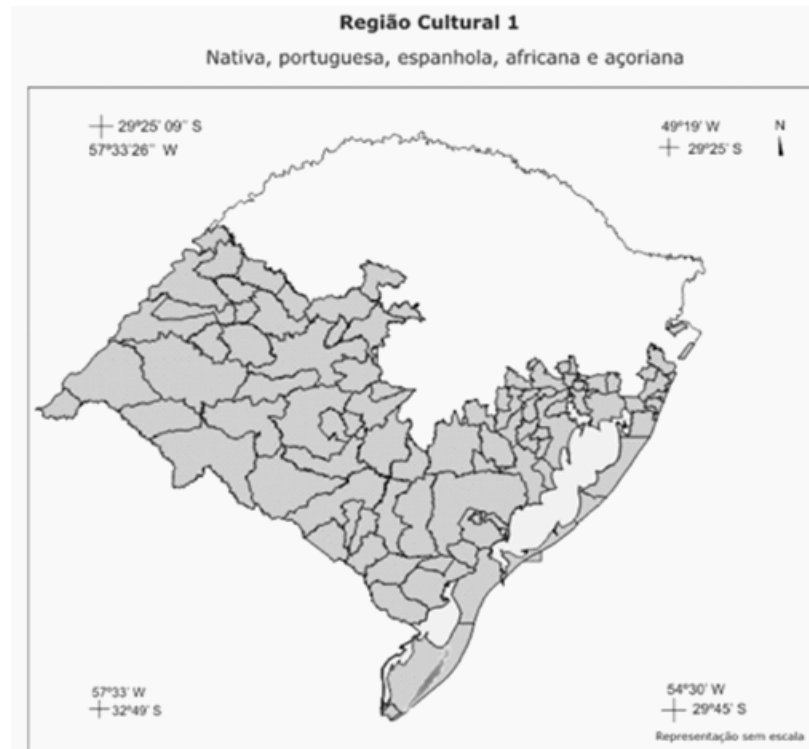


Figura 6. Região Cultural 1
Fonte: (BRUM NETO & BEZZI, 2008)

A pesquisa citada também concluiu que apesar de serem predominantes nessa região, todas essas características se fazem presentes em menor medida em outras regiões do Estado, o que demonstra que o tipo gaúcho por ser uma construção histórica, se mantém mesmo em áreas de colonização italiana ou alemã, onde houve a incorporação de vários hábitos acima referidos.

A região por mim analisada está inserida no Bioma Pampa e em uma “região cultural” na qual predominam os hábitos e costumes gaúchos que se mantêm da mesma forma que a paisagem de campos.

Definido o espaço da investigação, cabe agora discutir a(s) identidade(s) do gaúcho associada(s) a essa paisagem e até que ponto essa associação é mantida a partir das discussões sobre globalização e fragmentação dos territórios e das identidades.

2.2 Identidade do gaúcho - construção ou invenção?

Em um trabalho intitulado “Territorialidades Gaúchas” Rogério Haesbaert apresenta o quadro atual das migrações a partir da Região Sul do Brasil, mais especificamente sobre “a rede Gaúcha” dentro e fora do Brasil. Para este autor:

A concentração da propriedade privada da terra e a crise econômica que levou milhares de rio-grandenses para fora de seu Estado levou também com eles a identificação com este espaço, ou melhor, com o espaço ou a “região” tradicional do latifúndio e da vida campeira, mesclado de forma contraditória com a imagem da força econômica da zona colonial e das grandes áreas urbanas. (HAESBAERT, 2004, p. 251).

Portanto, ao se falar em identidade do gaúcho, não se pode atribuir somente à figura tipificada do gaúcho oriundo da Campanha, pois esta construção identitária é mais complexa e dispersa nas várias regiões do Estado e até mesmo fora dele.

Ao migrarem para outros estados ou até mesmo outros países (como Argentina, Uruguai e Paraguai), mantêm fortes vínculos com o espaço de origem que é “a referência simbólica ou para alguns autores “a territorialidade” frente à qual pode ser construído e reconstruído um processo de identificação social” (HAESBAERT, 2004, p. 248).

Ao invés de configurarem “novas regiões”, os gaúchos constroem territórios/territorialidades “muito mais complexas e que demonstram toda uma mutação no desordenamento dos espaços, típica deste mundo global-fragmentado da passagem do século”. Mesmo fora do Estado os “gaúchos” levam consigo “todo um modo de vida em

termos políticos e culturais” (HAESBAERT, 2004, p. 251), que tem sua origem no espaço da Campanha.

Dentro de um cenário de globalização e fragmentação dos territórios, da relação espaço-sociedade diferenciada, adquire significativa importância a análise das identidades construídas em uma base regional ou territorial. Surge a questão: Como estas identidades estão se comportando frente a essas mudanças?

Nessa perspectiva a identidade do gaúcho, edificada sobre uma base territorial que está em processo de fragmentação, afeta as identidades a ela vinculadas?

A modernidade tardia experimenta uma desestabilização das estruturas de referência como o Estado e a Nação, fazendo com que o sujeito entre em contato com uma variedade de identidades. Ao mesmo tempo esse fenômeno provoca uma volta às origens, uma busca pelo local, onde o sujeito perde os referenciais e tenta encontrá-los na sua origem. De acordo com Gilson Lima

a globalização fortalece o desenraizamento, mas também fortalece a tribalização. As pessoas começam a perder referências maiores, de nacionalismo, e buscam referenciais mais próximos, locais. No Rio Grande do Sul, isso se aplica à recuperação da demarcação da cultura (LIMA, 2002, p.1).

A identidade do gaúcho tem uma origem histórica, assim como está baseada em práticas culturais e em um dado espaço. Essa identidade é periodicamente reafirmada e ou reconstruída em face de situações que a coloquem em perigo, ou seja, que se torne necessária para a confrontação com o outro.

Porém essa identidade não é estática, ela passou constantemente por processos de resignificação. De acordo com Hall “as identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter certa correspondência”, essas identidades

têm tanto a ver com a invenção da tradição quanto com a própria tradição, a qual elas nos obrigam a ler não como uma incessante reiteração mas como "o mesmo que se transforma" (Gilroy, 1994): não o assim chamado "retorno às raízes", mas uma negociação com nossas rotas (HALL, 2006, p. 109).

Ela(s) ressurge(m) como um discurso seja ele material ou político, e mesmo que sua ligação com a história esteja no campo do imaginário e “portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao menos, no interior de um campo fantasmático”, é preciso “compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas” (HALL, 2008, p. 108-109).

A identidade do gaúcho foi uma construção gradativa, e localizada espacialmente a partir da região da Campanha (sudoeste do Rio Grande do Sul).

O Estado do Rio Grande do Sul teve sua ocupação de forma tardia em relação ao restante do país. De acordo com Sandra Pesavento (1994), somente ao final do século XVI através de expedições litorâneas de exploração e comércio do pau Brasil se tomou conhecimento do Estado. Naquele momento foram feitas descrições da costa litorânea; porém foi somente a partir do século XVII que o território foi ocupado. Primeiramente pelas Missões Jesuíticas Portuguesas (a partir de 1605) que não prosperaram e, em seguida, (por volta de 1626) pelas Missões espanholas que penetraram no Rio Grande do Sul vindas do Paraguai e se estabeleceram na zona de Ijuí, Piratini, Jacuí, Taquari, Ibicuí, Guaíba e Rio Pardo, formando grandes estâncias de criação de gado¹⁹.

Com as expedições dos Bandeirantes ao encalço dos índios que habitavam essa região, os jesuítas espanhóis abandonaram as terras e foram para a outra margem do rio Uruguai onde fundaram os Sete Povos das Missões. O gado remanescente das Missões foi criado solto e se

¹⁹ De acordo com Spalding foi o jesuíta Cristóvão de Mendoza quem introduziu o gado bovino na Capitania Del Rei em 1634, onde foi fundada a primeira estância missioneira no Rio Grande do Sul (SPALDING, 1953).

multiplicou livremente, tornando-se quase selvagem. Aos poucos a região das Missões tornou-se importante produtora e exportadora de erva-mate, assim como de extração do couro do gado (PESAVENTO, 1994, p. 12).

Em 1726 a Coroa Portuguesa concedeu a primeira sesmaria a Manoel Gonçalves Dias Ribeiro em Tramandaí, onde surgiram as primeiras estâncias de criação de gado, que serviam para abastecer as charqueadas. Em meio a um ambiente pastoril, com grandes distâncias a serem percorridas, ganhou destaque a figura do peão, por sua habilidade com os cavalos e facilidade para se locomover.

A construção deste tipo foi gradual e levou um longo período para se desenvolver. No princípio da ocupação do território rio-grandense o gaúcho tinha um caráter pejorativo, para Álvaro Luiz Heidrich:

Tal figura, na origem desprezada por seu caráter bandoleiro, após a sua assimilação como peão de estância, ou guerreiro nos enfrentamentos como as Revoluções Farroupilha, Federalista, a Guerra do Paraguai, passou a ser cultuado como o tipo representativo do Pampa (HEIDRICH, 2004, p. 221).

Essa transformação é destacada também por Ruben Oliven:

No período colonial o habitante do Rio Grande do Sul era chamado de guasca e depois de gaudério, este último termo possuindo um sentido pejorativo e referindo-se aos aventureiros paulistas que tinham desertado das tropas regulares e adotado a vida rude dos coureadores e ladrões de gado. (OLIVEN, 2006, p. 66).

De acordo com Barbosa Lessa “[...] em 1834, um dos pasquins legalistas de Porto Alegre achou que a melhor maneira de ofender o Coronel Antônio de Souza Neto [...] foi chamá-lo de gaúcho”, configurando-se em xingamento.

Porém, mesmo nessa época em que os habitantes do Rio Grande do Sul não se reconheciam como gaúchos, já apresentavam uma predisposição ao nativismo devido a algumas características que os diferenciavam de outras partes do Brasil. Para Lessa essa

diferenciação poderia ser relativa à sua posição geofísica “[...] – 30 graus de latitude marcando o encontro das massas polares com as massas tropicais – a lida em torno do gado e do cavalo, a proeminência do militarismo como contingência das guerras de fronteira [...]” (LESSA, 1985, p. 27).

Lessa destaca que August de Saint Hilaire em 1820 teria estranhado que mesmo o Rio Grande do Sul tendo a mesma origem histórica, se diferenciava em vários aspectos dos paulistas, mineiros e até mesmo catarinenses. As peculiaridades em relação a outras províncias ajudaram a reforçar ou a produzir uma identidade e um apego à terra, reforçada pelas diferenças em relação ao restante do país (LESSA, 1985, p. 31).

O emigrante que chegou ao Rio Grande do Sul, a princípio mostrava desprezo pelos costumes locais, que eram caracterizados como grosseiros. De acordo com Saint-Hilaire “em geral, o europeu, tendo aprendido um ofício ou tendo sido criado em meio puramente agrícola, conserva certo desprezo pelos costumes grosseiros desses homens, que nunca tendo onde exercitar sua inteligência levam uma vida pouco diferente da dos selvagens”. Já para os filhos destes imigrantes, “as primeiras coisas que se oferecem às suas vistas são cavalos e gado, induzindo-os a imitar tudo o que vêem, aprendendo a montar tão bem quanto os que lhe cercam, pois não vendo elogios senão para isso, entendem não existir outras habilidades” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 120 - 121).

Para Lessa a lenta escolarização do estado sulino proporcionou o acesso às letras a uma minoria, o que levou a uma divisão “de um lado a cultura cultivada – institucionalizada e oficial – e, de outro lado a cultura *folk* (na conceituação do sociólogo inglês William Thoms), espontânea, transmitida oralmente no dia-a-dia. De um lado a sabedoria da escola, de outro a sabedoria do povo (*folk-lore*)”. E complementa “a xucra maioria dos galpões, nada mais pode fazer senão seguir para a coxilha [...]”, já no meio urbano “não querendo ser confundida com

a sociedade galponeira, a sociedade urbana esforçava-se por adotar padrões cosmopolitas” (LESSA, 1985, p. 36-37).

A aceitação e assimilação do tipo gaúcho pelos citadinos foram lentas; ser chamado de gaúcho até então era uma ofensa. Lessa destaca que ao final do século XIX para a cultura *folk* foram trazidas influências das danças copiadas de Paris pela classe média, e que eram reproduzidas nos pianos como a “schottish”, a “polka”, a “habanera”, a “mazurka”, que sob a influência das gaitas-ponto, formaram os “chotes”, “polquinhas”, “vaneras” e “mazurcas”. Porém, as interrelações pareciam parar por aí.

Já no campo, essa interpretação se modificou e na metade do século XIX, quando da formação das estâncias, o gaúcho passou a designar o peão e guerreiro. E esse guerreiro é sempre retomado no imaginário gaúcho para designar essa identidade. Primeiro o guerreiro dos campos, depois da Guerra do Paraguai, da Revolução Farroupilha, da Revolução Federalista. Cabe ressaltar, todas as atribuições relacionadas com a defesa do território. Essas capacidades de luta teriam estreitado os laços entre os peões de estâncias e as famílias estancieiras, assim como o respeito de outras províncias.

Não obstante,

Por volta de 1870 o Rio Grande do Sul experimentou modificações econômicas - com o cercamento dos campos, o surgimento de novas raças de gado e a ampliação da rede viária - que atingiram e modernizaram a Campanha, simplificando sua pecuária e eliminando certas atividades servis, como as dos posteiros e dos agregados, expulsos dos campos em grande número (OLIVEN, 2006, p. 98).

O peão de estância foi gradativamente expulso do campo. A extinção das charqueadas e a chegada dos frigoríficos acelerou este processo. Nesse período a figura do gaúcho estava quase extinta e, de acordo com Ruben Oliven, “estava em condições de ressurgir como instrumento de sustentação e imposição ideológica dos que a tinham destruído” (OLIVEN, 2006, p. 99).

Como uma reação à cultura vinda de fora, em 1868 foi fundado o “Partenon Literário” em Porto Alegre, formado por um grupo de intelectuais que “através da exaltação da temática regional” aliada aos modelos europeus e à visão positivista das oligarquias rio-grandenses, buscava enaltecer a figura do gaúcho através dos seus feitos, dentre eles a Revolução Farroupilha (OLIVEN, 2006, p. 99).

Uma vez construída a figura do gaúcho começaram a serem criadas agremiações tradicionalistas como o Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, que propunha a celebração de fatos grandiosos. Oliven destaca dois pontos em comum entre as duas agremiações, o Grêmio e o Partenon, ambas criadas por pessoas de origem modestas, intelectuais que não possuíam terras, mas que viam na atividade intelectual uma forma de ascensão social. Para ele ambas as instituições tinham a preocupação com o tradicionalismo e a modernidade²⁰.

Quando da proclamação da República assumiu o poder no Estado, o Partido Republicano Rio-grandense. Era um partido formado quase que exclusivamente por jovens, com formação universitária que, não possuíam vínculo com a oligarquia pecuarista da Campanha.

Seguindo o projeto positivista, o fundador do partido Republicano Julio de Castilhos que tinha como lema “conservar melhorando”, elaborou em 1891 a Constituição Estadual, dando ênfase aos símbolos que representavam a luta na Revolução Farroupilha, como a bandeira com três cores, o verde e amarelo da bandeira brasileira, e o vermelho que significava o sangue derramado na luta contra o poder central. Para Lessa essa Constituição “refletiu a crença na validade das “pequenas pátrias”, tornando o Rio Grande – por um excesso de espírito confederativo – isolado do poder central” (LESSA, 1985, p. 35).

²⁰ O Partenon ao mesmo tempo em que tem como modelo literário a Europa culta e aquilo que se imaginava que ela oferecia de mais avançado, evoca a figura tradicional do gaúcho e louva seus valores que estavam sendo abalados. O grêmio gaúcho, nas palavras de seu fundador, procura manter as tradições sem excluir os costumes do presente (OLIVEN, 2006, p.101).

Nesta época foi criada por João Simões Lopes Neto, em Pelotas, a União Gaúcha, que também tinha a preocupação com as influências vindas de fora. Para ele “nossos usos e costumes tradicionais, resvalam para um lamentável abandono [...] hábitos saudáveis na família estão sendo cada dia abolidos [...] práticas e usanças características, desprezadas. Quem quer que passe em revista o que tem sido ingratamente mutilado da nossa tradição, ficará espantado do evidente lento suicídio da nossa personalidade” (LOPES NETO *apud* LESSA, 1985, p. 43).

Simões Lopes passou a pesquisar e divulgar o *folk-lore* através de seus contos e de artigos publicados em jornais. De acordo com Lessa foi neste período (início do século XX) que os rio-grandenses recém-chegados ao Rio de Janeiro passaram a ser denominados *gaúchos*. Essa denominação era vista com desconfiança pela elite, que negava essa associação, fato descrito por Arthur Toscano em artigo intitulado “Gaúcho, por quê?": “Porque carga d’água chamam ao nosso Estado *terra gaúcha* e aos rio-grandenses, *gaúchos*? Gaúcho, no sentido étnico, histórico, ou peculiar da palavra, é um tipo extinto”; e complementa:

Admitindo, entretanto, como genuinamente rio-grandenses, as trovas atoleimadas, a linguagem, os hábitos arcaicos e abalandronados que por aí nos atribuem, não seria caso de fazermos tudo para esquecê-los ou melhorá-los, na proporção do progresso e do desenvolvimento intelectual que por toda a parte se observa, em vez de formarmos associações para revivê-los ou perpetuá-los? (TOSCANO *apud* LESSA, 1985, p. 46-47).

Ao mesmo tempo em que a modernidade representava o progresso, representava também, uma ameaça pelas práticas trazidas do estrangeiro. Colocava-se, nesse momento, a questão da identidade de forma explícita. Por isso concordo com Bauman ao dizer que:

O campo de batalha é o lar natural da identidade. Ela só vem à luz no tumulto da batalha, e dorme e silencia no momento em que desaparecem os ruídos da refrega. [...] A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa a ser devorado... (BAUMAN, 2005, p.83-84).

Nas palavras de Toscano percebe-se a recusa em admitir algum tipo de ligação com os hábitos do homem do campo de maneiras grosseiras, o gaúcho, tão incongruente com a cidade de Porto Alegre do início do século XX, que era considerada “uma bastilha da cultura importada” (LESSA, 1985, p. 48).

Apesar da resistência foram criadas outras agremiações em outras regiões do Estado, sendo que algumas delas em áreas de colonização alemã ou italiana, o que mostrou o interesse dessas regiões em se integrarem ao modelo cultural vigente. Os imigrantes que foram para a região buscavam sua inserção no novo meio, através da adaptação ao costumes locais, como o hábito de montar a cavalo, o chimarrão e com o tipo gaúcho. Para Oliven, já nesse momento, “identificando-se com o gaúcho, eles experimentavam uma forma simbólica de ascensão social” (OLIVEN, 1990, s/p).

A partir dos anos 1920 (após a 1ª Guerra Mundial) a denominação de “gaúcho” passou a ser aceita por uma parcela maior da população rio-grandense, pois já aparecia com uma conotação positiva “relacionando-se com a perícia campeira” (LESSA, 1985, p. 49).

Em face da guerra e a preocupação com a reafirmação da nacionalidade ressurgiu a busca da definição da identidade local. Nessa conjuntura foi lançada a revista “A Máscara”, em Porto Alegre, e logo em seguida “A Ilustração Pelotense”²¹, em Pelotas; ambas com o intuito de combater “a ditadura literária francesa”. A temática gauchesca se percebe, por exemplo, no soneto *Le Gaucho* de E. Maciel Sá, publicado na “Ilustração Pelotense”:

Je suis lê gaúcho, de savage rudesse.

Des Guascas, mes aieux, héros de mille prouesses,
Des Farrapos glorieux, mes ancêtres em vaillance,
J'ai reçu la valeur de leur fière endurance,
Dont se revêt mon corp set que fait ma richesse.
 (SÁ apud LESSA, 1985, p. 51).

²¹ Revista fundada por Januário Coelho da Costa, em 1919.

A partir desse momento a literatura passou a configurar como um importante espaço para a disseminação das causas gauchescas. Enquanto na Semana de Arte Moderna de São Paulo se disseminou o verde-amarelismo, no Rio Grande do Sul os intelectuais se voltaram para o “regionalismo”, recheado de expressões características do linguajar de galpão e associado à paisagem de campo, da Campanha gaúcha (LESSA, 1985, p. 51-52).

Desta forma ganhava intensidade a “invenção da tradição gaúcha”, invenção a partir da produção e difusão do mito do gaúcho “o monarca das coxilhas”, de acordo com Apolinário Porto Alegre em “O Vaqueano” ou “o centauro dos pampas” de José de Alencar.

Segundo Heidrich, com todos esses elementos, pode-se dizer que o mito gaúcho não era propriamente invenção, mas até certo ponto uma captura (HEIDRICH, 2004, p. 222).

Tal colocação remete ao entendimento de Eric Hobsbawm para tradição inventada:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

Ao final da segunda Guerra Mundial ressurgiu a necessidade de auto-afirmação, pois “o Rio Grande andava bastante esquecido de si mesmo, e a própria bandeira estadual permanecia queimada e escondida desde novembro de 1937. Resquílios do Estado Novo e seu sufoco centralizador” (OLIVEN, 1991, s/p).

Em decorrência disso, em 1947 foi fundado o Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos, por Paixão Cortes²². Porém esse movimento teve um caráter diferenciado do anterior. Enquanto nos anos 1920 a atenção era voltada à literatura, esse tinha como objetivo reviver hábitos e costumes, já quase esquecidos, como as tradições pastoris. Assim em 24 de abril de 1948 foi fundado o “35-Centro de Tradições Gaúchas” (o

²² Folclorista rio-grandense, que serviu de modelo para a estátua do Laçador, um dos símbolos de Porto Alegre (capital do Estado).

primeiro CTG do estado). Com a criação de um estatuto do “35 CTG” foram definidas as regras do tradicionalismo gaúcho, nas palavras de Barbosa Lessa,

tudo isso precisava ser criado! Pois afinal, não estávamos vivendo num galpão autêntico de estância: nosso galpão, porto-alegrense, teria de ser simbólico! [...] com base na cultura tradicional [...] teríamos de criar uma cultura *tradicionalista*, adaptável às mais diversas situações de tempo e espaço. (LESSA, 1985, p. 63)

Os fundadores, ao mesmo tempo em que reconheciam que não deveriam inventar, sabiam da necessidade de preencher algumas “lacunas” como, por exemplo, o nome da vestimenta gaúcha “a pilcha”²³.

Quanto à música e à poesia, colheram informações e aos poucos foi criada a música gauchesca, com influência de Lupicínio Rodrigues, Mário de Andrade (Prenda Minha). Daí por diante a “invenção²⁴” da tradição gauchesca foi aos poucos completada e a ela se incorporou a vestimenta da “prenda”, as provas campeiras, a forma arquitetônica do galpão do CTG (LESSA, 1985, p. 71).

A implantação do mito completou sua vestimenta, incluindo-lhe adereços enobrecedores, bem como passou à descrição de seus hábitos e costumes, filtrando o estilo bárbaro e enobrecendo o rústico. Os atributos e peculiaridades que fazem parte do simbolismo ressaltam, por exemplo, a valentia, a bravura, a qualidade de defensor, de fidelidade a uma causa ou paixão, ser guerreiro e livre. Tal identidade cabe-lhe por sua condição inicial de trabalhador na estância, que vagueia por campos de horizonte aberto, pela necessidade da valentia para a defesa do “seu” território e do gado que é sua razão de sustento, por ter paixão de sua condição e, por tudo isso, ser fiel ao estancieiro que lhe aparece como igual, posto que também é “gaúcho”. (HEIDRICH, 2004, p. 220).

Ao ser questionada sobre a invenção do gaúcho, Maria Eunice Maciel responde “por que podemos pensar que Tradição seja algo recebido passivamente do passado? [...] ela

²³ Até então “Pilcha” significava “dinheiro ou objeto de uso pessoal que possa ter um valor pecuniário”.

²⁴ O objetivo das “tradições”, inclusive as inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõem práticas fixas (normalmente formalizadas) tais como a repetição. (HOBSBAWM, 1997, p.10).

também pode ser pensada pelo contrário, como algo do presente que busca respostas no passado” (MACIEL, 2006,s/p).

Os fundadores do tradicionalismo gaúcho ao se apropriar de alguns conceitos tal como explicitado em “A Invenção das Tradições” de Hobsbawm, complementaram o que acreditavam que faltava. Aos poucos, de acordo com a necessidade, foram incluídos outros elementos como danças, músicas, vestimentas, com influências vindas de outros países, como o Uruguai. Esses elementos “foram convenientemente reunidos e colados” para que “se aproximassem de nossa herança luso-brasileira” (LESSA, 1985, p. 72).

O “tradicionalismo gaúcho” foi lentamente incorporado pela população da capital e espalhou-se pelo interior, que nesta época ressentia pelo seu isolamento em relação à capital. De acordo com Heidrich, até mesmo na política as colônias de imigrantes europeus tinham pouca participação: “a incorporação dos “colonos” à política ocorria através do rígido controle da política municipal, conforme prescrevia a constituição castilhistas” (HEIDRICH, 2004, p. 225).

No campo da educação essa separação se refletia no ensino através da língua original dos imigrantes que aqui chegaram e foi somente a partir da segunda Guerra Mundial, com a proibição do ensino de outras línguas que não a da Pátria-mãe, que esta participação aumentou. De acordo com Heidrich,

(o) isolamento entre as duas sociedades era enfrentado pelo governo gaúcho através de modificações introduzidas no campo educacional, tornando compulsório o ensino em língua nacional. A partir de 1920 o governo do Estado passou a abrir escolas públicas junto às comunitárias e, desde 1909 já condicionava as subvenções a estas, ao ensino de pelo menos duas horas diárias em língua nacional (HEIDRICH, 2004, p. 225).

Ainda para este autor outras medidas foram tomadas pelo governo como a repressão policial e a abertura de estradas, com vistas à integração das comunidades de imigrantes à realidade regional e nacional.

Gradativamente “a assimilação cultural das populações da região colonial pode ser vista pela aceitação da cultura regionalista [...]. A cultura do gaúcho passa a configurar-se num elemento aglutinador para a integração das duas sociedades numa única sociedade regional” (HEIDRICH, 2004, p. 225).

Tal modo de vida do gaúcho, típico do extremo Sul, foi adaptado e estendido a todo habitante do Rio Grande do Sul. Não importa de que região do estado se esteja falando o gaúcho é figura quase unânime para a representação do povo rio-grandense. Essa representação foi absorvida nas áreas de colonização alemã e italiana, num indicativo de que o mito do gaúcho, ainda que a princípio de modo forçado, foi apropriado pelos imigrantes que chegaram.

Como destaca Oliven:

Apesar da diversidade interna do estado [...] a tradição e a historiografia regional tendem a representar seu habitante através de um único tipo social: o gaúcho, o cavaleiro e peão de estância da região sudoeste do Rio Grande do Sul (OLIVEN, 2006, p. 65-66).

A construção do tradicionalismo gaúcho e, conseqüentemente, a construção da identidade do gaúcho se deu numa perspectiva mais urbana do que agrária ou pastoril. Mas porque isso aconteceu? Primeiro porque essa imagem foi positivada. Ao que me parece o homem do campo não necessitava desses artifícios para se afirmar como gaúcho; já os habitantes da capital buscaram essa representação, justamente por estarem se afastando do campo, da lida, dos hábitos e costumes do gaúcho.

Já neste momento posso destacar a convivência de dois tipos “gaúchos” (ou três, pois fora do estado, o habitante do Rio Grande do Sul era também denominado de gaúcho). De acordo com Maria Eunice Maciel “quando falamos em Gaúcho, podemos estar nos referindo ao homem ligado ao pastoreio ou aos nascidos no Rio Grande do Sul. Mas também pode ser

uma figura emblemática, relacionada ao imaginário social da região. Ou seja, uma figura na qual são projetados valores e representações sociais” (MACIEL, 2006, s/p).

A figura do gaúcho passou por diversas economias. Num primeiro momento, até o século XIX foi a criação de gado e a produção do charque que predominavam na região. Num segundo momento, no final do século XIX, houve uma diversificação da produção agrícola, com os imigrantes europeus e o surgimento das primeiras indústrias na região Sul. A introdução dos frigoríficos acabou por intensificar a criação de gado e levou ao terceiro momento, a partir da Primeira Guerra Mundial, quando caíram as exportações de carne, o que resultou na falência de muitos criadores e na diminuição da produção de charque. Nesse momento houve também a expansão da lavoura arroseira.

Mesmo com todas essas transformações econômicas, a paisagem do Pampa pouco se modificou até meados do século XX. A região da Campanha continuou a ser entendida como um local de tradição na criação de gado, favorecida por uma dada paisagem de campo. Permaneceu a percepção da paisagem como “coxilhas a perder de vista” e o horizonte aberto.

O esforço em constituir a tradição gaúcha teve muitas oposições, principalmente por parte das instituições educacionais, e das elites gaúchas. Porém, aos poucos essa resistência perdeu força até que em 1954 o governo Estadual criou o Instituto de Tradições e Folclore da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, mais tarde transformada em Instituto de Tradições e Folclore.

Em 1964 foi aprovada uma Lei Estadual oficializando a Semana Farroupilha, de 14 a 20 de Setembro. A “Chama Crioula” foi recebida com honras no Palácio Piratini, sede do Governo rio-grandense. Em 1966 o Hino Farroupilha foi oficializado como Hino do Rio Grande do Sul. Nesse mesmo ano foi criado o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) que “congrega a maior parte das entidades tradicionalistas do estado” (OLIVEN, 2006, p.120-121). Em 1988 foi instituído na disciplina de Estudos Sociais, o ensino de Folclore nas

escolas estaduais. Em 1989 a “pilcha”²⁵ foi oficializada como “traje de honra e de uso preferencial” no Estado.

Os anos 1980 são caracterizados também pela grande disseminação de CTG’s dentro e fora do Rio Grande do Sul²⁶, alcançando outros países como Paraguai e até mesmo o Japão.

É importante destacar que o processo de construção da tradição do gaúcho se deu em consonância com a crise da pecuária, quando o peão de estância se viu destituído de seu posto. A literatura já destacava essa situação, como na segunda parte de “O tempo e o vento” de Érico Veríssimo e na “Trilogia do gaúcho a pé” de Cyro Martins, onde há uma “desmistificação” do gaúcho campeiro – esse aspecto será discutido no capítulo 3.

Em que pese esse processo construtivo há que se destacar o caráter associativo entre homem e paisagem, reforçado, mesmo que seja de uma forma nostálgica, na Literatura, poesia e música regionalistas. Nelas os feitos heróicos são enfatizados, a bravura é destacada, primeiro por enfrentar as distâncias de uma paisagem sem fim, depois, pelas lutas em que se envolveu pela manutenção do território.

A figura do gaúcho foi construída identificada a uma dada paisagem e uma dada atividade, que, embora tenha sofrido transformações, como a ocorrida com a introdução dos imigrantes e de diferentes atividades de produção, acabou por ser considerada como o modo de ser dos habitantes do estado sulista. Práticas e representações consubstanciaram então, uma identidade do gaúcho como o habitante da região dos Pampas.

O gaúcho mítico sobreviveu na Literatura, na poesia, e teve sua construção apropriada e difundida por instituições e pelo governo²⁷, assim como por parte da historiografia²⁸. Tanto

²⁵ - Pilcha masculina: bombacha (geralmente de tecido de algodão), camisa (manga longa ou curta), botas, colete (pode ser dispensado seu uso caso se utilize o paletó), cinto ou guaiaca, chapéu, paletó, lenço (vermelho, branco, azul, verde, amarelo, ou carijó nas cores supra citadas), faixa, esporas (lida campeira), pala e faca (somente nas apresentações artísticas).

- Pilcha feminina: saia e blusa ou bata, saia e casaquinho, vestido, saia de armação, bombachinha, meias e sapatos (não é permitido o uso de sandálias ou sapatos abertos). Fonte: Diretrizes para pilcha gaúcha. Disponível em: www.mtg.org.br.

²⁶ De acordo com o MTG no Rio Grande do Sul há em torno de 2000 entidades tradicionalistas, entre filiados e não filiados ao movimento. No Brasil todo há em torno de 4500 entidades e fora do país. (OLIVEN, 2006, p. 123).

por dominar e conquistar a natureza (século XVIII), quanto pela perda desse meio de referência (século XX e início do século XXI), e mesmo por ser capaz de lutar pela manutenção de suas raízes em face às influências sócio-culturais externas. De acordo com Oliven:

O Rio Grande do Sul pode ser visto como um caso de regionalismo que é constantemente repostado em situações históricas, econômicas e políticas novas. Mas embora as conjunturas sejam diferentes e a roupagem dos discursos se modernize, o substrato básico sobre o qual estes discursos repousam é surpreendentemente semelhante (OLIVEN, 2006, p. 90).

No seu entendimento “A continuidade e vigência do discurso regionalista gaúcho indicam que as significações produzidas por ele têm uma forte adequação com as representações da identidade gaúcha”. Esta adequação se deve ao fato de que as representações mobilizam “os sentimentos coletivos” e veiculam “identidades e ideologias ligadas a memórias sociais” e passam a fazer parte do imaginário coletivo (OLIVEN, 1988, OLIVEN, 2006, p. 90).

A identidade do gaúcho além de ser uma construção cultural, se constituiu como uma identidade territorial, pois se deu em torno de conquista e da manutenção de um espaço, historicamente denominado de Campanha e mais recentemente, Pampa. De acordo com Haesbaert “atualmente parece viável afirmar que identidades não podem ser entendidas sem a sua correspondente dimensão político-estratégica e, em grande parte, também territorial” (HAESBAERT, 2001, p.4).

Assim como para Stuart Hall,

todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos. Elas têm aquilo que Edward Said chama de suas "geografias imaginárias" (Said, 1990): suas "paisagens" características, seu senso de "lugar", de "casa/lar",

²⁷ Em 1964 foi aprovada uma Lei Estadual oficializando a Semana Farroupilha, de 14 a 20 de Setembro, em 1966 o Hino Farroupilha foi oficializado como Hino do Rio Grande do Sul. Em 1988 foi instituída na disciplina de Estudos Sociais, o ensino de Folclore nas escolas estaduais.

²⁸ FREITAS, 2001; GONZAGA, 1980.

ou *heimat* bem como suas localizações no tempo - nas tradições inventadas que ligam passado e presente, em mitos de origem que projetam o presente de volta ao passado, em narrativas de nação que conectam o indivíduo a eventos históricos nacionais mais amplos, mais importantes (HALL, 2006, p.71-72).

A repetição de certos gestos e atos assume novas significações e podem transformar-se em rituais, criando

para aqueles que o praticam um sentimento de comunidade compartilhada. Na medida em que a lembrança das ações coletivas funde-se aos caprichos da topografia, às arquiteturas admiráveis ou aos monumentos criados para sustentar a memória de todos, o espaço torna-se território (CLAVAL, 1999, p.14).

Posso afirmar assim que a identidade do gaúcho é profundamente enraizada em seu território, assim como a repetição dos rituais contribuem para difundir e manter suas tradições, ainda que em parte inventadas.

Uma questão importante a destacar é o estereótipo da figura do gaúcho. Pode-se observar que fora do Rio Grande do Sul há uma difusão da imagem do gaúcho como um sujeito de linguajar característico marcado pela rudeza, pelo uso de expressões, vestimenta e modos específicos. Porém esta figura por si só não expressa a complexidade da(s) identidade(s) do gaúcho.

O que me interessa neste trabalho é discutir a identidade do gaúcho para além do estereótipo, uma identidade com fortes vínculos territoriais, que possui uma origem mítica, mas que foi construída e é constantemente reposta e atualizada.

Essa figura estereotipada do gaúcho é amplamente difundida, em grande parte pelos centros de tradições gaúchas que, de acordo com Vitor Ramil, “o gauchismo ou tradicionalismo é um amplo movimento organizado que, transitando entre a realidade da vida campeira e seu estereótipo, procura difundir em toda parte o que considera a cultura do gaúcho”. Para este autor o gaúcho funcionaria como um símbolo que é requerido “em especial

nos momentos em que a auto-afirmação se faz necessária, está sempre à mão [...]” (RAMIL, 2004, p. 10-11).

Segundo Maciel:

É possível pensar que existam duas versões do gaúcho: na primeira ele é um símbolo, na segunda um estereótipo. Porém, na prática, considerando como ele é percebido e reproduzido, elas se confundem. As duas se combinam de diversas formas contribuindo para estabelecer diferentes imagens do gaúcho, o que implica criar várias alternativas de reconhecimento (MACIEL, 1994, p.179).

A figura do gaúcho traz em si os estereótipos, mas ela traz também um passado histórico, tem uma essência que permanece e que se localiza nas memórias e no imaginário dos habitantes sulinos. Esse passado que as pessoas incorporam ao real e o ressignificam e ganha força na tradição.

CAPÍTULO 3. MEMÓRIA E LITERATURA: REPRESENTAÇÕES DO GAÚCHO E DA PAISAGEM DO PAMPA

Neste capítulo apresento, primeiramente, questões relativas à constituição da memória coletiva e sua relação com a permanência dos mitos. Em seguida discuto como mito do gaúcho se manteve, em grande medida, através da literatura e faço uma análise da produção literária no Rio Grande do Sul em finais do século XIX e início do século XX, que se caracteriza pela representação do gaúcho e do espaço por ele habitado.

3.1 A memória coletiva e o mito

Considero que a memória é constituída através de uma relação de oposição entre presente e passado e entre tempo e espaço, pois de acordo com Carlos Vogt,

desde Platão e Aristóteles foram considerados como constitutivos da memória, dois diferentes momentos: aquele que Platão chamou de "conservação de sensações", caracterizado pela conservação de conhecimentos passados e aquele chamado de "reminiscência", que consiste na possibilidade de evocar esse conhecimento passado e atualizá-lo tornando-o presente. Trata-se, no primeiro caso da *memória retentiva* e, no segundo, da *memória como recordação* [...] (VOGT, 2007, s/p).

A reminiscência se apoiaria em determinados suportes materiais como, objetos e paisagens.

De acordo com Michel Pollak memória tem a ver com acontecimentos vividos efetivamente ou “por tabela”, mesmo que uma pessoa não tenha vivido pessoalmente determinado acontecimento e sim tido conhecimento através do grupo a que pertence, muitas vezes é difícil distinguir se a pessoa vivenciou ou não determinado acontecimento, pois estes

já fazem parte do imaginário do grupo e das pessoas a ele pertencentes (POLLAK, 1992, p. 2).

Além dos acontecimentos, a memória é constituída por *personagens e lugares*. Os sabores, os cheiros, a paisagem, são elementos evocativos da memória de determinado grupo ou pessoa, que seriam os suportes referidos acima.

Halbwachs destaca que "o lugar recebeu a marca do grupo e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais" (HALBWACHS, 1990, p. 133). Ele também enfatiza que nossos pensamentos e nossos movimentos estão ligados à sucessão de imagens que nos rodeiam, ou seja, nos acostumamos a ver os lugares de acordo com o que apreendemos deles ao longo do tempo. Cada sociedade recorta o espaço a seu modo [...] de modo a constituir um quadro fixo onde encerra e localiza suas lembranças (HALBWACHS, 1990, p. 160).

De acordo com Loiva Félix "a memória, por seus laços afetivos e de pertencimento, é aberta e em permanente evolução e liga-se à repetição e a tradição, sacralizando o vivido do grupo social" (FÉLIX, 1998, p. 41).

E foi na fonte da memória coletiva que a literatura gauchesca bebeu para ajudar na construção mítica do gaúcho.

O imaginário, apoiado no simbolismo que serviu de matéria-prima para a Literatura gauchesca se alimentou no mito e,

se apresenta na condição de existência longínqua, como fato praticamente natural, permite que a referência ao passado misture-se a ele como origem das coisas, conferindo fidelidade ao argumento que nele se sustenta. [...] desse modo, a partir de uma origem mítica, o regional ganha ares de argumento histórico (HEIDRICH, 2004, p. 223).

A partir de meados do século XX o mito tem sido estudado sob uma perspectiva diferente do que vinha sendo até então. De "fábula", "invenção", "ficção" ele passa a ser visto como "uma "história verdadeira" e, ademais, extremamente preciosa por seu caráter sagrado,

exemplar e significativo” (ELIADE, 2002, p. 7). O mito adquire status de verdade, pois se refere ao sagrado. Para o autor,

o mito conta uma história sagrada: ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do “princípio”. Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas dos entes sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. [...] os personagens dos mitos são os Entes sobrenaturais. Eles são conhecidos, sobretudo pelo que fizeram no tempo prestigioso dos “primórdios” (ELIADE, 2002, p. 11).

Importante destacar que o mito tem a característica de ser ressignificado, por isso sua ligação à identidade de determinado grupo.

Para Pierre Brunel o mito,

é sempre a mesma coisa e ao mesmo tempo diferente em cada recriação. Por definição, o mito só adquire existência a partir do momento em que é vivido. Ele existe por ser, não para ser. Ele é o aqui-e-agora justamente porque o aqui-e-agora é por si só uma prisão muito estreita para a criatura humana, assim como o indivíduo é um elo que se completa na trama da comunhão com seus iguais, com a natureza e com tudo o que há, e compartilha a criação (BRUNEL, 1997 *apud* SILVEIRA, 2004).

No passado, de acordo com Verli Silveira, o mito se mantinha pela oralidade, o que acontece até hoje em algumas sociedades indígenas, por exemplo. Mas a literatura tem papel fundamental para a manutenção dos mitos, que é o caso do gaúcho mítico (SILVEIRA, 2004, p. 73).

O mito se mantém, se recria e se ressignifica e a literatura é um dos lugares da manifestação dos mitos. Para Brunel “a literatura é o verdadeiro conservatório dos mitos” (BRUNEL, 1997 *apud* SILVEIRA, 2004).

Silveira chama a atenção para o cuidado especial ao estudar o mito somente através da literatura, pois ela se caracteriza por uma representação do mito, é uma interpretação do mito, permeada pela visão de mundo do escritor. Por isso a necessidade de confrontar a literatura com outros tipos de documentos.

Na literatura rio-grandense, desde o século XIX, os escritores gaúchos vêm alimentando o mito fundador do gaúcho. É através da Literatura que o mito se mantém vivo no imaginário e é ressignificado. Para Silveira “a literatura não reivindica um lugar fundador do mito, mas ela funciona como lugar que mantém, recupera e reproduz aspectos do mito em diferentes momentos histórico-sociais” (SILVEIRA, 2004, p. 89).

A produção literária possibilitou entender a permanência do mito e, conseqüentemente a formação da identidade gaúcha e sua relação com a paisagem pampiana.

3.2 A literatura e a permanência do mito

3.2.1 A literatura no Rio Grande do Sul em fins do século XIX e início do século XX

De acordo com Flavio Loureiro Chaves “a própria História forneceu os elementos essenciais que, abrigados na imaginação popular, convergiram para a idealização do gaúcho como um ser bifronte: campeador e guerreiro” (CHAVES, 1994, p. 11). Para este autor:

A tradição recolheu e conservou precisamente esta imagem, inserindo-a num privilegiado território épico onde os atributos de coragem, virilidade, argúcia e mobilidade são exigidos a todo o momento, recobrando o tipo humano de uma aura heróica que já o transporta ao plano do mito (CHAVES, 1994, p. 11).

A discussão sobre identidade(s) passa indiscutivelmente pela constituição das memórias. No caso pesquisado, o discurso literário, assim como o discurso oficial contribuiu em grande parte para a construção da identidade do gaúcho e a memória tem papel fundamental, pois a literatura, em especial, funciona como evocadora da memória.

Enquanto narrativa ficcional, a literatura tem a vocação de trazer à tona lugares, personagens e acontecimentos que são evocados constantemente e que desta forma se mantêm no imaginário de quem lê.

Ao contar e recontar uma história, o narrador se vale da sua memória, acrescenta à ficção um pouco de sua lembrança, de suas vivências, cabe ao pesquisador encontrar esses vestígios, descobrir os interesses que levaram o escritor a desenvolver tal projeto. Para Pierre Bourdieu:

Procurar a lógica do campo literário ou do campo artístico, mundos paradoxais capazes de inspirar ou de impor os “interesses” mais desinteressados, o princípio da existência da obra de arte naquilo que ela tem de histórico, mas também de trans-histórico, é tratar essa obra como um signo intencional habitado e regulado por alguma outra coisa, da qual ela é também sintoma (BOURDIEU, 1996, p. 15-16).

No caso rio-grandense o discurso literário se valeu de fragmentos da memória coletiva e contribuiu para a manutenção da mesma. De acordo com Silveira “esse imaginário que temos sobre o gaúcho é [...] uma representação que se construiu sobre o gaúcho e que não cessa de ser reinventada, até hoje” (SILVEIRA, 2004, p.103).

Essa idealização foi transmitida através da oralidade e principalmente do cancionero popular, por meio de “trovas, quadras, desafios e nos poemas épicos”, onde essa figura geralmente era associada ao “herói”, guasca, senhor absoluto dos campos que ele percorre na campanha a cavalo (CHAVES, 1994, 11-12).

Regina Zilberman também destaca a origem da literatura no Estado no cancionero popular e na oralidade. Para ela “a poesia se alimentou também da contribuição oral: cultivou-se a familiaridade com o cancionero popular, que se propagou enquanto se mantiveram vivos a cultura rural de onde proveio e os laços com a produção trovadoresca do Prata” (ZILBERMAN, 1992, p.11).

Porém, enquanto o gaúcho do Prata era descrito como decadente em *Martin Fierro*, de José Hernandez, em 1872 ou um bárbaro em *Facundo* de Domingo Faustino Sarmiento, de 1845²⁹, nos primórdios da literatura rio-grandense o gaúcho era descrito a partir de seus grandes feitos, da participação nas guerras, da conquista do espaço do pampa, sempre acompanhado do seu cavalo.

Foi a partir dessa fonte, preferencialmente oral, que os escritores gaúchos buscaram sua inspiração para produzir a Literatura Regionalista.

Não esquecendo a obra *O gaúcho*, de José de Alencar, que com uma visão exterior, pois nunca havia estado no Rio Grande do Sul, envolvia o habitante dos pampas numa aura heróica (IHU, 2003, p. 4).

Apenas dois anos depois de Alencar, Apolinário Porto Alegre escreveu o romance *O Vaqueano*. Para Chaves o autor acrescentou “a observação direta do meio, que faltava por completo ao escritor cearense”, e assim se tornou o “legítimo fundador do regionalismo literário sul-rio-grandense, que nesse momento deixa de ser mero sentimento coletivo que se traduz como um programa de ação” (CHAVES, 1994, p.13). O *Vaqueano* surge como uma reação ao *Gaúcho* alencariano.

De acordo com Jacques Leenhardt “a figura do ‘gaúcho’ está ligada a esse ilimitado. O território, mais profundamente ainda, a alma do ‘gaúcho’ é uma paisagem na qual só a silhueta do homem a cavalo estabelece um ponto assinalado na imensidade” (LEENHARDT, 2002, p.30).

Essa afirmação exemplifica como a paisagem foi definidora de uma identidade. Já de acordo com Luiz Carlos Felizardo,

²⁹ Domingo Faustino Sarmiento e José Hernandez – escritores argentinos cujas obras *Martin Fierro* e *Facundo* são consideradas clássicos da literatura argentina. A obra de Hernandez em oposição à de Sarmiento narra a decadência do gaúcho, a perda de suas raízes, de seu trabalho e de sua dignidade enquanto que em *Facundo*, Sarmiento descreve o pampa como o lugar da barbárie e o seu habitante, o *gaúcho*, o resultado deste ambiente hostil.

a memória de cada um de nós tem em sua raiz alguma paisagem, real ou imaginada, quase sempre idealizada. [...] Essa paisagem, com frequência, é uma mescla de memória e invenção, mas, como não é possível inventar o que não se conhece, os detalhes ou foram postos lá por nossa cultura ou ajudaram a transformá-la (FELIZARDO *apud* PERSICHETTI & TRIGO, 2004).

Ao concordar com estes autores, compreendo que a representação da paisagem pela literatura não é uma simples invenção, mas é resultado de uma construção cultural. Para analisar a representação da paisagem e da identidade gaúcha presente na literatura há que se ter claro que o texto literário deve ser lido a partir do seu tempo de escritura e não do narrado (PESAVENTO, 2004).

Assim, faz-se necessário contextualizar as obras analisadas, bem como seus autores.

Utilizo como fonte para este trabalho as obras *O vaqueano*, de Apolinário Porto Alegre; *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto; *O tempo e o Vento, Música ao longe e O resto é silêncio*, de Érico Veríssimo; *Sem Rumo, Porteira Fechada e Estrada Nova*, de Cyro Martins. Incluo também nesta análise alguns trechos da conferência *A Estética do Frio* de Vitor Ramil, que também foi entrevistado para este trabalho. A escolha de Vitor Ramil se deu pela possibilidade dar voz a um escritor contemporâneo que expressa em suas obras, sejam musicais ou literárias, a influência da paisagem pampiana, assim como vivencia as transformações ocorridas nessa região.

Apolinário Porto Alegre

Apolinário Porto Alegre nasceu na cidade de Rio Grande (RS) em 1844. Em 1861, foi para São Paulo onde cursou a faculdade de Direito. Regressou a Porto Alegre em 1868, quando contribuiu para a fundação do Partenon Literário³⁰, do qual foi presidente e redator. Apolinário Porto Alegre se destacou pela sua luta contra a escravidão e a favor da República.

³⁰ Partenon Literário foi citado no capítulo 2.

Foi membro e redator do Partido Republicano e, por sua participação política foi preso, perseguido e exilado no Uruguai. Morreu em Porto Alegre em março de 1904.

Durante sua vida publicou vários livros com a temática gauchesca entre eles *Paisagens* e *A Tapera*, de 1875 e *O Vaqueano*, em 1872, sua mais representativa obra. Além disso, também produziu textos em jornais, revistas e periódicos (*O Monarca das Coxilhas*, de 1870).

O vaqueano foi escrito em 1872 e é classificado como representante do Romantismo, estilo vigente na época de sua escrita. De acordo com Chaves,

seu romance legou um tema e inaugurou uma tradição. A personagem do vaqueano sintetiza todos os atributos do gaúcho; retornará na obra da maioria dos ficcionistas posteriores e sua descendência literária culmina no Blau Nunes dos *Contos Gauchescos* de Simões Lopes Neto (CHAVES, 1994, p. 13).

João Simões Lopes Neto

Simões Lopes Neto nasceu na cidade de Pelotas/RS em nove de março de 1865. Durante sua carreira como escritor publicou *Cancioneiro Guasca* (1910), *Contos Gauchescos* (1912), e *Lendas do Sul* (1913), e dois póstumos, *Casos do Romualdo* (1952) e *Terra Gaúcha*. Todos os seus livros foram voltados à temática regionalista e à história do Rio Grande do Sul. Foi também autor de teatro, cronista, redator, editor, secretário de redação, folhetinista, diretor de jornal e presidente da União Gaúcha, o primeiro marco do tradicionalismo gaúcho no interior do Estado e que atualmente tem o nome de União Gaúcha João Simões Lopes Neto. É considerado por muitos pesquisadores como um dos maiores escritores do regionalismo gaúcho (BÓSI, 1986; ZILBERMAN, 1992; CHAVES, 2001).

Contos Gauchescos de Simões Lopes Neto se enquadra no estilo da produção literária brasileira no início do século XX - o Realismo - período em que o escritor desenvolveu sua obra. Alfredo Bósi em “História concisa da literatura brasileira” considera que a obra de

Lopes Neto se enquadra no Realismo. Segundo ele “João Simões Lopes Neto é o patriarca das letras gaúchas” [...] “é o exemplo mais feliz de prosa regionalista no Brasil antes do Modernismo” (BÓSI, 1986, p. 240).

Simões Lopes Neto pode ser considerado como precursor do modernismo, pois buscou em seus contos um retorno ao regional e à temática do gaúcho. Porém, uma característica que o diferencia de outros escritores de sua época é, como se nota na obra *Contos Gauchescos*, a narrativa em primeira pessoa. É a partir de um de seus contos *Trezentas Onças*³¹ que o personagem *Blau Nunes*, até então somente narrado em terceira pessoa, aparece como narrador, em primeira pessoa, ou como personagem-narrador.

Érico Veríssimo

Nasceu na cidade de Cruz Alta (RS) em 1905 e em 1929 publicou seu primeiro conto *Chico: um conto de natal*. Em 1932, foi promovido a Diretor da “Revista do Globo”. Ganhou o prêmio Machado de Assis, em 1934 pelo romance *Música ao longe*. A partir daí escreveu outros romances como *Saga* e *O resto é silencio* e livros infantis. Em 1947 começou a escrever *O tempo e o vento*, que resultou em uma trilogia de 2200 páginas, Veríssimo morreu em 28 de novembro de 1975³².

Érico Veríssimo escreveu *O tempo e o vento* em uma época de resignação, onde a busca pelo nacional e a criação de um romance que representasse o Brasil teve pouco êxito, assim como pelo modernismo, no qual a busca por uma releitura dos épicos já havia sido explorada ao máximo (BORDINI & ZILBERMAN, p. 14). Seu romance é considerado realista, de acordo com Otto Carpeaux

³¹ O conto “Trezentas Onças” faz parte do livro “Contos Gauchescos” e trata de uma narrativa em primeira pessoa, vivida por um tropeiro gaúcho chamado *Blau Nunes*, que vive na região da campanha sul rio-grandense.

³² Conferir CHAVES, Flávio Loureiro. **Érico Veríssimo: Realismo e sociedade**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

Realismo é uma síntese de romantismo e de naturalismo; e esta definição parece a melhor possível da arte do romancista Érico Veríssimo. Naturalista [...] é sua invenção de um mundo de personagens, naturalista é a narração dos seus destinos; mas romântica é sua procura da autenticidade de si mesmo e da autenticidade de cada uma de suas criaturas, romântica é a procura de solidariedade de todos eles (CARPEAUX, 1972, p. 39).

Nesta pesquisa meu interesse recai mais detidamente na obra *O continente* vols. I e II³³, mas que não deixo de lado o restante da trilogia, pois o mote da mesma é a busca pela identidade³⁴ de Floriano, que embora negue fazer parte da elite campeira – que está em decadência – reconhece suas origens a partir de Ana Terra em *O continente* vol. 1.

Cyro Martins

Cyro Martins nasceu em 1908, no município de Quaraí (Campanha do Rio Grande do Sul). Começou a escrever seus primeiros artigos e contos aos 15 anos. Em 1934 escreveu um livro de contos *Campo Fora*, “impregnado do imaginário da campanha e da fronteira” (MARTINS, 2008a, p. 15). Em 1937 foi para o Rio de Janeiro e publicou *Sem rumo*, primeiro livro da “Trilogia do gaúcho a pé” (*Sem Rumo*, *Porteira Fechada*, de 1944 e *Estrada Nova*, de 1954). Somente em 1968 retornou aos contos com *A entrevista* (1968) e *Rodeio (estampas e perfis)* (1976), onde “recria o mundo da infância e adolescência na campanha” (MARTINS, 2008a, p. 15-17).

Cyro Martins morreu no dia 15 de dezembro de 1995, em Porto Alegre.

³³ “O Continente” é a primeira parte da trilogia “O tempo e o Vento”, obra literária produzida por Érico Veríssimo entre 1949 e 1961. A obra completa narra a saga da família Terra Cambará, entre a segunda metade do século XVIII e início do século XIX, perpassando mais de 150 anos. A obra completa conta com mais dois volumes “O Retrato” e “O Arquipélago”, sendo este último editado em 1962. A narrativa tem como pano de fundo a formação territorial do estado sulino, assim como a constituição política e social de sua população.

³⁴ Segundo Chaves “o plano geral de *O tempo e o vento* traça toda a saga da formação rio-grandense, desde as origens remotas no século XVIII até o ano de 1946, finalizando a narrativa ao encontrarem-se, mais uma vez, o tempo da ficção e o momento presente em que o discurso é produzido. A simples menção deste plano diretor está a indicar a permanência dos antecedentes num romance cuja peculiaridade estrutural reside na intercalação dos níveis temporais, reconstituindo o passado histórico numa referência explícita à condição problemática do presente vivido pelas personagens” (CHAVES, 1981, p. 72).

A “Trilogia do gaúcho a pé”, analisada nesta pesquisa, se caracteriza por ser um romance social. Segundo o próprio Martins seu romance “pendeu mais amargamente para o realismo do romance social” (MARTINS, 2008a, 20).

São três volumes que podem ser lidos individualmente ou em conjunto. Nos dois primeiros *Sem Rumo* e *Porteira Fechada* o autor apresenta a decadência na região da campanha, onde um pequeno criador se vê destituído de seu campo (arrendado), que é vendido pelo seu dono e incorporado a um grande latifúndio, situação recorrente a partir das décadas de 1910-1920.

Neste romance Martins apresenta a situação do gaúcho sem a aura heróica que se apresentava até então no regionalismo rio-grandense, expropriado de seu campo, de seu trabalho, de suas origens; assim como a decadência da classe dominante, os proprietários de latifúndios que se vêm destituídos de seu poder político. No terceiro, *Estrada Nova*, Martins apresenta uma perspectiva, apontado para a possibilidade de um recomeço.

Vitor Ramil

Vitor Ramil é compositor, cantor e escritor. Nasceu em Pelotas em abril de 1962. Teve dois livros publicados *Pequod*, em 1995 e *Satolep* em 2008, em 1992 escreveu um artigo que foi publicado em conjunto com outros escritores gaúchos, *A estética do frio*. Em 2003 ele apresentou *A estética do frio* em uma conferência em Genebra – Suíça, e em 2004 publicou o texto revisado, analisado nesta pesquisa. Em 1997 lançou o álbum *Ramilonga*, com fortes influências regionalistas e referências à paisagem do Pampa. Vive atualmente em Pelotas, no extremo sul do Rio Grande do Sul.

Trajetórias diferentes, épocas diferentes, influências diversas; os quatro escritores em questão têm em comum em suas narrativas a representação do gaúcho e seu espaço, em maior

ou menor medida. Enquanto Apolinário Porto Alegre e Simões Lopes apresentam o tipo regional, o gaúcho mítico e heróico com valores morais elevados e peleador; Érico Veríssimo propõe a saga de uma família tendo como pano de fundo a história da formação do Estado – reforça a relação passado-presente/histórico-social; Cyro Martins se volta para a realidade social, com forte conteúdo psicológico.

Ao utilizar a literatura como fonte de pesquisa, procuro identificar as representações do real tratadas pelo escritor, calcadas em um imaginário coletivo de construções e simbolismos associados a uma dada paisagem – o Pampa.

Mas, qual a influência da paisagem na construção deste imaginário? Qual a contribuição da literatura para a construção/manutenção deste imaginário? E como esta representação reafirma ou não o discurso oficial?

3.2.2 O gaúcho e a paisagem do Pampa: representações literárias

As narrativas de *O Continente* vols. 1 e 2 se localizam temporalmente entre a segunda metade do século XVIII e durante o século XIX. É esse o período que situo em parte da minha pesquisa ao analisar a formação do gaúcho, associada a uma dada paisagem de campo – o Pampa.

O trecho a seguir foi retirado do romance *O resto é silêncio* (1943), que para muitos pesquisadores, entre eles Flávio Loureiro Chaves, seria uma antecipação do que viria a ser *O tempo e o vento* (CHAVES, 1971):

[...] O espírito de Tônio se enchia de quadros e cenas, vultos e clamores. Ele via o primeiro trigal e a primeira charqueada. Pensava na solidão das fazendas e ranchos perdidos nos escampados, nas mulheres de olhos tristes a

esperar os maridos que tinham ido para a guerra ou para a áspera faina do campo. Imagina os invernos de minuano, as madrugadas de geada, as soalheiras do verão e a glória das primaveras. As lendas que iam surgindo nos matos, nas canhadas, nos socavões da serra, nos aldeamentos dos índios e nas Missões [...] Refletia também sobre o fascínio das planuras largas que convidavam às arrancadas e à vida andarenga. E sobre a rude monotonia da rotina campeira – parar rodeio, laçar, domar, carnear, marcar, tropear, arrotear a terra, plantar, esperar, colher. Pensava também na luta do homem contra os elementos e as pragas. Por sobre tudo isso, sempre e sempre o vento e a solidão, os horizontes sem fim e o tempo. A cada passo, o, perigo da invasão, o tropel das revoluções e das guerras. “E ainda as criaturas pacientes, esperando, vendo o tempo passar com o vento, e o vento a agitar os coqueiros e os coqueiros a acenar para as distâncias” (VERÍSSIMO, 1966).

Essa percepção da paisagem também está presente no capítulo “A Fonte” de *O Continente vol. I* - que se passa durante o século XVIII, quando da formação do território gaúcho -, em que Érico Veríssimo narra a história de Ana Terra. A paisagem vista como um obstáculo, algo que deixa a personagem Ana Terra desolada: “Mas havia épocas em que não aparecia ninguém. E Ana só via ao seu redor quatro pessoas: o pai, a mãe e os irmãos. Quanto ao resto, eram sempre aqueles coxilhões a perder de vista, a solidão e o vento” (VERÍSSIMO, 2004, p. 103).

Em *O Vaqueano* de Apolinário Porto Alegre pode-se notar a mesma conotação de paisagem desoladora:

A campanha imensa, ondeando em cochilhas, salpicado de capões, como oásis do deserto, o cerro empinado entestando as franças com os céus davam alguma trégua à mágoa que o flagelava. A solidão da natureza consorciava-se à solidão de sua alma, compreendiam-se, talvez. Uma trazia a expressão indefinida da criação depois de muitos cataclismos, a outra o selo de uma agonia sem termo (PORTO ALEGRE, s/ data, p. 86).

Com o desenrolar da narrativa de *O continente*, Veríssimo passa a descrever o valor positivo da paisagem. No trecho a seguir evidencia-se uma relação de cumplicidade entre a personagem Ana Terra e a paisagem à sua volta, pois a sua solidão era tão grande que a natureza se tornou sua companheira, porém ainda traiçoeira.

Ana tornou a apanhar o cesto, ergueu-o e descansou-o sobre o quadril direito e, assim como quem carrega um filho escanchado na cintura, continuou a descer para a sanga. Avistou a primeira corticeira que crescia à beira d'água e seus olhos saudaram a árvore como se ela fosse uma amiga íntima. Uma lagartixa passou correndo a sua frente e sumiu-se por entre as macegas. Ana pensou em cobra e instintivamente voltou o olhar para a direita, rumo da coxilha no alto da qual havia uma sepultura. Lá estava enterrado o corpo de seu irmão mais moço, que morrera havia alguns anos, picado por uma cascavel.

A sanga corria por dentro dum capão. As folhas das árvores farfalhavam e suas sombras no chão úmido do orvalho da noite eram frescas, quase frias (VERÍSSIMO, 2004, p. 104).

É a resignação e a submissão à natureza, pois assim como os homens, as mulheres eram obrigadas a se adaptar ao meio para sobreviverem.

Em outro trecho esta característica novamente se apresenta. A mãe de Ana Terra discorre sobre a influência do meio na constituição de seus filhos e marido e diz:

O Lucinho lá estava enterrado em cima da coxilha. E quanto mais o tempo passava mais o marido e os filhos iam ficando como bichos naquela lida braba – carneando gado, curando bicheira, laçando, domando, virando terra, plantando, colhendo e de vez em quando brigando de espingarda na mão contra índios, feras e bandidos. Parecia que a terra ia se entranhando não só na pele como também na alma deles (VERÍSSIMO, 2004, p. 108).

De acordo com a narrativa de Veríssimo, é necessário um retorno ao estado selvagem para que se possa sobreviver em condições adversas, situação recorrente na narrativa literária de Veríssimo, que expressa a fronteira entre a civilização e a barbárie.

Em um trecho intermediário³⁵ de *O Continente*, narrado de forma diversa do restante, Érico Veríssimo utiliza uma linguagem lírica - notadamente para diferenciá-la -, e faz uma representação do homem gaúcho, ainda em formação:

³⁵ Trechos que têm a função de referir os acontecimentos históricos intermediários, como, por exemplo, os dez anos da guerra Farroupilha. Eles também oportunizam a emergência de uma personagem coletiva, que reage lírica ou dramaticamente conforme a circunstância, aos eventos mais importantes, não calando perante os efeitos devastadores das inúmeras guerras e conflitos armados porque passou a Província, sacrificando sua população. E narram a trajetória dos Caré, que representam o ângulo popular da formação social do Rio Grande do Sul e que, assim como têm papel periférico na luta pelo poder, ocupam um lugar até certo ponto marginal do topo do romance. Porém em “Ismália Caré” [...] os dois trajetos – o dos Cambará, agora na posição de comando, e a dos Caré, sempre na condição de dominados, corporificando a confluência de dois segmentos sociais que fizeram a história regional. (BORDINI & ZILBERMAN, 31)

Muitos requeriam sesmarias. Outros roubavam terras.
 Ladrões de gado aos poucos iam virando estancieiros.
 Nasciam povoados nos vales e nas margens daqueles muitos rios.
 As campinas andavam infestadas de aventureiros fugitivos [...]. E era com gente assim que Chico Rodrigues engrossava seu bando.
 Quais são teus inimigos?
 Os bugres, as feras, as cobras, os castelhanos, e o Regimento de dragões.
 E teus amigos?
 Meu cavalo, meu mosquete, minhas garruchas, meu facão [...] (VERÍSSIMO, 2004, p. 91).

Era neste ambiente, até certo ponto hostil, porém receptivo aos “tropeiros” - por se caracterizar por vastas extensões de terra - que as fronteiras se expandiam através da força destes homens forjados em situações extremas. E continua:

E de homens como ele havia centenas e centenas.
 As patas de seus cavalos, suas armas e seus peitos iam empurrando as linhas divisórias do continente do Rio Grande de São Pedro.
 Queremos as ricas campinas do oeste e as grandes planícies do sul!
 Só caranguejo é que fica na beira da praia papando areia.
 Pelos campos do Rio Pardo iam entrando na direção do poente, demandando as Missões. Ou desciam costeando as grandes lagoas, rumo do Prata.
 E em todas as direções penetravam na terra dos minuanos, tapes, charruas, guenoas, arachanes, caaguas, guaranis e guaranás.
 A fronteira marchava com eles. Eles eram a fronteira. [...] (VERÍSSIMO, 2004, p. 91).

Por esse meio é que o Rio Grande do Sul se formava. No trecho acima se nota ainda o caráter duvidoso destes homens, fato corroborado pela historiografia, de acordo com Ruben Oliven:

No período colonial o habitante do Rio Grande do Sul era chamado de guasca e depois de gaudério, este último termo possuindo um sentido pejorativo e referindo-se aos aventureiros paulistas que tinham desertado das tropas regulares e adotado a vida rude dos coureadores e ladrões de gado (OLIVEN, 1989, s/p.).

Em outro trecho de *O Continente II*, agora já se referindo ao século XIX, o personagem, um médico alemão, Carl Winter descreve como vê o gaúcho:

Tratava-se positivamente de uma sociedade tosca e carnívora, que cheirava a sebo frio, suor de cavalo e cigarro de palha. As casas eram pobres, primitivas, sem gosto nem conforto, quase vazias de móveis; em suas paredes caiadas não se via um quadro, uma nota de cor que lhes desse um pouco de graça. No inverno o minuano entrava pelas frinchas, cortante como uma navalha (VERÍSSIMO, 2004, p. 56).

Posso, a partir das representações dos autores citados, dizer que, no caso rio-grandense, o extremo sul do Brasil, associado às características climáticas diversas do restante do país, sua distância em relação ao centro do poder e a paisagem de campos a perder de vista forjaram um modo de ser gaúcho.

Alia-se a esta questão a característica de fronteira territorial e posterior demarcação política. Isso somado ainda ao fato de que as constantes lutas pela demarcação do território entre portugueses e espanhóis obrigaram o governo central a dar autonomia aos estancieiros sul-rio-grandenses, para que os mesmos pudessem defender essas fronteiras, até então desprotegidas.

Já no capítulo “Um certo capitão Rodrigo”, o gaúcho é representado como um ser mítico, que desperta ódios e paixões, o típico homem da guerra, que antes era o peão:

Toda a gente tinha achado estranha a maneira como o Capitão Rodrigo Cambará entrara na vida de Santa Fé. Um dia chegou a cavalo, vindo ninguém sabia de onde, com o chapéu de barbicacho puxado para a nuca, a bela cabeça de macho altivamente erguida e aquele seu olhar de gavião que irritava e ao mesmo tempo fascinava as pessoas. Devia andar lá pelo meio da casa dos trinta, montava num alazão, trazia bombachas claras, botas com chilenas de prata e o busto musculoso apertado num dólmã militar azul, com gola vermelha e botões de metal. Tinha um violão a tira-colo; sua espada, apresilhada aos arreios, rebrilhava ao sol daquela tarde de outubro de 1828 e o lenço encarnado que trazia ao pescoço esvoaçava no ar como uma bandeira (VERÍSSIMO, 2004, p. 209).

Esta representação do gaúcho é confirmada por Oliven:

Apesar da diversidade interna do estado, a tradição e a historiografia regional tendem a representar seu habitante através de um único tipo social: o gaúcho, o cavaleiro e peão de estância da região sudoeste do Rio Grande do Sul. Embora brasileiro, ele seria muito distinto de outros tipos sociais do

país, guardando às vezes mais proximidade com seu homônimo da Argentina e do Uruguai (OLIVEN, 2000, p. 49-50).

Simões Lopes incorpora em seus textos, de forma sutil, a representação da paisagem do Pampa, que não é apresentada como o ponto central e sim o tipo gaúcho, representado no conto *Trezentas Onças* por *Blau Nunes*.

Ao observar que a identidade do gaúcho foi constituída associada à paisagem da região do Pampa e, embora a paisagem não seja um ponto central da narrativa de Simões Lopes Neto, o que fica evidente no conto é a integração da mesma com o personagem principal. Sua descrição ajuda a compor o personagem, mas não se sobressai a ele. Essa característica mostra a relação existente entre homem e meio, que pode se observar na passagem seguinte:

A estrada estendia-se deserta; à esquerda os campos desdobravam-se a perder de vista, serenos, verdes, clareados pela luz macia do sol morrente, manchados de pontas de gado que iam se arrolhando nos parados da noite, à direita, o sol muito baixo, vermelho dourado, entrando em massa de nuvens de beiradas luminosas.

Nos atoleiros, secos, nem um quero-quero: uma que outra perdiz, sorradeira, piava de manso por entre os pastos maduros; e longe, entre o resto da luz que fugia de um lado e a noite que vinha peneirada, do outro alvejava a brancura de um João-Grande, voando, sereno, quase sem mover as asas, como numa despedida triste [...] (LOPES NETO, 2004, p. 17).

Essa representação da paisagem do Pampa gaúcho é repetida muitas vezes em obras de outros escritores rio-grandenses, anteriores ou posteriores a obra analisada como já foi visto em *O tempo e o vento* de Érico Veríssimo ou em *O vaqueano* de Apolinário Porto Alegre.

E é essa relação entre ser gaúcho e estar incorporado a uma determinada paisagem que ganha força na narrativa de Simões Lopes Neto. Sobretudo quando *Blau Nunes* apresenta as razões para deixar de lado os pensamentos de morte e enfrentar o patrão:

Ah! Patrício! Deus existe!...

No refilão daquele tormento, olhei para diante e vi... As três-Marias luzindo na água... O cusco encarapitado na pedra, ao meu lado, estava me lambendo a mão... E logo, logo, o zaino relinchou lá em cima, na barranca do riacho, ao

mesmíssimo tempo que a cantoria alegre de um grilo retinia ali perto, num oco de pau!...

Patrício! Não me avexo duma heresia; mas era Deus que estava no luzimento daquelas estrelas, era ele que mandava aqueles bichos brutos arredarem de mim a má tenção... O cachorrinho tão fiel lembrou-me a amizade da minha gente; o meu cavalo lembrou-me a liberdade, o trabalho, e aquele grilo cantador trouxe a esperança... Eh-pucha! Patrício, eu sou mui rude... a gente vê caras, não vê corações...; pois o meu, dentro do peito, naquela hora, estava como um espinilho ao sol, num descampado, no pino do meio-dia: era luz de Deus por todos os lados![...] (LOPES NETO, 2004, p. 19-20).

Este trecho do conto evidencia a força que a paisagem exerce sobre o personagem-narrador *Blau Nunes*. Reforço a relação existente entre a narrativa de Simões Lopes Neto e minha pesquisa ao concordar com Milton Santos que a paisagem não existe por si só (SANTOS, 1996), mas que é resultante das relações que envolvem o homem e o ambiente. Destaco a idéia de que a paisagem representada por *Blau* é evocadora de lembranças e portadora de sentidos muito caros ao gaúcho.

A representação³⁶ do gaúcho no texto escolhido é a de um homem que não desiste da luta e apesar de todos os problemas que enfrenta, aparece como um sujeito dotado de virtudes superiores, como a coragem e a honestidade. Essa característica é reforçada no trecho que *Blau* narra as alternativas que tinha para compensar o patrão pela perda do dinheiro:

Agora... Era vender o campito, a ponta de gado manso tirando umas leiteiras para as crianças e a junta dos jaguanés lavradores – vender a tropilha de colorados... E pronto! Isso havia de chegar, folgado; e caso mermasse a conta... Enfim, havia de se ver o jeito a dar... Porém matar-se um homem, assim no mais... E chefe de família... Isso não! (LOPES NETO, 2004, p. 20).

O autor incorpora em sua narrativa valores historicamente atribuídos à figura do gaúcho. Uma representação que começou a se formar já na colonização do Rio Grande do Sul, e que a literatura contribui em grande medida para a continuação da mesma,

³⁶ A categoria de representação tornou-se central para as análises da nova história cultural, que busca resgatar o modo como, através do tempo, em momentos e lugares diferentes, os homens foram capazes de perceber a si próprios e ao mundo, construindo um sistema de idéias e imagens de representação coletiva e se atribuindo uma identidade (PESAVENTO, 1998, p.19).

[...] como construção social imaginária, a representação identitária pode ser dada ou atribuída. Mas também implica opção e escolhas que não decorrem de manipulação, mas de um endosso voluntário na busca de padrões de referência com alta carga de positividade (PESAVENTO, 1998, p. 20).

Observo que o autor ao representar de forma tão apropriada uma relação muito íntima entre homem e meio, corrobora com minha conjectura de que as modificações na paisagem implicam em possíveis modificações na forma deste homem se situar no mundo, de localizar suas memórias.

Já em outros romances de Veríssimo aqui analisados, por se tratarem de narrativas mais contemporâneas, que ultrapassam o início do século XX, o que se destaca é o saudosismo. Ao retratar os espaços urbanos, o retorno ao ambiente pastoril se faz constante, o que se verifica nesse trecho do livro *Música ao longe*:

Sol nas coxilhas. Um vento fresco com cheiro de campo e de distância. [...] As coxilhas se estendem verdes, dum verde esmaiado, todas pontilhadas de caponetes escuros, que se diluem ao longe, azuladas contra o azul do horizonte. O campo parece um grande mar de ondas paradas. Uma lagoa lampeja ao sol, como um espelho quebrado e esquecido no campo. Céu e coxilhas, tudo tão simples, tão rutilante, tão puro... (VERÍSSIMO, 1974).

Essa distância entre o hoje e o ontem, entre o perto e o longe, novamente trata do caráter de construção imaginária nas obras do escritor gaúcho, a fronteira que divide o real do imaginário. A descrição da paisagem como uma pintura, a representação da representação. Essa característica também pode ser encontrada em um trecho de um conto de João Simões Lopes Neto *A recolhida*, publicado na revista da Academia Brasileira de Letras em 1911:

Chegando a fralda da coxilha lancei a vista para o campo, a rumo do poente. Quanta beleza vi, que ainda não vira!...Por detrás de mim subia o sol e os meus olhos correndo com a luz, alcançavam até muito longe, sobre a verde extensão, suavemente ondulada. [...] sobre o alto das coxilhas recortava-se muito bem o corpo de uma que outra rês, e das querências viam-se pontas de gado movendo-se a passo [...] (LOPES NETO, 1911 *apud* DINIZ, 2003, p. 50).

A associação entre homem e natureza é notada também em *Música ao longe*, em que um antigo dono de estância lamenta a perda da mesma, ao mesmo tempo em que reafirma a sua ligação com o campo e seu cavalo. Novamente homem e natureza, o que existe e a sua representação, o perto e o longe, a imaginação de um tempo que não volta:

Para matar a saudade do campo, João de Deus ensilha o bragado (o único animal que lhe resta dos milhares que já teve). [...] as coxilhas se estendem a perder de vista: macegas de barba-de-bode, capões, canhadas, sangas. O gado espalhado nas invernadas. [...] Ele recorda a estância perdida. Talvez um dia possa recuperar tudo. Quem sabe? [...] O Bragado trota e relincha. Também tem saudade do campo. Cavalo e cavaleiro estão cheios da mesma alegria. A sombra de ambos rasteja de leve pela estrada de terra batida e avermelhada (VERÍSSIMO, 1974, p. 71).

A representação do gaúcho associado à paisagem de Pampa, independente do período ou do tipo de romance, apresenta esse apego à terra, ao ambiente.

Posso tomar como exemplo o escritor Cyro Martins na chamada “Trilogia do gaúcho a pé”, que apresenta a narrativa do gaúcho pobre, que está se distanciando dos pagos por motivos alheios à sua vontade, o gaúcho desnudo, para quem a glória e o mito são deixados de lado.

Martins, talvez pela sua formação na medicina e a sua vivência em uma região da campanha, procura representar o que entende como “a realidade da vida campeira”. Seus personagens são saudosistas, sofridos, cheios de mágoas; Martins apresenta o gaúcho que perde a sua referência, a sua terra, em nome da oligarquia campeira. Relação esta que até então, na literatura Regionalista se apresentava em harmonia: no campo o dono de estância e peão eram uno em valores, da mesma forma que na guerra o general e o soldado, como destaca Silveira:

É interessante notar que a figura do centauro aparece representada dos dois lados da trincheira. Tanto no anonimato dos homens em farrapos quanto nas figuras militares nomeadas e reconhecidas pela história oficial. Por isso, ao falarmos em “Centaurio dos Pampas”, estamos nos referindo ao soldado raso recrutado pelos estancieiros, representado no discurso literário; bem como o homem que ocupa o mais alto posto do exército imperialista, representado

pelo título imperial de “centauro dos pampas”, oferecido ao General Osório (para citar um exemplo) (SILVEIRA, 2004, p. 103).

Assim Cyro Martins começa a desmistificar o gaúcho, começa a representar as transformações em curso, que levam à perda deste espaço tão caro ao gaúcho, ao peão de estância.

Mas o que pude verificar na análise desses três romances é que o apego ao meio (ao campo), a relação entre homem e paisagem permanece, apesar da desmistificação. Por exemplo, em *Sem rumo*:

Quando Chiru chegou ao baixo, apesar do sol alto, só nos corguinhos estreitos a água corria. No mais, nos poços quietos, nas pisadas dos animais nos banhadinhos onde houvesse água parada, a superfície era um vidro, reluzindo ao sol. A cada pisada do petiço, estralejava um ruído de caquero de garrafa. O campo todo era um lençol. Só nos altos começavam a verdejar os pastos, mas de um verde descorado, de folhas queimadas. Nas ladeiras, as reses magras ainda mascavam, deitadas, o pasto comido na véspera. Muitas não levantariam mais. Outras, com um impulso na cola, talvez. Nada no campo se movia. Nem as árvores solitas - um umbu de tapera no topete da coxilha, o espinilho de tronco liso e fino da cabeceira da sanguinha e o mata-olho do fundo do potreiro grande. Estavam estaqueadas no ar, mais delgada a silhueta, a ramaria mais distante do chão, não serviam de abrigo a ninguém, nem a homens nem a animais (MARTINS, 1977, s/p).

Em *Porteira Fechada* (segunda parte da trilogia), quando o personagem central João Guedes morre:

Que engorde dava aquela invernada! Para um fim de safra, então, já com caídas para o inverno, não havia campo que se igualasse. Seiscentos novinhos pastavam folgadoamente entre as altas cercas de sete fios e madeirame de lei que a tapavam. O sol entrou sem grandes esplendores. A noite caiu suavemente. Que paz naqueles campos! (MARTINS, 2008b, s/p).

Em um trecho de *Estrada nova* o coronel Teodoro tem uma sensação de paz ao lembrar o entorno da estância:

Despertava-lhe não sabia bem que vago sentimento de medo, uma sensação de rolar perdido no destino, às ilhargas do tempo. [...] mas nenhum de tais pensamentos acontecia naquela manhã calma. Seus sentidos aguçados

adivinhavam a claridade do sol, a pureza do ar, a amplidão das distâncias, a imobilidade das árvores, a nitidez das sombras no chão e o brinqueado dos passarinhos nos ramos. Por isso, porque gozava de boa saúde e tudo lhe corria bem, experimentava naquela hora de paz uma singular sensação de bem estar (MARTINS, 2008, p. 36).

Em outro trecho de *Estrada Nova*:

Em seguida tudo voltou à pasmaceira própria da hora, quatro da tarde em dezembro, num corredor de quarenta metros de largura, sem trânsito, rasgado entre invernadas que se estendiam a perder de vista. Distâncias trêmulas, rescaldantes. Bom gado de corte, de um lado e de outro (MARTINS, 2008, p. 30).

Os campos a perder de vista permanecem, porém já aparece na narrativa de Martins o corredor³⁷, que denuncia mudanças no campo. Agora as estâncias possuem cercas e são divididas em invernadas, é a modernização do campo.

O saudosismo do coronel Teodoro - representante da oligarquia campeira - ao constatar que deveria se mudar para a cidade e cuidar da sua estância à distância, aparecendo vez por outra é evidenciado neste trecho:

estava com vontade de chorar. Chorar por conta da mudança, da saudade que iria sentir da sua casa, daqueles de descampados, do seu umbu, dos seus cavalos, alguns envelhecendo junto com ele... Do seu prestígio perdido e, sobretudo, da sua forma de homem bom que se fora águas abaixo! (MARTINS, 2008, p. 292-293)

Tem saudade do seu prestígio, mas, principalmente, lamenta a sua mudança de caráter, evidencia seu arrependimento por ter expulsado os pequenos produtores da região e incorporado seus campos.

Ao final da terceira parte a denúncia, vinda da parte do mesmo coronel Teodoro:

Fizeram e não fizeram, os tempos fizeram... Tempos fazem tanta coisa! Hoje, por exemplo, os campeiros antigos, como o Janguta e seus descendentes que já mal conheceram o cavalo, andam estropeando os pés nos pedregulhos das cidades. E nós os fazendeiros, já não temos muito que

³⁷ Caminho cercado entre propriedades. Hoje também designa o espaço que fica entre o acostamento de uma estrada e a cerca de uma propriedade rural (MARTINS, 2008, p. 33).

fazer a cavalo, andamos de auto. Também vamos indo ou já estamos por lá. Engraçado, até parece que a campanha, aquela campanha linda e livre de se camperear de antigamente, assim que se demudava, foi enjoando os seus Jangutas e os seus Teodoros e tocando com eles rumo à cidade (MARTINS, 2008, p. 289).

Sandra Pesavento comenta a obra de Cyro Martins e faz as seguintes perguntas: Qual Rio Grande, qual gaúcho é o verdadeiro? O do discurso histórico oficial ou o da narrativa literária, da visão alternativa? A positividade da primeira imagem leva à legitimação e ao endosso indiscriminado, a visão incômoda da segunda obriga a uma reflexão (PESAVENTO, 2008, s/p).

A autora se refere à visão alternativa proposta por Cyro Martins nos três romances que compõem a “Trilogia do gaúcho a pé”, porém durante muito tempo a literatura reforçou e se alimentou do discurso histórico oficial, na mitificação do gaúcho, na exaltação de suas proezas nas guerras e conflitos. Proponho então a seguinte reflexão: já que história e literatura são versões do real, posso concluir que o Rio Grande é tudo isso. A identidade do gaúcho foi e é construída a partir de uma origem mítica ou mitificada, que foi constantemente ressignificada.

O Blau Nunes de Simões Lopes, o capitão Rodrigo de Érico Veríssimo, o vaqueano de Apolinário Porto Alegre, o Janguta, o João Guedes e o Chiru de Cyro Martins, cada um em sua época parece ter existido, cada um ajudou a compor esse mosaico que é o Rio Grande do Sul, sem esquecer suas múltiplas origens, o índio, o africano, o europeu.

O Hibridismo tão discutido atualmente não seria isso?

Para além dos estereótipos a(s) identidade(s) gaúcha(s) são postas no momento do diferenciar-se, em relação ao Brasil. Por exemplo, se perguntarem a um rio-grandense o que ele é, ele responderá de pronto “sou gaúcho”. Essa é a identidade a que me refiro. Construída e ressignificada, atualizada quando necessário. Em entrevista a mim concedida Vitor Ramil conclui:

essas marcas de identidade do gaúcho, o pampa, isso tudo está na gente em uma medida muito forte, isso foi construído em algum momento... Bem, toda tradição é construída [...], mas eu quero dizer que essa construção não é muito remota, é uma construção mais ou menos recente, se deu em vários momentos “né”? Talvez o último momento, o mais forte, talvez tenha sido com Barbosa Lessa e Paixão Cortes na década de 40... (RAMIL, 2008, s/p)

³⁸

A própria Pesavento conclui que:

Enquanto narrativa e, portanto, representação, o discurso literário cria uma coerência de sentido e fornece uma versão possível e plausível do real. A possibilidade de aceitação desta versão pelo leitor se dá por encadeamentos plausíveis e correspondências entre a narrativa e as lógicas de sentido que brotam das sensibilidades e experiências do leitor em cada época. (PESAVENTO, 2008, s/p).

Ramil em sua conferência sobre a *Estética do frio*³⁹ quando se perguntava onde buscar essa estética do frio,

minha imaginação respondeu com uma imagem invernal: o céu claro sobre uma extensa e verde planície sulista, onde um gaúcho solitário, abrigado por um poncho de lã, tomava seu chimarrão, pensativo, os olhos postos no horizonte. Pampa, gaúcho... Que curiosa associação! Eu fora acometido de um surto de estereótipo? Não [...] (RAMIL, 2004, p. 19).

E se surpreende com a imagem que lhe vem à mente e em seguida constata que para ele esta imagem não era um estereótipo, pois,

Pampa e gaúcho estavam ali porque eu me transportava ao fundo do meu imaginário, lá onde, tanto um como o outro, têm o seu lugar. O Pampa Sul pode ocupar uma área pequena do território do Rio Grande do Sul, pode, a rigor, nem existir, mas é um vasto fundo na nossa paisagem interior (RAMIL, 2004, p. 19).

³⁸ O entrevistado se refere à década de 1940.

³⁹ Vitor Ramil começou este ensaio durante sua estada no Rio de Janeiro, em Copacabana, ao assistir o telejornal que apresentava uma reportagem sobre o carnaval fora de época no Nordeste e em seguida uma que apresentava o frio chegando ao Rio Grande do Sul, suas palavras “Seminu e suando, reconheci imediatamente o lugar como meu, e desejei estar não em Copacabana, mas num avião rumo a Porto Alegre. O âncora, por sua vez, adotara um tom de quase incredulidade, descrevendo aquelas imagens do frio como se retratassem outro país (chegou a defini-las como de “clima europeu”). Aquilo tudo causou em mim um forte estranhamento. Eu me senti isolado, distante. Não do Rio Grande do Sul, que estava mesmo muito longe dali, mas distante de Copacabana, do Rio de Janeiro, do centro do país (RAMIL, 2004, P. 10).

A partir deste quadro pretendo então, acompanhar as transformações ocorridas neste espaço e verificar uma possível mudança na forma como os moradores da região localizam suas memórias. Mudanças aceleradas no meio em que vivem podem causar certa instabilidade, esses moradores podem passar por um período de incertezas acerca de sua posição no mundo.

Essa instabilidade é causada pela perda dos referenciais sobre os quais se apóia a memória. Se, de acordo com Michel Pollak, “*a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva*” (POLLAK, 1992, p. 5), posso concluir que haverá uma mudança no modo como os indivíduos localizam suas memórias e, portanto constroem suas identidades.

Lanço assim a hipótese de uma possível tradução identitária, pois segundo Stuart Hall, todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólico e à medida que o espaço se modifica, as representações que os indivíduos produzem sobre o mundo e sobre si mesmos também se modificam. Argumenta esse autor que essas pessoas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas e “são, irrevogavelmente, produto de várias histórias e culturas interconectadas” e tornam-se pessoas “irrevogavelmente traduzidas” (HALL, 2006, p. 88-89).

A modificação acelerada neste espaço implica em produzir identidades traduzidas?

PARTE II - AS MONOCULTURAS E A TRANSFIGURAÇÃO DA PAISAGEM

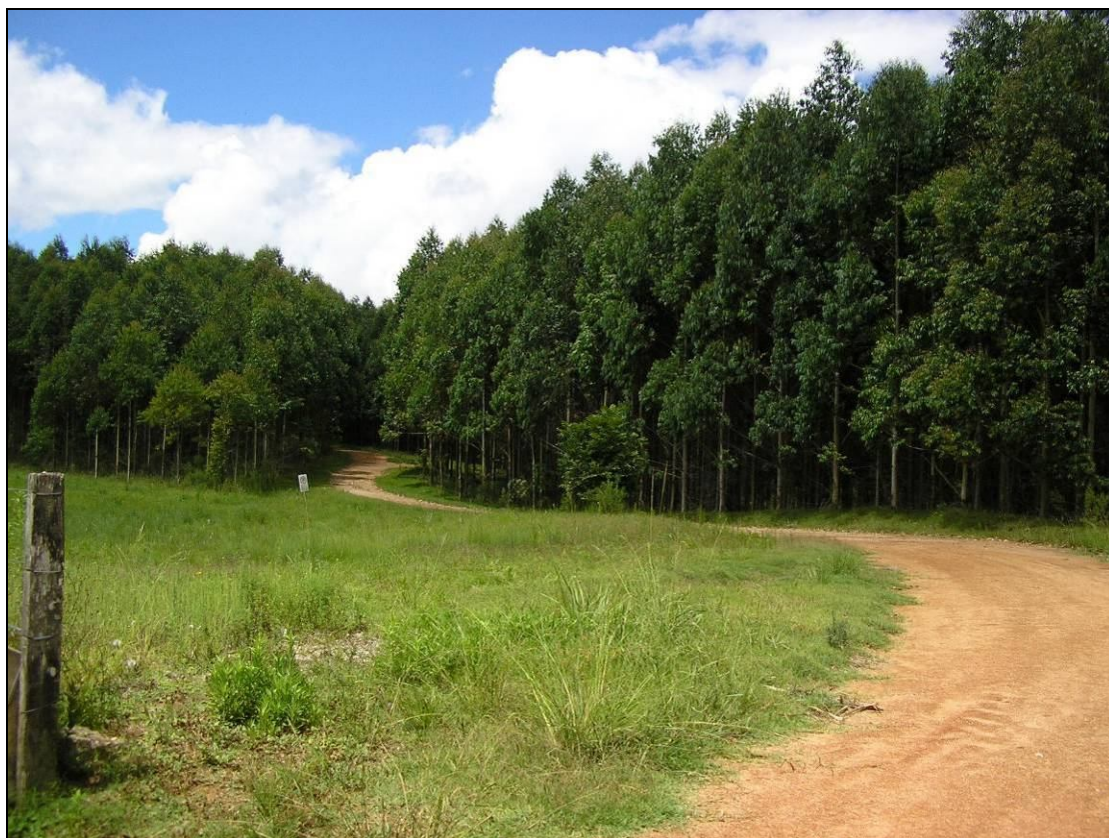


Figura 7. Fazenda Santa Rosa (VCP) - RS 473

Em 11/01/2009

Acervo: da autora

Parecem soldados em fila os pinheiros e eucaliptos de exportação, que marcham rumo ao mercado internacional.

Fast food, fast wood:

Os bosques artificiais crescem num instante e vendem-se num piscar de olhos.

Fontes de divisas, exemplos de desenvolvimento, símbolos de progresso, esses criadouros de madeira ressecam a terra e arruinam os solos.

Neles, os pássaros não cantam.

As pessoas os chamam de bosques do silêncio.

(GALEANO, 2006)

CAPÍTULO 4. A IMPLANTAÇÃO DAS MONOCULTURAS DE ÁRVORES EXÓTICAS NO PAMPA RIO-GRANDENSE: UM PATRIMÔNIO AMEAÇADO

A introdução de uma monocultura implica em alterações na paisagem e alterações ambientais. Os danos causados pela introdução de uma monocultura de árvores exóticas podem ser irreversíveis, em se tratando de um Bioma predominantemente formado por campos. A biodiversidade e a sociodiversidade a ele associadas correm o risco de desaparecimento.

Essa afirmativa leva-me a pensar nas implicações da modificação da paisagem em sua relação com o patrimônio cultural dos povos.

Atualmente as discussões sobre patrimônio cultural afirmam que não é possível dissociar o homem e a natureza, o que implica em uma compreensão mais ampla do patrimônio cultural, que inclui o natural. De acordo com Wagner Ribeiro e Silvia Zanirato “de um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, se avançou para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas”, aí se incluem paisagens, edificações, expressões artísticas, documentos, tradições, culinária, etc.

Esse novo entendimento deixa clara a associação entre as identidades coletivas e as paisagens, o que implica em entender um pouco mais essa relação. Para isso se faz necessário entender como se desenvolveu a concepção de paisagem no âmbito do patrimônio cultural, perceber a paisagem do Pampa rio-grandense como patrimônio e as alterações na paisagem que podem comprometer a identidade gaúcha.

4.1 A paisagem como patrimônio

O reconhecimento da paisagem como patrimônio cultural é recente. Em escala Mundial foi a partir de 1972 (Recomendação de Paris) que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) incluiu a natureza na lista do Patrimônio Mundial.

No ano de 1992, em uma reunião na França, a UNESCO, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e vários especialistas da área, instituíram a categoria “paisagem cultural” com o intuito de “se libertar da dicotomia imposta pelos critérios existentes para inscrição dos bens: naturais ou culturais” (RIBEIRO, 2007, 10). No documento final ficou definido que,

as paisagens são consideradas ilustrativas da evolução da sociedade humana em seus assentamentos ao longo do tempo, sobre a influência de contingências físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural bem como pelas sucessivas forças social, econômica e cultural, que nela interferem. Elas deveriam ser selecionadas pelo seu valor universal e pela sua representatividade em termos de uma região Geocultural claramente definida e também pela sua capacidade de ilustrar elementos culturais e essenciais e distintos dessa região (RIBEIRO, 2007, p. 41).

Na Europa, as discussões acerca da paisagem cultural tiveram maior expressão a partir da aprovação da Recomendação (95) 9 *sobre a Conservação Integrada das Áreas de Paisagens Culturais como Integrantes das Políticas Paisagísticas*. Foi então definida a paisagem cultural como:

[...] expressão formal dos numerosos relacionamentos existentes em determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido, cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos (RECOMENDAÇÃO (95) 9, Art. 1º, 1995).

Essa Recomendação reconhece como:

Áreas de paisagem cultural - partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representações em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos. (RECOMENDAÇÃO (95) 9, Art. 1º, 1995).

Enquanto que para a UNESCO somente as paisagens com caráter universal ou característico de uma determinada região devem ser valoradas, para a Convenção da Paisagem Européia, todas as paisagens são importantes pelo seu valor, “para a qualidade do ambiente dos cidadãos e merecem ser consideradas nas políticas de paisagem” (RIBEIRO, 2007, p. 53). No caso das paisagens degradadas, elas merecem atenção pelo fato de necessitarem de políticas voltadas à sua revitalização. O conceito de paisagem adotado pela Convenção é de que ela é parte do território (a maneira como ele é percebido pelas populações) e como tal merece ser pensada em conjunto com as políticas de gestão territorial.

Para Ribeiro:

Os ideais da Convenção Européia da paisagem estão intimamente ligados aos de desenvolvimento sustentável. Sua intenção é a de garantir o usufruto das paisagens para as populações atuais e futuras, permitindo também, na medida do possível, o desenvolvimento dos meios de produção [...] (RIBEIRO, 2007, p. 54).

Essa concepção leva em consideração a dinâmica das paisagens e tem o objetivo de acompanhar essas mudanças “reconhecendo a grande diversidade e a qualidade das paisagens que serão herdadas, se esforçando em preservar, talvez enriquecer essa diversidade e essa qualidade” (RIBEIRO, 2007, p. 54-55).

Ribeiro ainda destaca que “algumas abordagens revelam mais do que uma atenção com a relação entre homem e natureza, uma preocupação com a valorização da paisagem

como documento histórico, para sua preservação como o *locus* no qual se encontram elementos de diferentes tempos e onde a história pode ser lida”, sendo que nesse tipo de abordagem “a paisagem tem seu valor principal dado como representação da materialização da memória” (RIBEIRO, 2007, p. 57).

No Brasil, há uma diferenciação entre paisagem cultural e meio natural, mais para efeito de legislação, como na Carta de Bagé (ou Carta da Paisagem Cultural), que apresenta a seguinte definição:

Artigo 2 - A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com o homem, passíveis de leituras espaciais e temporais;
[...] A paisagem cultural é um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos, que pode apresentar todos os bens indicados pela Constituição, sendo o resultado de múltiplas e diferentes formas de apropriação, uso e transformação do homem sobre o meio natural (CARTA DE BAGÉ, 2007).

Já a Portaria nº. 127 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em seu artigo primeiro define a paisagem cultural brasileira como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009).

Isso posto, cabe entender o significado da mudança da paisagem por esta perspectiva, uma vez que nela se inscreve uma série de atributos valorativos.

O reconhecimento da paisagem como patrimônio e sua alteração para um conceito mais amplo, que inclui o homem e suas marcas, fez com que muitas paisagens fossem incluídas na lista de patrimônio, seja em nível nacional ou mundial. A sua inscrição como patrimônio da humanidade ou nacional, não garante a sua conservação, mas a simples menção

de que isso pode ocorrer chama a atenção da população local para ela, por ser a parte mais interessada e diretamente atingida por esse tipo de ação governamental.

Considero, portanto a paisagem do Pampa como constitutiva e representativa de uma cultura específica, como algo a ser valorado pelo povo gaúcho. Junte-se a isso e não com menos importância o fato de que o Pampa rio-grandense corresponde a uma área com uma biodiversidade extremamente significativa.

4.2 O pampa gaúcho – um patrimônio ameaçado

O reconhecimento da diversidade da paisagem pampiana resultou na indicação do Bioma Pampa como passível de ser incluído na Reserva da Biosfera (HOLMES, 2009), convertendo-se assim, em Patrimônio da Humanidade.

Não obstante essa riqueza, a partir de 2004 foi intensificada em partes desse espaço, a plantação de monoculturas de árvores (predominantemente de eucaliptos) para a fabricação de papel e celulose. Árvores exóticas passaram a ser plantadas em larga escala, o que levou a ameaças à diversidade cultural e biológica da região, já discutida no capítulo 2.

O coordenador do Núcleo Mata Atlântica e Pampa no MMA, Wigold B. Schaffer ao ser questionado sobre a intenção do MMA em mapear o Bioma, isso em 2005⁴⁰, respondeu que até então pouco se conhecia sobre o Bioma Pampa. Por essa razão “a ministra Marina Silva resolveu dar atenção específica à região, separando-a do bioma Mata Atlântica, onde fora inserida inicialmente” (SCHAFFER, 2006, s/p).

Também a constituição do Estado do Rio Grande do Sul estabelece em seu artigo 251, parágrafo 1º, XVI, que o Estado deve desenvolver ações com vistas a “valorizar e preservar o

⁴⁰ Trabalho de mapeamento “Dos remanescentes do pampa”, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pela Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Pampa Gaúcho, sua cultura, patrimônio genético, diversidade de fauna e vegetação nativa, garantindo-se a denominação de origem” (RIO GRANDE DO SUL, 1989).

Na busca de compreender o impacto do empreendimento da indústria papelreira nesse Bioma, utilizo como fonte os relatórios e pareceres de órgãos ambientais no âmbito estadual e federal, assim como notícias veiculadas na imprensa local, a legislação e bibliografia pertinentes.

A intensificação no plantio de árvores para a produção do papel e celulose em parte se deve aos incentivos oferecidos pelo governo do Estado, que buscava incrementar a economia dessa região, que se encontrava em processo de estagnação econômica. A chamada Metade Sul do Rio Grande do Sul é caracterizada pela concentração de grandes propriedades de terra e capital. É também considerada uma região empobrecida e de maior desigualdade social em comparação com a metade norte do Estado.

O anúncio oficial de que três empresas de grande porte do setor de celulose e papel iriam se instalar nesta região ou ampliar seus investimentos⁴¹, em princípio teve o apoio da maioria dos governos municipais, que viram uma oportunidade para o aumento da arrecadação de impostos. A promessa de investimentos na ordem de quatro bilhões de dólares foi acolhida com grande entusiasmo por parte do governo e da população em geral (GRANDO, 2007, p. 22).

Porém, em pouco tempo esses investimentos começaram a ser questionados por entidades não governamentais e representativas da população local. O questionamento estava voltado para os impactos que poderiam advir do plantio de árvores exóticas (eucalipto, acácia negra) em uma região de campos. Outra questão foi a de que as empresas começaram o plantio antes que houvesse a aprovação dos empreendimentos por parte dos órgãos ambientais estaduais, pois não foi expedida nenhuma licença prévia de instalação (GRANDO, 2007).

⁴¹ O anúncio incluía a instalação da Votorantim Celulose e Papel no extremo sul do Estado, atual Fibria; a instalação da Stora Enzo, empresa Suéco-Finlandesa, na região da campanha (sudoeste do Estado) e a expansão da base florestal da Aracruz, centro do Estado, a partir da região metropolitana de Porto Alegre.

No momento em que se deu a intensificação do plantio de árvores no Pampa, surgiu uma proposta para incluí-lo entre os biomas brasileiros considerados Patrimônio Nacional. Também o Comitê Brasileiro para o Programa “O Homem e a Biosfera” (MaB) da UNESCO, que se reuniu em 28 de agosto de 2008, aprovou a ampliação da zona de amortecimento e transição da Reserva da Mata Atlântica⁴² em área dos biomas da Mata Atlântica e do Pampa (ver figuras 8 e 9). Desse modo, esperava-se que a região fosse protegida tanto por ter uma maior parte dentro da reserva da Mata Atlântica, como o Pampa por ser parte integrante do Programa Homem e Biosfera.

Ainda o 17 de dezembro foi instituído ao dia do Bioma Pampa, pelo Presidente Lula, em 13 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), em homenagem ao ambientalista gaúcho José Lutzemberger, um dos maiores defensores deste bioma no Estado.

Para compreender a introdução de espécies de árvores exóticas nessa região se faz necessário apresentar o histórico desta ocupação. Para tanto discuto primeiramente como se desenvolveu a silvicultura no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul. Apresento por fim as ações do governo do Estado no que se refere à liberação dos projetos das empresas envolvidas.

⁴² A proposta foi apresentada pela Rede Brasileira de Reservas da Biosfera, resultado dos trabalhos iniciados em 2006 e aprovados em 2007 pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera (CN-RBMA). Disponível em <<http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/AtaReuniaoCNRBMA2008.pdf>> e em <http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_fase_vi_01_apres.asp>.

BIOMAS MATA ATLÂNTICA E PAMPA

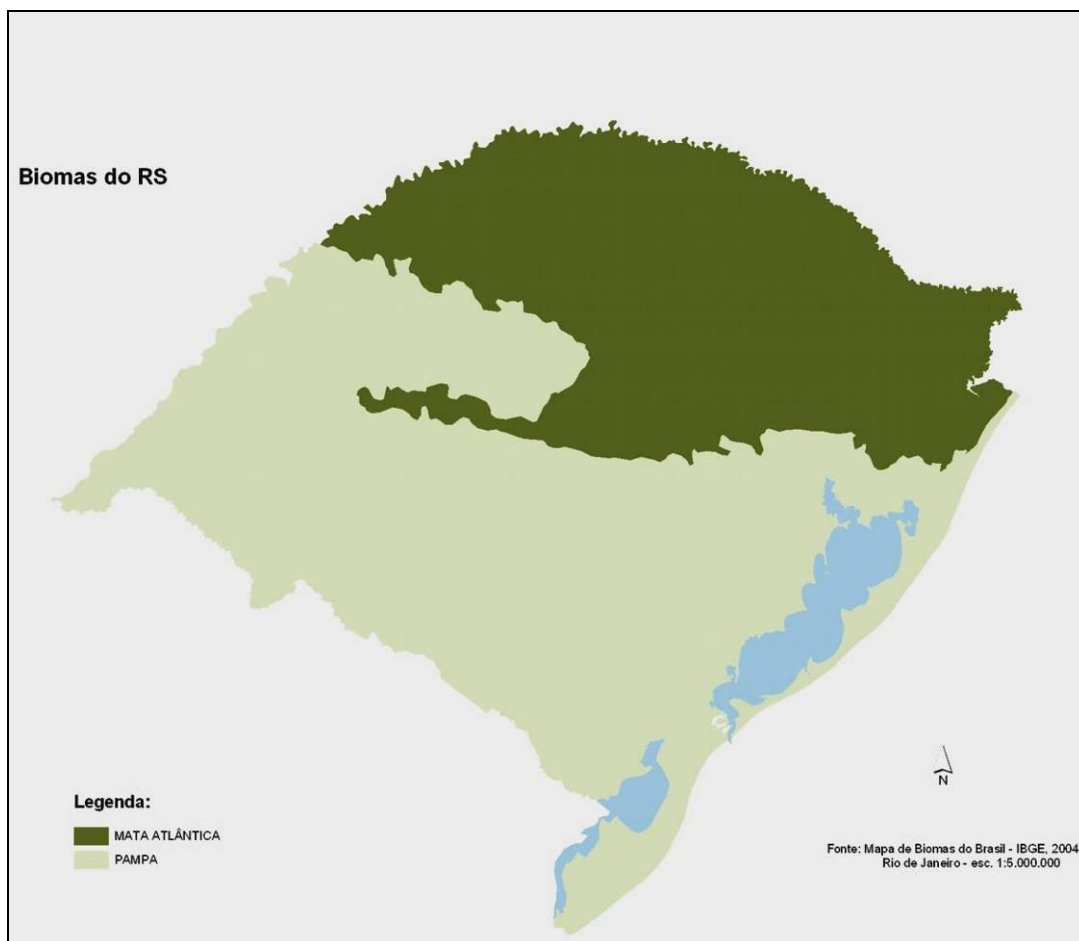


Figura 8. Bioma Pampa /Sem escala
Fonte: Site do IBGE, 2004

ÁREA DE AMPLIAÇÃO RBMA

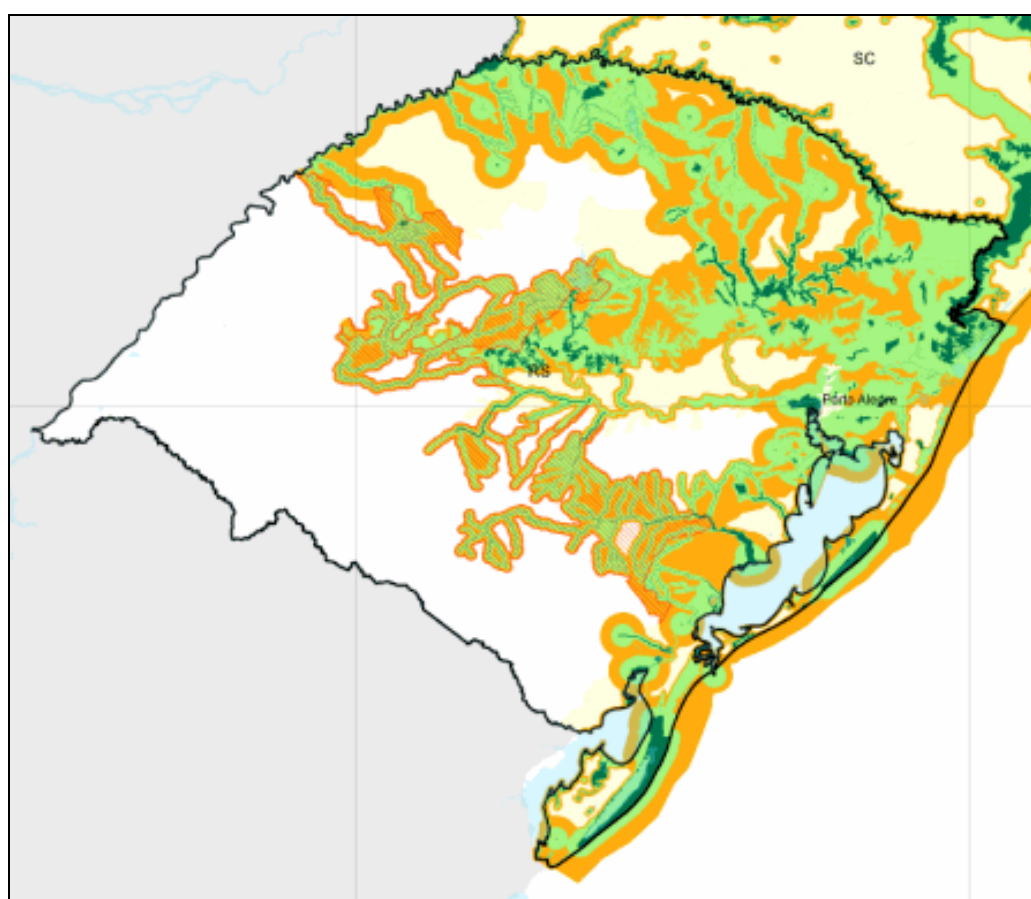


Figura 9 - Ampliação RBMA fase VI /Sem escala
Fonte: Site da RBMA

4.2.1 Silvicultura no Brasil

De acordo com Regina Machado Leão, a silvicultura consiste no “planejamento ou manejo científico das florestas para a produção contínua de bens e serviços necessários à vida econômica” e deve ter como objetivo primordial “a produção eficiente e sustentável de madeira [...] permitindo a preservação dos recursos hídricos, da vida silvestre, dos lugares destinados à recreação e à contemplação da natureza” (LEÃO, 2001, p. 142 - 146)⁴³.

O desenvolvimento da silvicultura no Brasil se fez a partir do problema da escassez de madeira, um problema bem antigo, não só nacional como mundial. Da mesma forma a introdução de espécies exóticas não é recente; pesquisas indicam que as primeiras espécies foram introduzidas no Brasil durante o século XIX, quando houve um aumento na demanda por matéria-prima proveniente das florestas. Durante o século XIX houve uma tentativa de se conhecer mais as florestas brasileiras para desenvolver alternativas de manejo. Porém, no decorrer do século XX essa situação mudou, pois o que se verificou foi uma substituição da flora nativa por espécies exóticas, que aparentemente produziram mais do que as espécies locais. Na segunda metade do século foram desenvolvidas pesquisas em torno de do *pinus* e do eucalipto. Uma das espécies que obteve mais produtividade e melhor se adaptou às terras brasileiras foi o eucalipto, de origem australiana.

De acordo com Walter de Paula Lima “na América do Sul admite-se que o Chile tenha sido o primeiro país a introduzir o eucalipto, por volta de 1823. Logo a seguir, também a Argentina e o Uruguai iniciaram o plantio” (LIMA, 1996).

Têm-se notícias de que no Brasil foram feitas experiências com o plantio de eucalipto no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX e há relatos de que no Rio Grande do Sul

⁴³ Este trabalho expressa a impropriedade da adoção do conceito de silvicultura para o que acontece na metade sul do RS, assim como em outras regiões do Brasil e em outros países.

o eucalipto foi plantado pela primeira vez em 1868, trazido por Assis Brasil para as fazendas do sul (LIMA, 1996; AGEFLOR, 2008).

Eram pequenas plantações e seu uso era destinado à quebra ventos, moirões para cercas e lenha. No século XX essa mesma madeira era utilizada para abastecer as máquinas a vapor, engenhos de arroz e os barcos de transporte.

O responsável pela introdução do eucalipto no Brasil com vista a uma exploração mais intensiva foi um agrônomo da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Edmundo Navarro de Andrade, que desenvolveu extensivas pesquisas sobre a planta e sua adaptação fora de seu habitat original (DEAN, 1997 ANESI, 2007; LIMA, 1996). Foi a partir do seu trabalho que em finais dos anos 1950 o Brasil era citado como “o país com as mais extensas plantações dessa cultura no mundo” (LEÃO, 2000, p.208).

Na década de 1960, o crescimento industrial exigiu um aumento acelerado em vários setores, inclusive o florestal. Nesse momento foi constatado que o estoque de florestas naturais, entre elas a araucária, estava se esgotando. Como essa espécie tem um crescimento lento, o seu plantio foi considerado inviável.

Para Leão “as florestas tropicais nativas eram muito heterogêneas e de difícil acesso, não se prestando para o aproveitamento industrial na época”. Por causa disso o eucalipto se apresentou como uma boa opção, pois “sua homogeneidade e o bom rendimento eram os fatores mais atraentes” (LEÃO, 2000, p. 209). Além disso, o crescimento acelerado foi outro fator positivo para a sua utilização.

Atentas a estudos sobre o eucalipto, empresas de produção de celulose que atuavam no Brasil passaram a pesquisar formas de aproveitar essa matéria-prima para a extração de celulose.

Com a aprovação do novo Código Florestal Brasileiro em 1965 houve um incremento na produção, mas o fator decisivo para a expansão da silvicultura no Brasil foi a aprovação da

legislação de incentivos fiscais pelo governo Federal em 1966⁴⁴, “que possibilitou as empresas abaterem até 50% do valor do imposto de renda devido para aplicar em projetos de reflorestamento”⁴⁵ (LEÃO, 2000; LIMA, 1996).

A produção subiu de 304,2 toneladas em 1961 para 6.342.102 toneladas em 1997, e 6.719.060 toneladas no ano seguinte. Isso fez com que o Brasil passasse de 13º para 6º maior produtor mundial.

Durante a década de 1970 o setor de celulose e papel se estabeleceu no Estado do Rio Grande do Sul, atraído pelos incentivos do governo Federal. Formou-se no Estado uma cadeia produtiva de base florestal, ancorada no plantio de *pinus*, acácia e eucalipto. Hoje o eucalipto representa a maior parte das florestas cultivadas no Brasil, com cerca de 60% do total.

4.2.2 As monoculturas de eucalipto no século XXI - Ampliação da base florestal no Estado do Rio Grande do Sul

No ano de 2004, três grandes empresas do setor de celulose e papel (Votorantim Celulose e Papel (VCP), Aracruz e Stora Enzo (representada pela Derflin S.A.), anunciaram a instalação ou ampliação de suas atividades no Estado⁴⁶. As empresas escolheram a região chamada “Metade Sul” do Estado onde se situa parte significativa do bioma Pampa (ver figuras 10 e 11).

⁴⁴ Lei 5106 de 2 de setembro de 1966.

⁴⁵ É importante destacar que estes autores não fazem distinção entre reflorestamento com espécies nativas ou exóticas.

⁴⁶ De acordo com notícia no site da Associação Brasileira de Produtores Brasileiros de Florestas Plantadas (ABRAF) “No Estado do Rio Grande do Sul se inicia atualmente um projeto de expansão de fronteira silvícola com previsão de aumentar as áreas reflorestadas para cerca de 900.000 ha, sobretudo com floresta de eucalipto. Do beneficiamento dessa madeira resultará uma quantidade considerável de matéria-prima para as indústrias de base florestal que estão realizando vultosos investimentos no setor, assim como resíduos florestais que, se não tiverem destino adequado, poderão causar sérios impactos ao meio ambiente” (ABRAF, 2006).

A escolha dessa área pode ser explicada, primeiro pelo incentivo do governo, e segundo pela existência de grandes propriedades.

Desde a política de sesmarias, grandes extensões de terra foram ocupadas por produtores de gado e depois para o plantio de arroz. A maior parte dessa região foi constituída por latifúndios para essas culturas.

Minha pesquisa se restringe à área da base florestal da VCP, no extremo sul do Estado.

O anúncio das empresas coincidiu com o lançamento, por parte do governo Estadual, de um programa de incentivos fiscais, o Programa de Financiamento Florestal Gaúcho – PROFLORA. O objetivo era financiar “através dos órgãos públicos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o plantio de florestas, impulsionando assim a criação e organização de uma cadeia produtiva no setor de madeiras” (ANESI, 2007).

Além da promessa de plantio de cerca de 900 mil hectares de espécies exóticas, havia também a promessa de que cada empresa instalaria uma indústria para a produção da pasta de celulose, o que constituiria a formação de um pólo produtor de celulose no extremo sul do Brasil.

O projeto sofreu severas críticas desde o seu anúncio, principalmente pelos órgãos de defesa do meio ambiente. Um dos motivos das críticas foi de que as empresas adquiriram as propriedades e começaram o plantio mesmo sem uma licença prévia de instalação e sem a realização do zoneamento para a atividade - previsto tanto na Legislação Federal (Resolução CONAMA 237/97), quanto no Código Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (Lei 11.520/2000).

O Zoneamento ambiental ou agroecológico é um instrumento previsto no art. 9º da Lei Federal 6938/81, que regulamenta as atividades a serem desenvolvidas em determinadas parcelas do território, de acordo com o art. 2º do Decreto Nº 4.297 “tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos,

programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas” assim como “compete ao Poder Público Federal elaborar e executar o ZEE nacional e regionais, quando tiver por objeto biomas brasileiros ou territórios abrangidos por planos e projetos prioritários estabelecidos pelo Governo Federal” (BRASIL, 2002, art. 2º e 6º).

BIOMAS MATA ATLÂNTICA E PAMPA

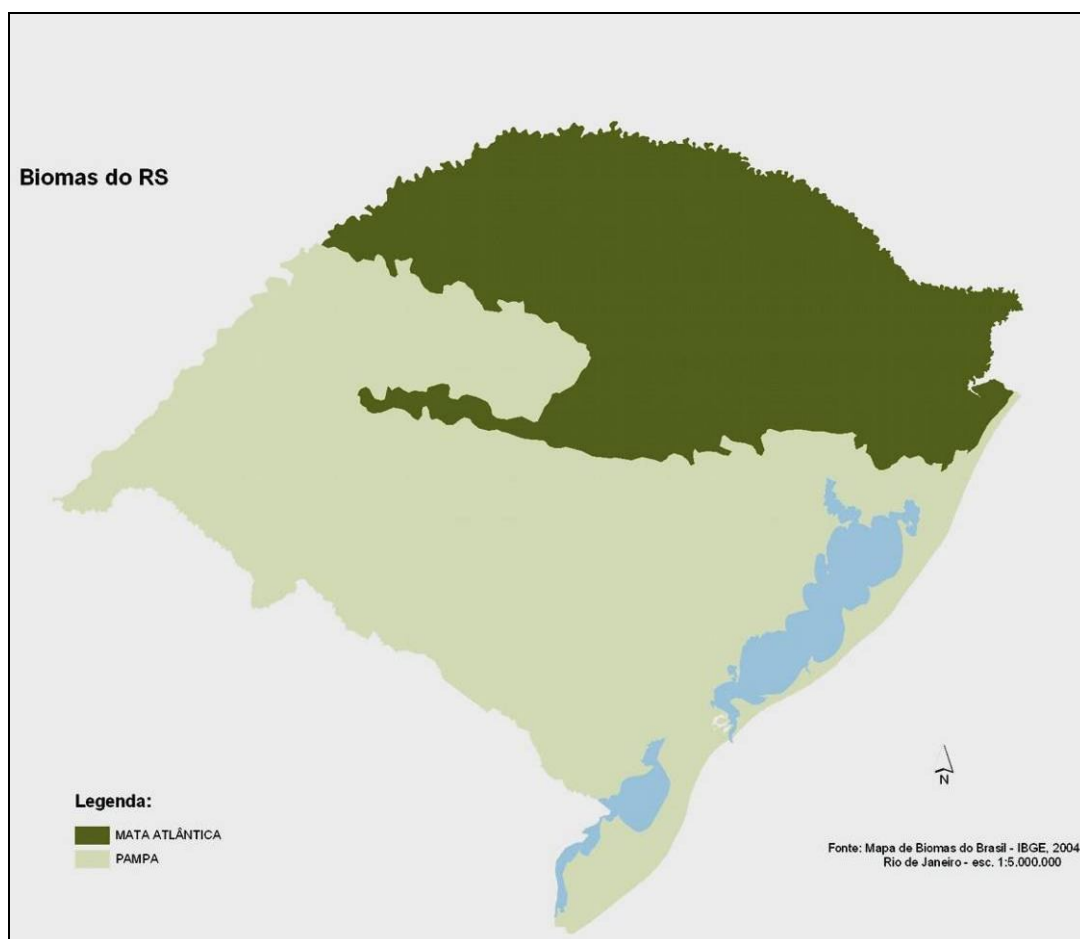
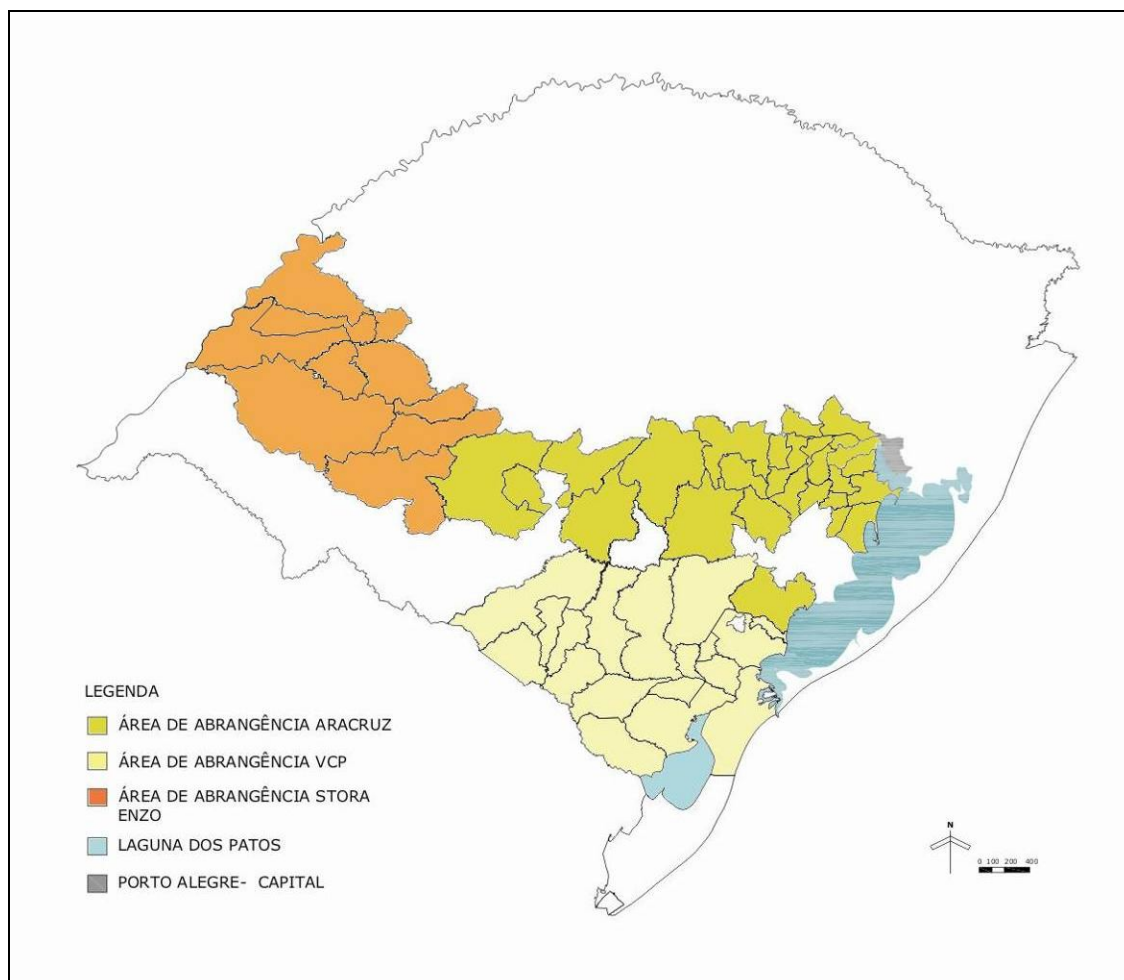


Figura 10. Biomas - Sem escala
Fonte: IBGE, 2004

ÁREA ATINGIDA PELA AMPLIAÇÃO DA BASE FLORESTAL NO RS



**Figura 11. Área de plantio /Escala indicada
Acervo da autora**

Em 17 de dezembro de 2004 o CONSEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente) emitiu uma Resolução (nº 084/2004) na qual resolveu adotar o sistema de licenciamento ambiental por integrador⁴⁷, que permite a licença ambiental para um grupo ou parte desse grupo, admitindo um único responsável técnico. Essa resolução inclui a atividade da silvicultura. O que permite uma redução nos custos com o licenciamento e a inclusão dos pequenos produtores nas licenças ambientais, requeridas pelas grandes empresas.

Também em 2004, através da Portaria nº. 048/2004, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul criou um Grupo de Trabalho para a elaboração do referido zoneamento. A equipe foi formada por técnicos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul e do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas.

Em novembro de 2005, a Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre instaurou inquéritos civis de âmbito regional para averiguar os critérios de licenciamento por parte da FEPAM para a atividade da silvicultura no Estado (Ministério Público). Estavam incluídas neste inquérito três empresas produtoras de celulose e papel (Derflin - Stora Enso, Aracruz Celulose S.A. e Votorantim Celulose e Papel S.A.). Logo após foram incluídas mais duas empresas a Tanagro S.A. e Tanac S.A. que já produziam acácia e eucalipto em grande escala.

Como resultado dessas ações foi elaborado em maio de 2006 um Termo de ajustamento de conduta (TAC) entre o Ministério Público Estadual, a FEPAM e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente. O termo previa entre outras coisas que:

As empresas ficariam impedidas de utilizar apenas uma licença para todos os plantios como permitia a lei até o momento. O chamado Termo de

⁴⁷ Segundo a resolução CONSEMA nº 084/2004

“II - Licenciamento Ambiental por integrador: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente realiza o licenciamento ambiental por integrador, emitindo uma ou mais Licença(s) de Operação para todos ou parte dos integrados, sob orientação de um responsável técnico habilitado e credenciado, disponibilizado pelo integrador” (CONSEMA, 2004).

Ajustamento de Conduta (TAC) determinou que fosse exigida licença ambiental para todas as áreas superiores a 1 mil hectares ou em zonas de risco ambiental (GRANDO, 2007, p. 25).

Outra determinação era de que a FEPAM deveria concluir o Zoneamento para a Atividade da Silvicultura (ZAS) até o final do mês de dezembro de 2006, o mesmo deveria ser submetido a audiências públicas até 31/03/2007. Foram feitos ainda quatro acréscimos ao texto original do Termo, entre eles:

[...] o primeiro em 29/05/2006 [...], retirando-se a vedação dos plantios em faixa de fronteira, mas condicionando-os à observância das restrições legais relativas à área; o segundo em 19/06/2006 [...], acrescentou-se a obrigação de o empreendedor demonstrar, para obtenção das autorizações para plantios em 2006, a obrigação de comprovar que a área já havia sido anteriormente convertida para uso agrícola ou silvicultural, bem como a obrigação de prever uma área para futura constituição da reserva legal [...] (MPE, 2007).

O Zoneamento foi entregue em 1º de janeiro de 2007, após muitas discussões e opiniões contrárias dos órgãos ambientais. Porém, o mesmo ia de encontro aos interesses das empresas envolvidas, que ameaçaram retirar os investimentos da região. Por isso foi instituído um Grupo de Trabalho para avaliar o resultado do ZAZ, formado basicamente por representantes do Governo do Estado e por representantes da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Associação Gaúcha de Entidades Florestais (AGEFLOR) e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FETAG).

O grupo fez várias críticas ao ZAZ. Com base nisso o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA)⁴⁸, através da Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal, aprovou diversas modificações ao ZAS. Dentre elas a retirada do percentual máximo de plantio em cada propriedade. A proposta inicial previa uma ocupação máxima por unidade de

⁴⁸ O CONSEMA é formado por representantes do governo, entidades do setor empresarial, institutos de pesquisa e movimentos ambientalistas e sociais. Dos 29 integrantes com direito a voto, apenas quatro são de ONGs ambientalistas (GRANDO, 2007).

paisagem, que também foi retirada, assim como o limite de maciços florestais e a distância entre eles.

Em outra reunião, no dia 09 de abril de 2008, que havia sido cancelada através de medida judicial (na qual o Governo do Estado entrevistou e pediu a revogação da liminar), foram aprovadas outras alterações. A maioria das alterações privilegiou as empresas. A partir do resultado do Zoneamento aprovado pelo CONSEMA (Resolução CONSEMA n. 187/08), foram feitos vários questionamentos quanto à lisura do processo⁴⁹.

O próprio IBAMA, através do Grupo de Trabalho do Bioma pampa/IBAMA/RS, disse em um relatório de julho de 2008:

[...] o Zoneamento Ambiental para a Atividade da Silvicultura ora vigente no Rio Grande do Sul serve somente, ao que tudo indica, para legitimar, definitivamente, os procedimentos de licenciamento da atividade de silvicultura e produção de celulose no Estado sem o planejamento ambiental adequado à magnitude dos empreendimentos propostos e já em implantação (GT BIOMA PAMPA, 2008).

No dia 28 de outubro de 2008, a justiça do Rio Grande do Sul determinou que as novas Licenças emitidas pela FEPAM, seguissem as orientações do zoneamento propostos pelos técnicos da Fundação Zoobotânica. A relatora do processo acreditava que o zoneamento (ZAS) aprovado “pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) carecia de limites objetivos ao plantio de pinus e eucalipto. Ela avaliou que o zoneamento ficou vazio como instrumento de orientação para as licenças ambientais e considerou que as regras propostas pelos técnicos da Zoobotânica eram mais adequadas” (CASIRAGHI, 2009, s/p).

Além disso, o Zoneamento não teve caráter retroativo, ou seja, as árvores já plantadas estando ou não em áreas impróprias para o plantio continuaram se desenvolvendo.

⁴⁹ Ações Cíveis Públicas nº 2007.71.00.034718-7 e nº 2007.71.00.031307-4, ajuizadas pelo Ministério Público Federal; - Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN nº 4074) ajuizada pelo Procurador Geral da República em 05/05/2008; - Ação Cível Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual (ACP/MPE nº 10801617174) em 18/06/2008 contra a FEPAM e o Estado do Rio Grande do Sul (GT BIOMA PAMPA, 2008)

No início de 2009, a VCP, com o apoio do BNDES, assumiu o controle acionário da Aracruz, formando a Fibria, maior empresa produtora de pasta de celulose de eucalipto do mundo.

Durante o processo de elaboração e aprovação do ZAZ houve demissões e afastamentos nos cargos de chefia da FEPAM. Entrou em trâmite na Assembléia Legislativa Estadual o Projeto de Lei nº. 88/2007, para alterar a redação dos artigos 57, 58 e 59 do Código Estadual do Meio Ambiente, que tratavam dos prazos para liberação de licenças ambientais (JUS Brasil, 2009). Aliada a essas questões veio a proposta de modificação do Código Florestal Brasileiro⁵⁰.

Paralelo a esses acontecimentos, teve início em 2004 um projeto de mapeamento dos remanescentes da cobertura vegetal nativa do Bioma Pampa, com base em imagens captadas por satélite. Essa pesquisa foi desenvolvida por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), unidades Clima Temperado e Pecuária Sul e com a Universidade da Região da Campanha (URCAMP). De acordo com o coordenador do projeto, Heinrich Hasenack:

Os campos do Rio Grande do Sul têm sido utilizados para criação de gado há mais de 200 anos. Mesmo assim, podemos considerar que 40% da superfície do bioma pampa ainda mantém a cobertura vegetal de espécies nativas. Desse total, 22% são formações campestres, 5% são formações florestais e 13% são formações consideradas como um mosaico de campo e floresta (não se define se originalmente era campo ou mata). Áreas que apresentam indícios de terem sido usadas previamente para a agricultura não são tratadas como cobertura vegetal natural. (HASENACK, 2007, s/p)

⁵⁰ As sugestões do Governo do Estado do Rio Grande do Sul “baseiam-se em cinco eixos: computar as áreas de preservação permanente (APP’s) na área de reserva legal, possibilitar o manejo dentro das áreas de reserva legal, permitir a continuidade das atividades agropecuárias já consolidadas em APPs, exceto nas matas ciliares que devem ser recompostas, compensar a área de reserva legal fora da bacia hidrográfica na qual ela está inserida” (Fonte: <<http://brasilatual.com.br/sistema/?p=2581>>).

Esta pesquisa foi entregue ao Ministério do Meio Ambiente, junto com o mapeamento dos cinco demais biomas brasileiros. Ela também serviu de base para a elaboração da versão original do Zoneamento Ambiental para a Silvicultura.

De acordo com Hasenack, no Bioma Pampa existem áreas que mantêm grande parte de sua vegetação nativa, “algo entre 11% e 13%”, além disso, há áreas que podem ser recuperadas e outras que “podem se manter como semi-naturais se houver uso compatível com as características naturais e manejo adequado” (HASENACK, 2007).

Considerando este cenário, muitos pesquisadores acreditam que a introdução de espécies exóticas em grande escala (como a monocultura do eucalipto e acácia) poderia acarretar sérios problemas ambientais, além dos problemas socioeconômicos associados às monoculturas (BENCKE, 2006; HASENACK, 2006, 2007; CHOMENKO, 2006).

De acordo com relatório do GT-Bioma Pampa/IBAMA:

[...] Dada à magnitude e abrangência dos investimentos e áreas previstas para a implantação dos projetos de silvicultura e de produção de celulose no Bioma Pampa, pode-se prever fortes impactos negativos, não somente de caráter ambiental, mas também sociais e culturais se tais projetos não forem precedidos de planejamento ambiental adequado (GT-BIOMA PAMPA, 2007).

Este relatório ainda recomenda que:

Devem ser levados em conta, com muita atenção, os exemplos de impactos ambientais negativos gerados pela implantação, sem o devido planejamento, de grandes projetos de silvicultura e produção de celulose em outras regiões do Brasil, conforme documentado em estados como a Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais (GT-BIOMA PAMPA, 2007).

Com a crise econômica que levou à suspensão do plantio, a grande maioria dos funcionários e de terceirizados pela empresa VCP perderam seus empregos, alguns foram relocados pelas empresas terceirizadas. De acordo com funcionário da empresa, dos cerca de 1200 empregos diretos ou indiretos gerados até o ano de 2007, atualmente existem cerca de

200, o suficiente para fazer a manutenção dos plantios, a capina e o controle de incêndio (SOUZA, 2010).

De acordo com Souza até o momento foram plantados 55 mil hectares dos 110 mil previstos para a primeira etapa do projeto, que é a quantidade necessária para a implantação da fábrica de pasta de celulose. Ele também afirma que não há previsão para a expansão da base “florestal” no Rio Grande do Sul, pelo menos até o ano de 2016, pois após a fusão entre VCP e Aracruz que deu origem à Fibria, a expansão foi concentrada nos Estados da Bahia e Mato Grosso, onde a empresa também possui bases “florestais” (SOUZA, 2010).

Enquanto continua o impasse e os processos tramitando na justiça, as plantações de árvores exóticas estão se desenvolvendo. Com elas, o aumento de riscos ambientais.

Se considerar que o homem faz parte do ambiente e nele interage social e culturalmente e se igualmente considerar que a cultura do gaúcho possui uma base territorial e uma forte relação com a paisagem do Pampa, há que se pensar nos possíveis impactos das monoculturas sobre a cultura do gaúcho. Não serão somente os campos que se transformarão em florestas, há toda uma biodiversidade e uma sociodiversidade ameaçada. As consequências parecem ser bem danosas.

4.2.3 As monoculturas de exóticas e o meio

Para avaliar as possíveis alterações no meio causadas pela monocultura de árvores exóticas, há que se considerar que o Pampa rio-grandense só foi reconhecido como Bioma no ano de 2004, sendo pouco conhecido em relação aos outros biomas brasileiros. Ele é mais conhecido como uma região de campos, com poucos estudos sobre a sua fisionomia e fisiologia.

Nesse subitem abordarei alguns desses estudos, assim como estudos que indicam os impactos que as monoculturas, especialmente de eucaliptos, causam ao meio sócio-ambiental. Pretendo que o mesmo forneça elementos capazes de explicar, com mais profundidade, os impactos das transformações da paisagem na constituição da história, das memórias, das identidades gaúchas, já que considero que o homem faz parte do meio e alterações nesse meio podem afetar o modo como se situa no mundo.

Em meio às discussões sobre crédito de carbono, reflorestamento, etc., surgiu a questão da implantação de monoculturas de árvores exóticas em um região constituída por campos. O governo e as empresas envolvidas insistiram em chamar esse plantio de exóticas de reflorestamento, o que se constitui em um erro grave, especialmente para a região onde predominam os campos e a vegetação rasteira.

Uma monocultura não se constitui uma floresta, uma vez que a floresta carrega consigo toda uma biodiversidade que não está presente neste tipo de plantio. Além disso, Warren Dean destacou que a monocultura do eucalipto era prejudicial, pois “emitia substâncias – terpenose fenólicos – que inibiam o crescimento de concorrentes” (DEAN, 1996, p. 331).

A princípio, há três eixos que dominam as discussões sobre as monoculturas de eucalipto e os danos ao meio ambiente que são: erosão do solo e salinização, consumo excessivo de água e a redução da biodiversidade. Há poucos estudos específicos sobre o impacto deste tipo de plantação sobre áreas de campo. A esses três eixos posso acrescentar os danos socioculturais, que mais diretamente são tratados nesta pesquisa. Esses impactos são discutidos em conjunto, já que avalio que não há como considerar a ação do homem dissociada do meio em que vive.

Analisando o consumo de água, Lima destaca que,

quando se comparam os efeitos resultantes do Florestamento de áreas de Campo limpo, ou de pastagem, ou qualquer outra vegetação aberta, é

bastante provável que ocorra uma redução da produção de água pela bacia hidrográfica, de aproximadamente 20%, enquanto as perdas evaporativas da bacia poderiam, eventualmente, quase duplicar. A explicação principal para esse aumento das perdas evaporativas está no processo de interceptação das chuvas pela copa da floresta [...] (Newson, 1979, Calder, 1986) (LIMA, 1996, p. 54).

Também sobre esse assunto Guilherme de Andrade Abreu diz que,

a água que penetra no solo tende a permanecer nele, se não for utilizada pelas plantas. Com isso, o solo perde água, principalmente, mediante a transpiração dos vegetais o hábito radicular das plantas nativas de determinado lugar está em conexão com a profundidade do solo e volume de chuvas. Isto é, em solo raso e/ou chuvas escassas (como nos campos) obrigam enraizamento superficial (ABREU, 2006, p. 12).

De acordo com Vital, há vários estudos que comprovam que árvores de crescimento rápido apresentam um elevado consumo de água, porém as consequências dependem de vários fatores como a precipitação pluviométrica da região, a distância em relação à bacia hidrográfica, a distância da raiz do eucalipto em relação ao lençol freático. Seria então necessário um estudo mais aprofundado dos relatórios de impacto ambiental que considerassem esses fatores (VITAL, 2007, s/p).

Por seu lado, as empresas defendem que as plantações de eucalipto ajudam a proteger as bacias hidrográficas, em face de estudos de impacto ambiental que são realizados junto às mesmas. Tal afirmativa tem-se na fala de uma moradora do município de Pinheiro Machado:

Aqui uma área fica bem pertinho da represa onde fica a captação de água da cidade, aí entraram na justiça, a FEPAM; aí a Votorantim ganhou. E por incrível que pareça, eles ficaram tão preocupados em poluir que aqui em Pinheiro a água ficou muito bem cuidada (FARIAS, 2009).

Percebe-se que há uma leitura bastante confusa do impacto ambiental, que é camuflado sob a alegação de que o receio de poluir o ambiente implica em cuidados das empresas monocultoras com os cursos d'água. Porém, há outras questões que se colocam, pois se é possível haver certo controle por parte dos órgãos ambientais sobre as grandes

plantações, isso se torna dificultoso quando se trata dos pequenos produtores, fornecedores das grandes empresas, cuja fiscalização não é rígida e os estudos de impacto não são exigidos. Assim como se torna difícil a fiscalização de produtores que devido ao aumento da demanda e da promessa da implantação da fábrica de pasta de celulose, estão plantando por conta própria, sem o acompanhamento técnico adequado.

De acordo com João Dagoberto dos Santos, pesquisador da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), os órgãos ambientais “não têm comando sobre os fomentados⁵¹, que fazem barbaridades, mesmo porque, quanto mais eucalipto plantam, mais dinheiro ganham”(ECODEBATE, 2009).

Em se tratando da biodiversidade, está previsto no zoneamento ambiental (ZAS) a criação de corredores ecológicos. Porém, se observarmos as imagens aéreas da região (figura 12), nota-se a presença de grandes maciços de eucaliptos na Fazenda Santa Rosa de propriedade da VCP.

De acordo com técnico da empresa, apesar do adensamento dessa plantação, pode-se notar à esquerda da imagem que foi respeitada uma área bem maior do que a legislação exige quanto ao recuo em relação ao curso d'água. A legislação exige um mínimo de 30 metros⁵² de afastamento e no caso, ele diz que foram respeitados em torno de 100 metros.

A gente identificou que essa margem aqui havia sido desmatada... Especificamente nesta, ao invés de deixar os 30 metros, essa aqui tem 100 metros... Um espaço maior para recuperação. A idéia era fazer o plantio de nativas e mata ciliar, mas aí não foi feito por falta de dinheiro (SOUZA, 2010).

⁵¹ No empreendimento que estou analisando o programa de fomento é chamado de “poupança florestal”.

⁵² Nas áreas lindeiras às formações florestais nativas e APP's deverão ser mantidas distâncias de no mínimo 30m, podendo ser ampliada a fim de garantir a prevenção e controle de incêndios (RIO GRANDE DO SUL, 2007).



**Figura 12. Fazenda Recanto dos Paz (VCP)
BR 116 – Km 593-594 - Em 31/09/2009
Fonte: Imagem aérea - Google Earth**

Não deixa de ser interessante a argumentação do entrevistado de que faltou dinheiro exatamente para o plantio de mata nativa e a formação de mata ciliar, condição necessária para o corredor ecológico.

Souza relatou que dois municípios estão no limite máximo admitido para o plantio de eucalipto, que são Piratini e Pedras Altas. Para ele, são áreas que “não podem ter mais nenhum plantio”. Segundo ele, no município de Pedras Altas a empresa comprou cerca de 10% da área de sua área total (10 mil hectares), sendo que 5% (cinco mil hectares) estão plantados (SOUZA, 2010).

Fato que pude comprovar durante o trabalho de campo. Na figura 13, tem-se a imagem da Fazenda Santa Heloisa em Pedras Altas. A fazenda ocupa uma área de dois mil hectares, grande parte dela plantada com eucaliptos. Na imagem nota-se em primeiro plano o gado que caminha pela estrada buscando onde se alimentar, já que as fazendas possuem cercas e, pelo

adensamento do plantio, não resta área para o pastejo do gado⁵³. Ao longo da estrada percebe-se a grande massa de eucaliptos que se estende e impede o olhar para o horizonte e que representa o relato do técnico da empresa sobre o limite de plantio para a região.



**Figura 13- Fazenda Santa Heloísa (VCP) - Pedras Altas
2048x1536 pixels – Em 4/01/2010
Arquivo: da autora**

Na imagem aérea da figura 14 pode-se notar a diferença no tipo vegetação pelas cores entre a área da Fazenda Santa Heloísa, com o plantio de eucaliptos e a área da Fazenda Santa Marta, de criação de gado. A área mais clara é constituída por campos enquanto que a área mais escura é de eucaliptos. A Fazenda Santa Marta fica entre dois maciços de eucaliptos, segundo relato de moradores, uma das poucas que ainda resistem ao avanço da monocultura no município. Os símbolos e o nome das fazendas foram acrescentados à imagem aérea para que pudessem ser identificadas.

⁵³ Em algumas áreas de “poupança florestal” está sendo feito o plantio consorciado. Nestes casos o espaçamento entre as fileiras de eucaliptos é maior, permitindo que o gado paste entre as mesmas. Porém esse tipo de consórcio só vale para os dois primeiros anos, após há o sombreamento que não permite o crescimento do pasto.

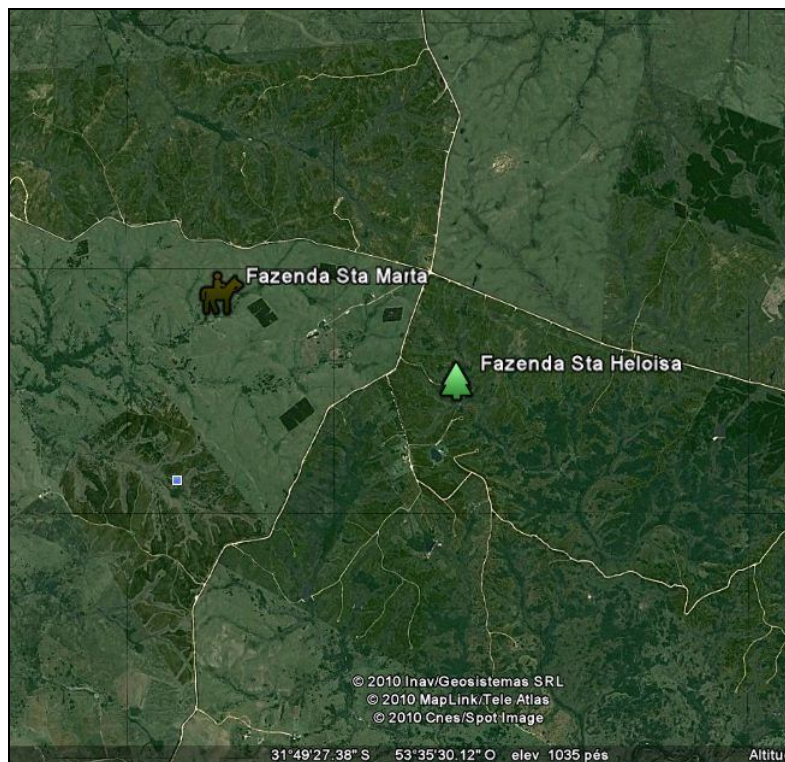


Figura 14 - Fazenda Santa Heloísa (VCP) - Pedras Altas
Fonte: Imagem aérea - Google Earth

Em um artigo publicado pelo BNDES (um dos financiadores da atividade no Estado), Marcos Vital, diz que os impactos sobre a biodiversidade local,

também dependem do bioma e da condição prévia da região onde a floresta será implantada. Implantadas em áreas de florestas nativas, como as de Mata Atlântica, as plantações acarretam redução da biodiversidade. Implantada, por outro lado, **numa região de savana**, ou mesmo numa região que anteriormente era coberta com Mata Atlântica, mas que foi desmatada, a floresta exótica acarreta **aumento da biodiversidade da flora e fauna locais** (VITAL, 2007, S/P, grifos meus).

Ora, a fala citada pode ser questionada, pois se a “floresta” plantada ocasiona um aumento da biodiversidade ela também poderia ocasionar um desequilíbrio ecológico, o que, de acordo com relatos da população local já vem ocorrendo, espécies de mamíferos agora possuem um abrigo de seus predadores naturais, o que faz com que aumente a população dos mesmos. Um dos casos é o aumento da população de javalis na região. Apesar de o javali ser

um animal exótico, que foi introduzido pela fronteira do Uruguai, o mesmo é habitante de áreas florestais; com o aumento das áreas com eucalipto a sua população tende a aumentar. De acordo com o consultor de meio ambiente da empresa, esses dados ainda não são conclusivos, pois outros elementos poderiam contribuir para esse aumento.

Está aumentando o javali? Está. Agora dá para dizer que está aumentando por causa dos plantios? Não. Porque a gente não tem como dizer que antes do plantio eram 'x javalis' e agora são '2x' porque nunca teve levantamento nenhum [...] Eles procuram as "florestas" para se abrigar... Eles se escondem dentro das fazendas porque tem menos movimentação de gente e toda a fauna vai pra lá, aumenta a população de veado, de lebre, de sorro [...] (SOUZA, 2010).

É contraditória a sua fala, pois, já que o javali procura ambientes florestais para se abrigar, parece plausível acreditar que um aumento considerável de áreas de "florestas" plantadas em um ambiente de campos leve a um aumento da população do referido animal.

Já com as aves a questão é bem diferente. Quando pergunto se algum animal pode ser extinto devido à "floresta" a resposta do técnico é: "as aves. Tem um grupo de aves que são específicas desse ambiente campestre e elas vão procurar o seu habitat. O que acontece com a substituição do campo pela floresta? Uma substituição de habitat. Ou seja, a princípio não haveria a extinção e sim uma procura por áreas de campo" (SOUZA, 2010).

Tranquilo assim, as aves vão buscar outro habitat, isso não significa extinção, apregoa esse depoente, mas sim uma procura por outro espaço.

Durante as entrevistas que realizei pude ouvir o som dos pássaros, que são uma constante no ambiente pastoril, com uma grande variedade de sons. Pude notar também ao me aproximar da "floresta" plantada, que esses sons mudam bruscamente, ainda ouço pássaros cantando, mas pelo que pude perceber, uma variedade bem menor de sons se fazem ouvir.

De acordo com a *BirdLife International/SAVE* Brasil existem 12 espécies ameaçadas de extinção nos campos sulinos, entre eles o veste-amarela (*Xanthopsar flavus*), os caboclinhos (*Sporophila palustris*) e (*Sporophila cinnamomea*) e a noivinha (*Heteroxolmis*

dominicana). Além disso, “esses campos no sul do Brasil também representam uma importante área na rota de migração de várias espécies como o maçarico acanelado (*Tryngites subruficollis*) e o maçarico-do-campo (*Bartramia longicauda*)” (DEVELEY, 2007).

Essas aves vivem exclusivamente em áreas de campo, a implantação massiva de “florestas” pode afetar de forma definitiva o desenvolvimento e a preservação dessas espécies ameaçadas.



**Figura 15. Emas - Localidade Vila da Lata – Aceguá
640X480 pixels – Em 21/12/2006
Acervo: LEPAARQ**

Na imagem acima (figura 15), pode-se perceber, em primeiro plano, duas emas que parecem não se importar com a presença do fotógrafo; ao fundo, os campos a perder de vista, muito característico nessa região. Estas aves vivem em áreas abertas de campo e cerrado, mas necessitam de árvores para se abrigar.

De acordo com Rafael Antunes Dias, esses campos já vinham sendo afetados pela agricultura desde a segunda metade do Século XX e, “mais recentemente, monoculturas de árvores exóticas vêm convertendo a paisagem aberta em florestas. Entretanto, os impactos

dessas mudanças sobre a *ornis* pampiana são pouco conhecidos, o que impede a proposição de estratégias conservacionistas adequadas” (DIAS, 2007, s. p.).

Há que se considerar que ainda que não haja pesquisas que comprovem a diminuição ou aumento de alguma espécie animal ou florística, os riscos podem se agravar considerando que já no ano 2000, de acordo com o MMA, haviam sido identificadas nos campos sulinos 2,5 mil espécies da flora, sendo que 10% ameaçadas; 102 espécies de mamíferos (cinco delas endêmicas – ratão-do-banhado), 13 ameaçadas; 50 espécies de peixes (12 endêmicas – cará), 3 ameaçadas; 476 espécies de aves (duas endêmicas: macuquinho da várzea e pedreiro) - 10 ameaçadas (MMA/SBF, 2000).

Existem exemplos de que a criação de gado, com o manejo adequado, ajuda a conservar boa parte da avifauna dos campos; um deles é a iniciativa do biólogo Pedro Develey, diretor de conservação da Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil (SAVE Brasil) com apoio da Associação dos Produtores de Carne do Pampa da Campanha Meridional (APROPAMPA).

De acordo com Carlos Fioravanti, Pedro Develey iniciou o inventário de três fazendas de criação de gado no município de Bagé, onde foram identificadas 144 espécies de aves, 1/3 do total estimado para todo o Pampa (inclusive a ema - maior ave da América latina), assim como 106 tipos de gramíneas nativas. A pesquisa mostrou que o manejo adequado dos pastos nativos pode ajudar na conservação da biodiversidade. Para Develey “uma fazenda com muitas espécies de aves é uma fazenda saudável, com menos pragas e menos gastos com herbicidas” (FIORAVANTI, 2009).

Segundo José Lutzenberger:

Lá no Rio Grande do Sul, temos os fazendeiros tradicionais, *ganadeiros*. Não confundir com os fazendeiros do Brasil central, muitos dos quais têm sangue nas mãos, porque com os seus jagunços mataram e mandaram embora o que eles chamam de posseiros. Mas, a fazenda no RGS é uma cultura tradicional muito bela e que não se baseia sequer no desmatamento. Temos o pampa, um pasto natural, bastante parecido ecologicamente com as

regiões das grandes pradarias dos EUA e do Canadá (LUTZENBERGER, 1995).

Outro exemplo é o da Fazenda Ana Paula, de Bagé, que após ser vendida para a VCP foi buscar apoio para suas atividades no Uruguai.

Atualmente está localizada em Zanja Honda - Rivera, Noroeste do Uruguai, a fazenda possui cerca de 100 mil hectares com a criação de gado. Esta criação é feita levando em consideração o ciclo natural de crescimento das pastagens e respeitando a cultura local onde o tropeiro ainda tem seu lugar, pois acreditam que o transporte do gado em caminhões afeta o seu desenvolvimento. Além disso, a idéia é de que os saberes “sejam transmitidos de geração em geração, mantendo viva uma sabedoria que fala de uma estreita relação entre o homem e a natureza” (RODRIGUEZ, 2006). Também é desenvolvido na fazenda um programa em parceria com apiários, que proporciona uma opção de trabalho para a população local, assim como a reprodução natural das pastagens.

Outro dado relevante que corrobora com essas iniciativas de conservação dos campos é o recente relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) do dia 13 de janeiro de 2010, que informa que as áreas de pastagens naturais seriam tão bons sumidouros de carbono quanto às florestas, ou até melhores, desde que utilizados de forma correta. Segundo o documento:

Estima-se que as terras de pastagens armazenem 30% do carbono de solo do mundo, para além da quantidade substancial de carbono armazenado em árvores, arbustos e plantas [...] Mas essas áreas são muito sensíveis à degradação do solo, afetando 70% dos pastos, como resultado do excesso de pastoreio, da salinização, da acidificação e de outros processos. A pressão sobre a terra está aumentando também a fim de satisfazer a crescente demanda por carne e produtos lácteos (O ESTADÃO, 2010).

Essa constatação também foi feita por Carlos Céspedes que em sua tese de doutoramento em Toulouse na França concluiu que, ao comparar o solo que originalmente era

de campos com o solo com plantio de eucaliptos, no Uruguai⁵⁴, “el aporte efectivo de C realizado por las plantaciones no llega a superar el contenido de C nativo que aún persiste en el suelo” . Além disso, deve-se considerar a emissão de carbono⁵⁵ durante a colheita e o processamento do eucalipto para a extração de celulose, que pode anular o armazenamento do carbono dos plantios de eucalipto (CÉSPEDES, 2007, p. 213 - 218).

Além dos impactos antes citados, de acordo com Paulo Brack, o setor da silvicultura é muito dependente de insumos,

entre os quais os biocidas, para eliminar qualquer elemento que incida em menor lucratividade. Para tanto, é crescente a mecanização e o uso de insumos químicos como herbicidas, fungicidas, inseticidas, adubos, quase todos derivados do petróleo, recurso não renovável. Tal processo perverso, alucinante e insustentável, também atinge outras monoculturas em larga escala como a soja, o arroz, a cana, o trigo, entre outras, utilizando-se de forte e pesada mecanização que compromete o solo, a biodiversidade, a saúde do homem e do ambiente. (BRACK, 2007, p.3)

Atento para o fato de que este não é um problema exclusivo da plantação de eucalipto, mas é mais um em meio a tantos outros.

Em uma entrevista o engenheiro agrônomo Eduardo Lanna fala sobre o Pampa comportar as culturas de eucalipto e pínus:

Para que transformar este ambiente único que temos ainda o privilégio de conhecer em um “deserto verde” de plantações de árvores que não são naturais na região? Para que comprometer a diversidade biológica, alterar a belíssima paisagem, transformar radicalmente o ambiente de formação do gaúcho por uma atividade cuja rentabilidade não alcança a do campo bem manejado, e cuja continuidade se resume a algumas poucas décadas? (LANNA, 2007, s/p).

Ele completa, mesmo não acreditando que o Pampa será todo ocupado pelas árvores exóticas:

⁵⁴ O plantio de eucalipto no Uruguai para extração de celulose foi intensificado a partir do final da década de 1990.

⁵⁵ Sobre o assunto consultar também "Ecosystem carbon loss with woody plant invasion of grasslands", Robert B. Jackson, Jay L. Banner, Esteban G. Jobbágy, William T. Pockman y Diana H. Wall, Letter to Nature, Volume 418, Number 6898, pp. 623, 8/8/2002. Disponível em <http://www.nature.com/nature/journal/v418/n6898/full/nature00910.html#B1>

Não é aceitável que áreas de expressivo valor histórico, cultural e ambiental, e grande potencial econômico, sejam alteradas para dar lugar a atividades que economicamente não são tão rentáveis quanto uma pecuária moderna, que aproveite as enormes vantagens comparativas do pampa, para produzir a carne que o mundo deseja consumir (LANNA, 2007, s/p).

Um exemplo a ser levado em conta é o de São Luis do Paraitinga – São Paulo, onde a VCP tem plantações de eucalipto. Nesse município há uma disputa judicial, através de uma ação civil pública, que barrou o plantio de eucaliptos na região, pois, de acordo com a mesma, 20% da área do município já estão ocupadas pelo plantio.

Da belíssima sede da cidade, onde se destaca o casario de arquitetura colonial, é possível mirar o motivo da discórdia. As plantações de eucalipto, que nas últimas duas décadas vêm se expandindo no meio rural a um ritmo bastante acelerado, já estão batendo à porta da zona urbana (ECODEBATE, 2009).

Nesse caso, os estudos de impacto ambiental também não eram recorrentes. A ação teve como base reclamações da população rural do município, que reclamavam da contaminação das fontes de água utilizadas para beber. A partir da ação civil pública (ACP), o Tribunal de Justiça de São Paulo concedeu liminar barrando o plantio indiscriminado e exigindo os EIA's para novos plantios.

Além dos problemas ambientais a ACP destaca os problemas sócio-ambientais que podem ser causados pela monocultura. De acordo com André Luis da Silva, antropólogo da Universidade de Taubaté (UNITAU), a expansão da monocultura sobre áreas que antes eram ocupadas pela atividade da pecuária leiteira, além de expulsar os trabalhadores do campo, inibe a manutenção dos costumes típicos do Vale do Paraíba. “A pecuária é associada a formas tradicionais de relação com a terra, que a escala dessas plantações, destinadas à indústria de celulose, aniquila” (ECODEBATE, 2009).

Ainda sobre esse assunto, a Argentina e o Uruguai travam uma disputa desde o ano de 2006, que chegou ao tribunal de Haia. O Uruguai autorizou a construção de duas usinas de

celulose às margens do Rio de la Plata, celulose destinada ao mercado europeu. A população argentina das margens do Rio protestou e, segundo a embaixadora da Argentina, Susana Ruiz Cerutti, notou-se o crescimento de algas tóxicas, pois essa usina “descarrega todos os dias, enormes quantidades de poluentes na água e no ar” e “provoca danos irreversíveis ao ecossistema do rio” (ECODEBATE, 2009).

No Uruguai já foram plantados mais de 670.000 hectares de eucaliptos para extração de celulose. Considerando que o Uruguai possui uma área total de 176.000 km² e que possui características semelhantes à fisionomia do Pampa rio-grandense, devem ser considerados os estudos de impacto das plantações de eucalipto realizados neste país⁵⁶.

No sul da Bahia há cerca de 400 mil hectares de área plantada, com potencial para quatro milhões de hectares. Vários estudos foram realizados para avaliar o impacto dessas plantações, já que os impactos são mais perceptíveis devido ao maior tempo de plantio (OLIVEIRA, 2007; SANTOS & SILVA, s/d), entre eles:

A redução da pecuária bovina em relação às atividades florestais também tem impactado sobre a base agrícola familiar, uma vez que, a forma tradicional de administração das propriedades pecuaristas, contrariamente a atividade florestal, ao abrigar ou mesmo conviver com relações de meação/parceria, mesmo de forma precária, ainda mantém a sobrevivência de grande parte dos trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 2007, p. 14).

Esses trabalhos ainda concluíram que a silvicultura de eucaliptos causa êxodo rural, com consequente aumento da população urbana e grande concentração fundiária e de capital com redução da oferta de empregos, pois esse tipo de cultura exige mão de obra qualificada, diversa da local (OLIVEIRA, 2007, p. 14).

Como se vê, em regiões onde o plantio de eucaliptos para extração de celulose é mais antigo, são inúmeros os casos que atestam os impactos ambientais e culturais.

⁵⁶ Há outras pesquisas sobre os impactos das plantações de exóticas nos campos Uruguaios no site do Grupo Guayubira. Consultar dentre outros artigos:

ARRARTE, Carlos Pérez. Plantaciones forestales en la pradera uruguaya. Disponível em: <http://www.guayubira.org.uy/plantaciones/CP/pradera4.html>. Acesso em 2/06/2009.

Aqui foram descritas experiências mais próximas, mas há cerca de 19,60 milhões de hectares de eucaliptos plantados em todo o mundo, na Austrália, onde é nativo são 0,9 milhões de hectares (IGLESIAS & WILSTERMANN, 2008), sendo que o Brasil possui cerca de 4,26 milhões de hectares plantados, cerca de 70% para a produção de celulose e papel (ABRAF, 2009).

Em um dos relatos por mim analisados, o entrevistado falou da sua compreensão sobre o respeito às especificidades locais: “na Amazônia, que é o lugar da árvore, [...] estão tirando a árvore *prá* colocar o boi e, no lugar do boi, *tão* tirando o boi *pra* colocar a árvore” (MATTOS, 2010).

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto Ambiental EIA-RIMA apresentado pela empresa VCP para o empreendimento no Rio Grande do Sul:

Com base no estudo apresentado, não foi identificado nenhum impacto que, na opinião da equipe que elaborou este EIA, questione a viabilidade ambiental do empreendimento, em condições normais de operação pela VCP, nos moldes atuais praticados, considerando a implantação das medidas mitigadoras propostas com rigor. Os impactos positivos permanecerão durante todo o período de operação do empreendimento (EIA-RIMA, 2008, p. 120).

É claro que dificilmente o relatório de impacto ambiental do empreendimento teria uma conclusão diferente dessa, pois uma posição contrária o inviabilizaria.

Outro impacto que deve ser considerado diz respeito ao Patrimônio Cultural da região. De acordo com o art. 7º da Res. CONAMA 01/86 e art. 11 da Res. 237/97, que discorre sobre os estudos de impacto ambiental, faz-se necessário a inclusão dos impactos causados aos bens culturais da região atingida. De acordo com o promotor público Marcos Paulo de Souza Miranda,

Apesar da expressa previsão legal, percebe-se que na maioria das vezes os estudos de impacto ambiental negligenciam a análise dos impactos negativos causados aos bens culturais, relegando-os a uma condição de segunda importância [...] Esse tipo de conduta é extremamente grave na medida em que expõe a risco o direito da coletividade conhecer e fruir integralmente, de

forma hígida, o seu patrimônio cultural, bem expressamente protegido pela Constituição Federal vigente (MIRANDA, 2009, s/p).

Ao analisar o EIA-RIMA apresentado pela VCP à FEPAM, pude notar que isso realmente acontece. Há uma referência ao patrimônio arqueológico existente nas fazendas, porém o trabalho se resume ao impacto direto sobre possíveis sítios arqueológicos.

De acordo com o documento a fazenda fez o mapeamento dos possíveis sítios arqueológicos em uma área de cerca de 14 mil hectares, onde se concluiu que “os levantamentos realizados até o momento demonstram a existência de material de interesse arqueológico em algumas fazendas, sendo que os resultados estão sendo submetidos ao IPHAN” e que “a abertura de estradas, preparo do solo para plantio, demarcação de APP’s e áreas de conservação aliada à infra-estrutura de construções podem alterar e/ou destruir sítios arqueológicos eventualmente existentes na região” (EIA-RIMA, 2007, p. 94).

No que diz respeito às edificações, não há nenhuma menção sobre o que será feito com as sedes das fazendas (identificadas como sítios históricos). No que se refere aos impactos referentes à cultura do gaúcho, já que seu habitat está sendo modificado, há uma referência ao meio Sócio-Econômico que diz que a “alteração de áreas de cultivo no Estado do Rio Grande do Sul” causaria a “perda de culturas na região sul do Estado do Rio Grande do Sul e êxodo rural”, porém esse impacto é estranhamente considerado como positivo (EIA-RIMA, 2007, p. 95).

Em visitas feitas a algumas das fazendas, pude notar o abandono das sedes, como na Fazenda Liscano II (VCP), localizada no município de Arroio Grande, às margens do Rio Piratini. A Fazenda possui um monumento que referencia o local como Forte São Gonçalo, porém há poucas informações sobre este forte e, de acordo com conversa que tive em julho de 2008 com Lizandro Araújo, professor de história e coordenador de tradição e folclore do município de Arroio Grande, a fazenda pertencia à família Osório e servia como sua residência de verão. Informação que confirmei com o historiador Mario Osório Magalhães,

segundo ele o proprietário era Manoel Luís Osório, filho de Fernando Luiz Osório e neto do General Manuel Luis Osório (Patrono da Arma de Cavalaria). No monumento há uma inscrição que diz “Forte São Gonçalo 1753-1764”⁵⁷.

Esses dados dão indícios da importância da manutenção desta sede para a memória da região.

Na figura 16, imagem aérea da localização da Fazenda. De acordo com Souza o plantio de eucaliptos já foi feito na área, noto isso pela diferença de coloração em relação ao entorno. A marca amarela e o contorno em azul foram feitos por mim para identificar o local da fazenda. A linha azul representa a área plantada, que parece deixar as construções da sede como que isoladas do restante. Nota-se também a falta de vegetação às margens do rio, ao que tudo indica não houve preocupação com a recomposição da mata ciliar.



**Figura 16. Fazenda Liscano II (VCP)- margem do Rio Piratini
Em 31/08/2009
Fonte: Imagem aérea - Google Hearth**

⁵⁷ De acordo com descrição encontrada no site da Academia História Militar Terrestre do Brasil “A redescoberta do esquecido Forte São Gonçalo foi assinalada por um monumento construído na Estância do Liscano de propriedade de Fernando Luiz Osório, inaugurado pelo General Edmundo Adolpho Murgel, comandante da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, com apoio em pesquisas por nós realizadas sobre o Forte São Gonçalo e que foram colocadas em urna no interior do monumento (BENTO, s/data).

As construções estão sendo vigiadas pela empresa para que não haja saques, porém como se pode observar na figura 17 se encontram em adiantado estado de deterioração.

As imagens representadas nas figuras 17, 18 e 19 foram feitas em julho de 2008, em companhia de um funcionário da empresa. As três foram feitas por mim com o objetivo de fazer a documentação do local, pois na época estava se discutindo com a prefeitura a remoção do monumento para uma praça central no município de Arroio Grande.

Na figura 17 em primeiro plano o pórtico de entrada da fazenda, já bastante deteriorado, com elementos do gradil faltando. À direita pilar com elemento decorativo “compoteira”⁵⁸, já à esquerda noto a falta do elemento que encimava o pilar, que pelo que pude observar se encontrava jogado no pátio interno, junto a outros ornamentos que foram retirados das construções.

De acordo com Carlos Alberto Ávila Santos esse tipo de ornamentação era mais comum nas áreas urbanas, durante o século XIX, no auge das charqueadas e “refletiram o interesse das administrações e das elites em se vincular ao desenvolvimento e progresso dos grandes centros (SANTOS, 2009, p. 2896). Porém é comum encontrar muitos desses elementos nas sedes das charqueadas e estâncias de criação de gado, que, com o tempo incorporavam técnicas e elementos que vinculassem essas estâncias ao progresso das cidades.

Os sinais de abandono são evidenciados através do parcial desaparecimento da pintura dos muros e pelas manchas de mofo que o cobrem. Percebo também musgo crescendo junto aos gradis. As duas árvores ao fundo parecem compor o quadro do abandono.

⁵⁸ Compoteira – elemento característico do ecletismo, que ornamenta normalmente as platibandas dos edifícios.



Figura 17. Pórtico Fazenda Liscano II (VCP) - Arroio Grande
2592x1944 pixels - Em 09/07/2008
Arquivo: da autora

Na figura 18, imagem de uma parte do telhado. Durante a visita pude perceber que, apesar da ornamentação do portão e muros de entrada, a residência apresenta muitos elementos do chamado “estilo colonial” na área rural do RS, como a construção em um único pavimento, o formato do telhado em quatro águas (figura 18) e pátio central. Essa conformação em um só pavimento era característica até metade do século XIX, nas estâncias sulinas, sendo que algumas dessas construções possuíam o mirante, que era o “ponto elevado da construção de onde se descortinava vasta paisagem, que servia tanto para defesa, como para controle do gado” (MARTINS, 2001, p. 196), segundo relatos da população local, havia um mirante na propriedade, atualmente somente as ruínas do que restou dele.

Posso supor que o pórtico foi construído depois da residência o que poderia explicar a diferença de estilos entre a residência e o mesmo.

A proliferação de fungos no telhado (figura 18) também evidencia seu estado de abandono, assim como o galho da árvore que se debruça sobre o mesmo, o que pode vir agravar a deterioração já adiantada.



**Figura 18. Detalhe do telhado em “quatro águas”
Fazenda Liscano II (VCP) - Arroio Grande
2592x1944 pixels - Em 09/07/2008
Arquivo: da autora**

Na figura 19 imagem do monumento do “Forte São Gonçalo” e ao fundo o Rio Piratini, que deságua no Canal São Gonçalo que faz a ligação com a Lagoa Mirim.

No Tratado de Santo Ildefonso artigo IV, aparece um trecho que faz referência ao Forte São Gonçalo:

Para evitar outro motivo de discórdia entre as duas Monarquias [...] convieram agora que a dita navegação e entrada (da Lagoa dos Patos) fiquem privativamente para a de Portugal [...] desde as margens da dita Lagoa de Merim (Mirim), tomando a direção pelo primeiro arroio meridional que entre no sangradouro ou desaguadouro dela, e que corre pelo mais imediato ao Forte Português de São Gonçalo. (TRATADO DE SANTO ILDEFONSO, 1777).

Pela descrição o arroio meridional poderia ser o Canal São Gonçalo e o mais imediato o Rio Piratini.

À esquerda sobre elemento de alvenaria (ou concreto) uma parte de um canhão, reforça a idéia de que ali havia um forte, ao seu lado o monumento que também se encontra aparentemente deteriorado. Destaco a corrente partida, mas houve o cuidado de colocar o pedaço que se soltou em cima da base do monumento. O dia nublado contribui para o quadro de desolação da área.



**Figura 19. Monumento ao Forte São Gonçalo - Fazenda Liscano II (VCP) - Arroio Grande
2592x1944 pixels – Em julho de 2007
Arquivo: da autora**

Todos esses elementos que fazem referência à história oficial do Estado, assim como são testemunhos de uma época correm o risco de desaparecimento, caso não haja movimento de salvamento dessas construções remanescentes do período do auge das estâncias no RS (século XIX).

Segundo o técnico da empresa, as sedes que possuem valor histórico foram mapeadas, incluindo a Fazenda Liscano II, porém não há orientação no sentido do que será feito com as

mesmas. Sobre a possível restauração das sedes ele diz: “isso não é uma atividade fim da empresa” (SOUZA, 2010). Até porque essas sedes não possuem nenhum tipo de proteção legal que exija essa iniciativa da empresa.

Para ele, uma das alternativas seria que as sedes fossem cedidas em comodato, como aconteceu com a sede da fazenda Santa Heloísa no município de Pedras Altas, que foi cedida por um período de 20 anos para a Prefeitura Municipal e a Associação Rural e que atualmente funciona como parque de exposições. Segundo Souza, o levantamento das sedes mapeadas foi encaminhado ao IPHAN, na expectativa de que esse órgão se pronuncie a respeito de medidas legais de conservação.

Além da Fazenda Liscano, as demais sedes seriam a da Fazenda Santa Heloísa, citada no parágrafo anterior, pelo seu valor arquitetônico, da Fazenda Progresso, também em Arroio Grande e da antiga Fazenda Ana Paula, em Bagé (pelo seu valor arquitetônico). O técnico destaca que muitas das construções existentes nas fazendas foram destruídas pelos próprios proprietários antes de entregá-las, e outras foram saqueadas após a compra (existem os boletins de ocorrência desses fatos) (SOUZA, 2010).

Importante destacar que tanto a FEPAM como o IPHAN foram consultados para que pudessem se posicionar a respeito desses possíveis impactos, porém até a conclusão deste trabalho não obtive resposta de nenhum dos órgãos.

Todos esses elementos acima analisados fazem parte da paisagem do Pampa e podem ser impactados pela expansão das florestas de eucalipto para a produção de celulose.

Os significados desses impactos para a memória dos gaúchos é objeto de análise do próximo capítulo.

CAPÍTULO 5. O ESPAÇO TRANSFIGURADO: MEMÓRIA E IMAGEM

Por vezes, somos gaúchos. Súbito, o vento sopra do fundo dos campos, fere-nos o rosto, enche-nos de imagens, fantasias, lendas e laços com o Rio Grande gaúcho (MACHADO, 1994, p. 116).

Neste capítulo discuto através do uso de fotografias e dos relatos orais da população local, as transformações da paisagem e seus possíveis efeitos sobre a constituição das memórias e identidades do gaúcho.

Para Leonardo Ciannella “toda a imagem fotográfica obtida desde a sua invenção tem auxiliado no papel da preservação da memória, atuando no campo das percepções visuais e das representações mentais”. Além disso, o registro fotográfico é “[...] um meio de apreensão da cena passada ou do que corre risco de desaparecer” (CIANNELLA, 2006, s/p). É nesse sentido que utilizo de imagens fotográficas junto aos relatos da população local, para dar a conhecer uma realidade que corre o risco de desaparecer, pois:

Os signos de que as paisagens são portadoras transmitem mensagens intencionais, geralmente muito fáceis de serem decifradas pelas pessoas familiarizadas com a cultura local. Mas não para os outros. A mensagem não se torna clara a não ser que se conheçam os textos que ela procura transcrever (CLAVAL, 2004, p. 67).

Para isso foi necessário minha inserção nesse espaço e um aprofundamento na definição de meu objeto de estudo, a paisagem e o gaúcho. Foi necessário encontrar o gaúcho no seu ambiente.

A região se caracteriza por possuir grandes propriedades, até porque a criação de gado é feita, em sua maioria, de forma extensiva. Uma das dificuldades que enfrentei durante o trabalho de campo está ligada ao tamanho das propriedades. Procurei identificar os vizinhos às plantações de eucalipto, que são os que vivenciaram a modificação na paisagem desde a

implantação do projeto da empresa. A primeira dificuldade foi encontrá-los para conseguir os relatos.

Minha preocupação como pesquisadora foi estabelecer as recorrências nas falas dos entrevistados, para que pudesse identificar os elementos que de uma forma ou de outra fossem imbuídos de sentidos e dissessem respeito à forma como que aquelas pessoas se situavam no mundo. A partir desse pressuposto fui à busca desses elementos e sua permanência na paisagem da região.

O primeiro que busquei identificar foi o gaúcho, o homem ou a mulher que vive no campo e possui algum vínculo com a lida campeira. Primeiramente fui buscá-lo nos Centros de Tradições Gaúchas - CTG's, na figura dos patrões. Porém constatei que na maioria dos casos, quem frequenta os CTG's é a população urbana, que não possui vínculo com o campo, fato que foi analisado no segundo capítulo. Nos relatos dos patrões de CTG's há pouca ou nenhuma referência à mudança na paisagem, excetuando-se o caso de Herval, onde o patrão possuía ligação com o campo.

A partir desta primeira experiência fui à busca do peão, o homem que trabalha no campo. Penso ter encontrado o gaúcho e, a partir dos relatos orais, pude perceber elementos construtivos da sua identidade e sua relação com a paisagem do Pampa.

A seguir apresento a caracterização dos entrevistados.

José Antônio Silveira Goulart, 46 anos, natural de Piratini, filho de pequenos criadores de gado. Reside na área urbana de Pelotas para onde foi por falta de condições de trabalho no campo. Trabalha na Associação Rural de Pelotas, na lida como o gado das exposições. Mora em uma casa dentro do terreno da associação, onde mantém dois cavalos que utiliza na lida campeira.

José Manoel Aguilar, 35 anos, natural de Herval, patrão do CTG Minuano. Possui uma propriedade rural no interior do município; cuida também dos campos de sua avó, onde cria gado ovino e bovino. Seus campos ficam próximos às plantações de eucalipto.

Marlon Alves Greco, 31 anos, nascido em Pelotas, patrão do CTG Tomaz Luis Osório. O pai possuía propriedade rural. Mas ele não possui mais ligação com o campo, somente vinculado ao CTG.

Pedro Peres Mendes, 59 anos, nascido em Arroio Grande, onde reside. É veterinário aposentado e vice-coordenador da Segunda Região Tradicionalista do Movimento de Tradições Gaúchas. Possui uma propriedade rural no interior do município onde cria gado bovino e equino.

Milton Moraes Almeida, 44 anos, natural de Porto Alegre, onde reside. Coordenador da “Cavalgada Limites e Fronteiras Gaúchas”, evento organizado pelo piquete “Aporreados do 38”, do qual também faz parte.

Cleber dos Santos Vianna, 57 anos, natural de Dom Pedrito (região da Campanha), reside em Pelotas. Filho de pecuarista se manteve no campo até a década de 1990. Atualmente é comerciante, mas mantém seu vínculo com o campo, através do culto às tradições gaúchas.

Vitor Ramil, 47 anos, natural de Pelotas, onde reside. Não possui ligação com o campo. É cantor, escritor e compositor e utiliza em suas obras referências à paisagem dos campos, seja na literatura ou na música.

Maria Luisa da Rosa Farias e Heber da Rosa Farias, casados, naturais de Pinheiro Machado. Atualmente possuem uma propriedade no interior do Município onde criam gado bovino, ovino e equino. O pai de Maria Luisa era pecuarista. Sua propriedade (Fazenda Perau da Águia) faz limite com uma das fazendas da VCP (Fazenda Alegrias). O casal procura manter o vínculo com o campo através da criação e da participação em eventos tradicionalistas. Maria Luisa é quem cuida da propriedade. Têm duas filhas que os

acompanham na lida campeira, especialmente no que se refere aos cavalos crioulos criados na fazenda.

Vanderci dos Santos Vieira, 49 anos, natural de Pinheiro Machado. Reside em Pelotas, é trabalhador rural e domador, trabalha como peão em vários municípios da região. Sua família sempre trabalhou na lida do campo.

Eron Vaz Mattos, 52 anos, natural de Bagé (região da Campanha), onde ainda reside. Possuía uma propriedade rural no interior do Município (localidade de Olhos D'água)⁵⁹, a qual deixou para a família e atualmente reside no centro urbano. Diz-se campeiro de profissão, mas é também cantor, escritor e compositor que tem como inspiração o gaúcho da origem.

Lisandro Amaral, 32 anos, natural de Bagé, sua família não possui ligação com o campo. Conta que sua ligação começou a partir da paixão pelo cavalo crioulo. Atualmente possui, junto a sua esposa, um criatório de cavalos crioulos na localidade de Olhos D'água, em Bagé. Além disso, é músico, compositor e cantor, também com inspiração na gauchesca.

José Agapinto Silva Cardozo, 54 anos e **Maria V. Ribeiro Cardozo**, 52 anos, naturais de Pedras Altas. Caseiros do Parque de Exposições de Pedras Altas, sede de uma das fazendas adquiridas pela VCP e cedida em comodato por vinte anos para a Prefeitura e Associação Rural. O Sr. José é alambrador, profissão que não abandonou, mesmo com a tarefa de cuidar do Parque. Os dois têm uma pequena criação de gado ovino dentro do parque.

Também utilizei duas entrevistas que fazem parte do acervo do LEPAARQ. Uma com o Padre Vilmar Ceron Bertinete, natural de Canguçu e atualmente pároco no município de Herval, outra com o Sr. Édio Fernandes, 67 anos, proprietário de um restaurante também em Herval.

⁵⁹ Atualmente a localidade Olhos D'água é chamada oficialmente de "Joca Tavares".

5.1. Quem é o gaúcho do Pampa? Ele existe?

Para mim tão importante quanto investigar a transformação da paisagem foi a necessidade de encontrar esse gaúcho. A questão que me acompanhava era a de que se essa figura era mesmo um estereótipo, se havia “morrido” no fim do século XIX com a introdução das cercas ou alambrados, e se vivia somente nos festivais de música nativista ou nos eventos com atividades campeiras.

Durante meu trabalho no LEPAARQ participei de algumas feiras e exposições nos municípios envolvidos com o plantio de eucaliptos. A partir dessas experiências e do contato com as escolas rurais, percebi que o modo de ser gaúcho é algo que está presente em vários municípios da região sul e que alguns hábitos como o chimarrão, o churrasco e a vestimenta, foram incorporados por grande parte da população de todo o Estado sulino.

Percebi também, nas conversas que tive durante esses eventos, que o gaúcho que participa das feiras e exposições, em sua maioria, trabalha no campo, ou tem alguma ligação com o campo. Durante a Feovelha⁶⁰, no município de Pinheiro Machado, em janeiro de 2006, por exemplo, conversei com uma moradora desse município que usava bombachas e que tinha um linguajar típico dos habitantes da Campanha gaúcha⁶¹. Essa senhora possuía uma propriedade no interior do município, onde criava gado bovino, equino e ovino. Dois anos depois a entrevistei em sua residência, já para essa pesquisa conforme relatos analisados mais a frente.

Outro evento que chamou minha atenção ocorreu em fevereiro de 2006, a 29ª Expo Feira no município de Herval. Durante a feira de ovinos e bovinos ocorreram também as

⁶⁰ Evento realizado todos os anos na cidade de Pinheiro Machado, que tem por objetivo expor a produção regional de produtos, em sua maioria, ligados à criação de gado ovino.

⁶¹ Palavras como “bah” e “tchê”.

chamadas provas campeiras, onde os cavaleiros apresentam suas habilidades como ginetes e domadores⁶².

Esses eventos ligados à tradição gaúcha de lidas campeiras despertaram meu interesse para essa figura, que para mim, parecia extinta. Porém vários indícios me levaram a crer que estava enganada.

Na figura 20, a imagem de uma menina que aparenta ter dois anos que está parcialmente pilchada⁶³ durante o evento em Herval.



**Figura 20. Menininha pilchada – Expo Feira de Herval
768x1024 pixels – Em: fevereiro de 2006
Acervo: LEPPARQ**

Percebo que a imagem está desfocada. Em primeiro plano vê-se a menina que posa para ser fotografada. Ao fundo duas pessoas e o material de exposição. Noto a vestimenta da menina com bombachas e botas campeiras, na cintura o cinto de couro. Não é a vestimenta

⁶² São realizadas provas como o Laço Ligeirinho, Laço Duplo, as Gineteadas, Paleteadas, Pealo em Trio.
⁶³ A pilcha foi descrita na nota de rodapé número 23 do capítulo 2.

completa do gaúcho, mas dois elementos inseparáveis do homem do campo ao longo de sua história, a bombacha e a bota, elementos que permanecem nas gerações mais recentes.



**Figura 21. Paleteada – Expofeira de Herval
768x1024 pixels - Em: fevereiro de 2006
Acervo: LEPPARQ**

Na figura 21 uma prova campeira chamada “paleteada”. Em primeiro plano boi e cavaleiro definem o enquadramento da imagem. O fotógrafo parece ter tentado enquadrar o movimento da ação desenvolvida pelo cavaleiro. Ao fundo, a platéia formada em sua maioria por homens, com vestimentas características do gaúcho (boina ou chapéu). O cercado de madeira faz o envolvimento da atividade campeira. A cerca possui um almofadado em toda a sua extensão para que cavaleiro, cavalo e bezerro não se machuquem.



Figura 22. Mateada - FEOVELHA - Pinheiro Machado
1944x2592 pixels - Em: 17/01/2007
Acervo: LEPPARQ

Em outra imagem (figura 22), a intimidade de duas crianças com o mate. Nota-se que a imagem está desfocada. Em primeiro plano menino e menina atentos ao ato de servir o chimarrão. O fotógrafo parece ter tido a intenção de captar o momento em que os dois partilham esse hábito difundido e assimilado até mesmo pela geração mais jovem, que parece ter intimidade com a tarefa.

Na figura 23 o menino posa para foto, tomando seu mate. Em primeiro plano o menino tomando seu mate chimarrão, em segundo plano a menina que o servia na figura 22. Se prestarmos atenção aos detalhes da imagem, pode-se notar a bandeira do Rio Grande do Sul gravada na bomba⁶⁴.

⁶⁴ Bomba: elemento metálico de aço inoxidável, alpaca ou prata, que serve para sorver o mate.



**Figura 23. Mate Chimarrão - FEOVELHA - Pinheiro Machado
1944x2592 pixels - Em: 17/01/2007
Acervo: LEPPARQ**

Atento para o fato de ser uma festa voltada às tradições campeiras, onde seria natural a difusão desses hábitos. A partir da análise dessas fotos, encontro elementos que me levam a crer que traços da cultura gaúcha permanecem. Mas isso não é suficiente, era preciso vivenciar a relação homem e meio para apreender a paisagem a partir do olhar do gaúcho.

Eu não procurava o “centauro dos pampas” (expressão alencariana para descrever o gaúcho) ou o “monarca das coxilhas” (expressão usada por Apolinário Porto Alegre), em releituras do gaúcho da origem pela literatura, aquele que morreu no final do século XIX e início do século XX quando as cercas começaram a aparecer e o seu trabalho a ficar escasso. Tampouco buscava a figura ideológica da qual versou Ruben Oliven, figura esta que quando estava quase extinta “estava em condições de ressurgir como instrumento de sustentação e imposição ideológica dos que a tinham destruído” (OLIVEN, 2006, p. 99).

Não, eu procurava o homem (ou mulher) gaúcho que luta para sobreviver no que restou do Pampa, e que mantém viva essa cultura. Minha busca era norteadada pela fala de Antônio Augusto Fagundes:

os intelectuais de hoje vivem enterrando o gaúcho, com seu cavalo, sua carreta e suas tropas; se se derem ao luxo de viajar pelo interior do Estado, facilmente encontrarão o gaúcho a cavalo. E até tropeando, mil, dois mil bois estrada a fora, com pousos e rondas como sempre [...] Ginetes, domadores, laçadores, pialadores, guasqueiros, carreteiros, peões de estância, gaiteiros, trovadores, contadores de causos, Ternos de Reis, benzedeiros, parteiras, isso é para qualquer lado que se olhe, nas regiões de pecuária, claro. (FAGUNDES, 1992, p. 97).

A visão acadêmica do mito do gaúcho fez os pesquisadores se distanciarem dos que ainda vivem no interior do Rio Grande do Sul, assim como a difusão estereotipada dessa figura. E, se no final do século XIX essa figura estava quase extinta, o pressuposto é que hoje ela ainda sobrevive no interior do Estado, principalmente nas áreas de criação de gado.

Em 1969, Érico Veríssimo respondia a uma escritora nordestina que descrevia um gaúcho estereotipado, convidando-a a visitar o interior do Estado:

lá vem o gaúcho montado no seu cavalo. Prepare-se para uma decepção. A montaria é pequena, os arreios modestos e o cavaleiro um homem de aspecto prosaico. Sua indumentária lhe parecerá triste em seus tons de cinza e pardo. Nada de esporas de prata, botas luzidas, bombachas largas e flamantes. Mas eu lhe garanto que esse gaúcho é autêntico. Enxuto de carnes e de fala, reservado, avesso ao teatralismo, lá se vai ela ao trote do “ca’alo”, pitando seu grosso cigarro de palha. Não gosta de brigar, mas “peleia” bem quando provocado. Seu humor é escasso e seco. Bom sujeito, fique certa disso (VERÍSSIMO, 1994, p. 244).

Veríssimo também se refere ao gaúcho dono de estância:

um senhor alto e robusto, de largas bombachas de bom pano, de botas finas, esporas de prata, lenço vermelho ao pescoço[...] Se você observar que sua maneira de pronunciar as frases sugere um pontão de lança, seu anfitrião lhe contará proezas de antepassados seus em cargas de cavalarias de idas revoluções ou remotas guerras.[...] Com seu jeitão autoritário obrigará você a vestir bombachas, calçar botas, enfiar a cabeça um chapéu de abas largas, e sair com ele a trotar pelas invernadas. E você terá um dia inesquecível, observando de perto como se lançam e domam os potros, como se “pára” um

rodeio, como se marca um cavalo ou um boi... (VERÍSSIMO, 1994, p. 248-249).

Foi o gaúcho descrito por Veríssimo em 1969 que procurei durante o trabalho de campo no interior do Estado. Gaúchos como da figura 24. Essa imagem foi feita na cidade de Bagé, região da Campanha. Em primeiro plano cavaleiro e cavalo, figuras inseparáveis, como pude confirmar através do relato oral de uma das entrevistadas, Maria Luisa Dutra Farias “a maior identidade do gaúcho é o cavalo crioulo” (FARIAS, 2009), em seguida a vegetação rasteira que margeia a estrada e ao fundo as “coxilhas a perder de vista”. Noto a vestimenta do cavaleiro, botas, bombacha, guaiaca ou cinto, camisa, lenço e boina, que apesar de parecerem compor o estereótipo, noto a bota, provavelmente gasta pela lida no campo.



Figura 24. Gaúcho a cavalo - Bagé
640x480 pixels - Em: 09/11/2006
Acervo: LEPAARQ

É esse gaúcho que penso que corre o risco de desaparecer rapidamente devido a uma profunda alteração no seu habitat. A chegada dos eucaliptos está acelerando esse processo que, como foi visto anteriormente, vem desde o final do século XIX.

Com a venda das estâncias de gado para o plantio de eucaliptos para extração de celulose, o gaúcho se viu destituído de seu trabalho, e passou a buscar alternativas para a sua sobrevivência. No relato do Sr. Vanderci dos Santos Vieira, tem-se a constatação da diminuição do trabalho no campo após as papeleiras: “conheço muita gente, que *vieram pra* cidade e *tão* procurando do que *vivê*, outros foram *pro* assentamento, tem muita gente em assentamento” (VIEIRA, 2009).

Minha primeira entrevista foi com o Sr. José Antônio Silveira Goulart, que saiu do campo já na década de 1980, portanto anterior à intensificação do plantio de eucaliptos na região. Seu trabalho na Associação Rural de Pelotas fez com que mantivesse laços com o campo.



Figura 25. José Goulart
1536x2048 pixels - Em: 29/11/2008
Arquivo: da autora

Na figura 25 imagem do interior da residência do entrevistado no município de Pelotas. Sua residência fica dentro da sede da Associação Rural de Pelotas. Em primeiro

plano à esquerda o entrevistado, com a bombacha, que usa diariamente. A casa possui vários elementos que remetem à cultura do gaúcho, logo no segundo plano pode-se notar uma almofada com o cavalo, companheiro inseparável do gaúcho; ao lado em duas almofadas, a representação do gato na lateral esquerda e do cachorro na lateral direita (escondido pelo vaso de flor), o cachorro também sempre presente, como pude constatar na maioria das residências dos entrevistados que moram no campo (FARIAS, 2009; GOULART, 2008; MATTOS, 2010; AMARAL, 2010; MENDES, 2009; CARDOZO, 2010), o que se justifica pela sua função durante o pastoreio do gado.

Ao fundo, na parede, o chapéu, logo abaixo o rebenque e mais à esquerda a figura do boi onde se lê “Para ter gado forte, gordo e sadio, sal genuíno”. Ao centro uma gravura de caçada e presa a ela uma flâmula com as cores da bandeira rio-grandense. À direita uma fotografia com dois gaúchos montados em cavalos e uma pele de um animal que parece ser de um tamanduá.

Esses elementos estão e estiveram presentes na cultura do gaúcho (conforme VERISSIMO, 1966, 1974, 2004; MARTINS, 1977, 2008; PORTO ALEGRE, s/ data; LOPES NETO, 2004; RAMIL, 2004), são símbolos dessa cultura e estão presentes no dia a dia do entrevistado. A seguir, os elementos em detalhe.

Na figura 26, à esquerda detalhe de uma parte da imagem do boi, o chapéu e o rebenque ao centro e à direita o conjunto de estribos⁶⁵, elementos presentes na lida campeira. Minha interpretação é a de que esses elementos estão expostos na casa do entrevistado como que a reforçar e manter viva a sua ligação com o campo, são objetos que carregam em si toda uma simbologia e permanecem como ícones de sua cultura.

⁶⁵ Os estribos são a parte da sela que serve para o cavaleiro apoiar os pés.



Figura 26. Detalhe do chapéu, rebenque e estribo
 1536x2048 pixels - Em: 29/11/2008
 Arquivo: da autora

Halbwachs nos lembra que objetos como esses “nos oferecem uma imagem de permanência e estabilidade [...] cada objeto encontrado, e o lugar que ocupa no conjunto, lembram-nos uma maneira de ser comum a muitos homens” (HALBWACHS, p. 132).

Além dos objetos dispostos em sua sala, o informante também mantém junto à sua casa seus dois cavalos e, mesmo não estando no campo, ainda os utiliza para os rodeios. Penso que, ao se cercar desses objetos, ele busca uma maneira de se situar em um mundo já tão diferente do de sua infância. Os objetos o ligam às suas lembranças que são “[...] permeadas por certas sutilezas e emoções próprias do ato de lutar contra o esquecimento e a finitude do ser, bem como de seus vínculos com o seu lugar de pertença” (FILHO & SILVEIRA, 2005, p. 39).

Quando lhe pergunto se ainda vai a cavalo até a propriedade do seu pai no interior do município de Piratini ele responde “eu vou, de vez em quando vou, mas agora já tá ficando

mais difícil, assim... já tá dando assalto, arrombamento, coisa que isso aí não existia *né...*”. Sua fala deixa transparecer as dificuldades que enfrenta em face da violência e, ainda assim, sua insistência em não perder esse hábito que lhe é tão familiar.

Em uma música Vitor Ramil⁶⁶ usou a expressão “A alma nas coisas”, a tomo emprestada, pois talvez um pouco do gaúcho do campo esteja nesses objetos, que parecem formar um conjunto muito bem elaborado onde o entrevistado guarda sua alma de gaúcho.

Pude observar alguns desses objetos nas casas de outros entrevistados, como por exemplo, na casa de Farias, Amaral e Mendes. Pareceu-me haver um desejo enorme em guardar o máximo de elementos que simbolicamente remetam à cultura do gaúcho para que os mesmos não desapareçam e assim remetam aos vínculos com o gado, com o campo, ou seja, com suas raízes.

De acordo com Ecléa Bosi, a permanência da sucessão de imagens nos dá a sensação de estabilidade e equilíbrio (BOSI, 2003, p. 447). A desestabilização desse meio pode levar a incerteza e é por isso que nos agarramos aos objetos móveis, os quais podem ser carregados conosco.

Na sede da Fazenda Perau da Águia, que fica no município de Pinheiro Machado, de propriedade de uma das entrevistadas, senhora Maria Luisa Dutra Farias, percebo também vários objetos, cada um remetendo a uma história que a moradora faz questão de contar.

Na Figura 27, nota-se a profusão de objetos em um pequeno espaço. Em primeiro plano o banco coberto pela lã de ovelha, produzida na propriedade; à direita um aparador com objetos de porcelanas e facas que a entrevistada recolhe quando vão ser jogadas fora ou ganha dos moradores mais antigos da região (FARIAS, 2009). Ao centro o cabide com os buçais,

⁶⁶ Música “A Paixão de V Segundo Ele Próprio” de Vitor Ramil.

rédeas e rebenques (material feito de couro para a montaria)⁶⁷, muitos executados pela própria entrevistada.



**Figura 27. Sede da Fazenda Perau da Águia
1536x2048 pixels - Em: 19/12/2009
Arquivo: da autora**

Esses objetos “nos lembram também os costumes e distinções sociais antigas” [...] “se não falam, entretanto os compreendemos, já que têm um sentido que deciframos familiarmente” (HALBWACHS, 2004, p. 138). Há como que um código entre o objeto e o indivíduo, esse código traz a marca do grupo a que pertence e é resultado da cultura e da vivência em grupo. Essa relação se faz em nível individual, mas impregnada do coletivo.

E é nessa categoria que incluo a paisagem. A ligação do gaúcho com a paisagem de campos possui um sentido muito específico, que busquei apreender neste trabalho. É um sentimento coletivo, pois em relatos de pessoas de várias faixas etárias, de municípios

⁶⁷ O artesão que se dedica à arte de executar esses objetos chama-se, no Rio Grande do Sul, guasqueiro, e utiliza basicamente como matéria-prima o couro cru; na Argentina e no Uruguai é chamado "guasquero" ou "soguero".

diferentes, encontrei recorrências na referência à paisagem e de acordo com Meihy “a dimensão social é feita na medida em que são indicados os pontos de intersecção das diversas entrevistas” (MEIHY, 2007, p. 131).

Segundo Ecléa Bosi é “do vínculo com o passado que se extrai a força para a formação de identidades” e esse vínculo se dá através da memória que é ajudada pelo entorno material, pois “[...] a memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto” (BOSI, 2003, p.16).

Essa paisagem me diz dos vínculos com o passado, o que me leva a acreditar que ao perder esse vínculo, as conseqüências podem ser danosas para a constituição da identidade do gaúcho, pois o Pampa faz parte do imaginário como sendo o lugar do gaúcho.

O gaúcho faz parte da paisagem, ele está nesse meio. Percebi isso em alguns relatos, entre eles o do Sr. Cleber dos Santos Vianna. Quando perguntado sobre a paisagem do campo ele respondeu: “modificou completamente a paisagem, **tu não vê mais aquele peão de estância com 80 anos** como antigamente tu *via*, que morava, (era) criado na estância e que morria na estância. Hoje tu vê lá é meia dúzia quando muito e todo mundo *tá emigrando* pra cidade” (VIANNA, 2008).

Esses elementos me permitem pensar na efetiva existência do gaúcho.

5.2 A transformação da paisagem e o gaúcho

Considerando a permanência do gaúcho, parti para a identificação dos elementos recorrentes nos relatos a respeito de sua relação com a paisagem dos pampas.

Foi a partir de dois relatos orais que fazem parte do acervo do LEPAARQ que encontrei indícios do impacto que as plantações de eucalipto poderiam acarretar ao meio

sócio-ambiental desses municípios. De acordo com Meihy a memória deve ser vista como geradora de conhecimento e os relatos não devem servir somente para encantar ou anestésiar, mas, além disso, devem “conter registros de temas capazes de sugerir reflexões atentas ao interesse público amplo” (MEIHY, 2007, p. 74).

Segundo o Sr. Édio Fernandes, de 67 anos, que possui um restaurante em Herval “[...] aqui ainda tem zona rural, porque veio o assentamento. Empobreceu a zona rural... a situação da água, as fazendas grandes... acabou tudo... Tem fazenda inteira que os caras venderam e não tem mais nem a casa. Desmancham tudo e tudo vira plantação de árvore, de eucalipto e acácia. Estão fazendo isso aí [...]” (FERNANDES, 2007).

O Padre Vilmar Ceron Bertinete, pároco no município de Herval relata,

que a gente tem um lugar que agora no momento está sendo assediado violentamente pelas multinacionais, especialmente do eucalipto, que vem trazendo muito desemprego; muita gente sendo corrida do campo, embora a propaganda seja contrária, somente alguns jovens que conseguem emprego. Então estamos também nessa realidade do tempo presente, não envolvida pelos uruguaios que nunca chegaram aqui, mas por multinacionais com o dinheiro nosso, do BNDS. Então nós estamos aqui meio que sem forças, não adianta ter armas, mas tem uma arma que é a consciência, o pessoal também está lutando contra isso (BERTINETE, 2007).

Nesse primeiro contato com a fala da população, pude notar que, apesar da esperança apregoada a respeito da chegada do eucalipto e no conseqüente desenvolvimento para a região, havia como que um ressentimento naquele momento, não pelo empreendimento que mal havia começado a ser implantado, mas por não terem resistido à pressão econômica.

Halbwachs considera que “os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los, e essa resistência permite perceber melhor até que ponto, em tais grupos, a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens” (HALBWACHS, 2004, p. 142).

A imagem do gaúcho peleador, representado na literatura se fez presente no momento da ameaça que vinha além dele.

Farias proprietária da Fazenda Perau da Águia, me relata que “antes eu tinha medo da floresta. Que ela ia vir e nos arrasar. Agora não. Ela vai nos arrasar se a gente quiser *né?* Desde que eu consiga me manter na minha atividade eu não vou vender” (FARIAS, 2009).

Sua fala parece reforçar a sua resistência em se manter no campo. A mesma representação está presente nas duas fotografias (figuras 28 e 29) feitas na propriedade da entrevistada, em Pinheiro Machado.

Na figura 28, em primeiro plano, as pastagens florescendo; da lateral direita para o meio se estende a cerca que divide os campos para controle da criação, na lateral direita da cerca os cavalos pastando e, ao fundo, as ondulações do campo.



Figura 28. Fazenda Perau da Águia - Pinheiro Machado
1536x2048 pixels - Em: 19/12/2009
Arquivo: da autora

Na imagem da figura 29 em primeiro plano o campo nativo, à direita a cerca que divide a Fazenda Alegrias (VCP) da Fazenda Perau da Águia; ao fundo as ondulações características da região. O céu ao fundo dá a impressão da imensidão do lugar, que é barrada pela fileira de eucaliptos que seguem o alinhamento da cerca.



**Figura 29 - Fazenda Perau da Águia – divisa com fazenda Alegrias (VCP)
2048x1536 pixels - Em 19/12/2009
Arquivo: da autora**

São duas imagens que representam a transformação que ocorre no Pampa gaúcho, nota-se que alguns elementos se mantêm, como a cerca, porém a amplitude do horizonte está sendo fechada pelos eucaliptos que crescem rapidamente. De um lado a Fazenda Perau da Águia, de criação de gado, que ainda resiste à chegada do eucalipto, do outro, a Fazenda Alegrias que parece ameaçar essa resistência.

O apego a terra e à atividade campeira fez com que houvesse resistência como se vê no relato de Farias. Porém ela continua falando do que sente sobre a cultura do gaúcho:

Nós temos uma questão cultural que é essa região do pampa, que isso é inevitável [...] nós passamos anos e anos da nossa formação defendendo as fronteiras *né?* [...] faz muito tempo que nós fizemos isso aí. Então me assusta, não vou te dizer que não me assusta *né?* Modificar o pampa e botar árvore no pampa. **Aqui era o pampa** [...] Muda na questão de cultura de raiz com a terra [...] (FARIAS, 2009, grifo meu).

Apesar de sua fala em outro momento que permite entender certa resistência, noto a apreensão nesse segundo momento sobre o que pode acontecer com a introdução de árvores

no Pampa. Ao final a constatação “aqui era o Pampa”, mostrando como que uma conformação com a situação estabelecida, quase um caminho sem volta.

A conformação com essa situação é recorrente na maioria dos relatos, pois lutar contra governo e papeleiras não lhes parece possível. É o que se pode inferir do depoimento de Vianna ao relatar que,

modificou muita coisa, principalmente agora com esse plantio de eucalipto e acácia. Eles estão comprando campo e pagando um preço absurdo, isso aí um campo se vale “x” eles vão pagar muito mais, porque eles querem *plantá* entendeste? Tem muito produtor rural pequeno e médio que *tá* vendendo os campos porque tá recebendo uma oferta muito grande, além do preço de mercado, entendeste? Então o que *tá* acontecendo? *Tá* acontecendo que o pequeno e o médio produtor tão vindo embora *pra* cidade por essas ofertas exorbitantes, eles *tão* recebendo o que vale duas vezes. E outros que não vendem, tão fazendo essa parceria com as papeleiras (VIANNA, 2008).

A fala do entrevistado me faz perceber que muitos fazendeiros não resistiram à chegada das grandes empresas e a alta valorização da terra fez com que os mesmos deixassem o campo.

Tomando como referência esses relatos, para uma melhor compreensão das mudanças que estão ocorrendo nesse espaço parto para a análise de duas imagens seguintes (figuras 30 e 31).

A primeira imagem (figura 30) faz parte do acervo do LEPAARQ/UFPel, foi feita, de acordo com os pesquisadores do referido laboratório, com o objetivo de retratar uma paisagem típica da região da campanha do Rio Grande do Sul.

A segunda fotografia (figura 31) foi feita por mim, quando em visita a uma das fazendas da empresa Votorantin Celulose e Papel, situada no município de Capão do Leão/RS. Inicialmente minha intenção era retratar as fileiras de eucaliptos que se desenvolvem rapidamente, encobrindo ou fechando a visualização da sede da fazenda, vista ao fundo. Não havia a intenção de contrapô-las, uma vez que os motivos de retratação foram

diferentes, mas, ao arquivá-la, notei correspondências entre a que eu captei e a que fora feita um ano antes pelo grupo de pesquisa do LEPAARQ.

A fotografia além de ser um suporte da memória é também um “detonador” da memória, de sentimentos, de intenções; ela revela e esconde inúmeras intenções e representações. Desta forma, ao notar as possibilidades de interpretação que as mesmas poderiam proporcionar - duas imagens díspares, mas, ao mesmo tempo semelhantes - resolvi examiná-las conjuntamente.

Para Robert Darnton:

Quando não conseguimos entender um provérbio, uma piada, um ritual ou um poema, temos a certeza de que encontramos algo. Analisando o documento onde ele é mais opaco, talvez se consiga descobrir um sistema de significados estranho (DARNTON, 1988, p. 15).

Com base nas considerações desse autor, atento para a importância em buscar as significações na imagem, encontrar o que não está explícito, o que não está dito.



**Figura 30. Porteira da Fazenda Minuano
Município de Aceguá - Em 23 /03/2007
Arquivo: LEPAARQ - UFPel**

A figura 30 é composta pelo primeiro plano e o fundo, que dão sentido à imagem. Considero que o fotógrafo se abaixou para captar a imagem - ou aproximou utilizando uma objetiva – e assim conseguiu a amplidão da imagem pouco abaixo de sua linha de visão. O ângulo escolhido define uma profundidade para a fotografia. A nitidez parece prejudicada pela qualidade da imagem, o que pode se explicar pelo seu tamanho reduzido e pelo dia nublado.

No primeiro plano encontro uma porteira aberta, a madeira aparece sem pintura, em seguida se vêem gado pastando sobre a grama verde, ao fundo a vegetação arbustiva, e, por fim, o céu carregado de nuvens. A abertura da porteira parece destacar propositalmente a vastidão dos campos verdes e o gado pastando, enfatiza também a horizontalidade na presença da vegetação de pequeno porte e encerra com o céu cinza e branco que contrasta com o verde dos campos e deixa o horizonte bem visível. (É como um convite ao observador para ingressar na vastidão dos campos que se apresentam).

Ao que tudo indica essa porteira existia há certo tempo, pois a marca do tempo fez desaparecer a cor de uma pintura ou mesmo a cor original da madeira, deixando impregnado na coloração atual, o tempo transcorrido.

Na figura 31 a imagem parece mais nítida do que a da figura 30, talvez pelo seu tamanho e resolução. O dia estava nublado e com uma forte neblina.

Em primeiro plano se vê a porteira fechada, com pintura em amarelo e preto, aparentemente recente. Em segundo plano a estrada que conduz a uma casa, ladeada por uma cerca de madeira e arame, assim como as duas linhas de eucalipto que margeiam o caminho, ao fundo a casa que poder ser a sede da fazenda.



**Figura 31 - Porteira da Fazenda Nossa Senhora de Guadalupe (VCP)
Capão do Leão – Em: 10 /07/2008
Arquivo: da autora**

Nessa imagem também se tem a sensação de profundidade – não de imensidão – que é dada pelas fileiras de eucalipto em linhas paralelas. A porteira fechada, o alinhamento das árvores e a estrada que divide o espaço ao meio dão a sensação de unidirecionamento do olhar e fecham as perspectivas horizontais, assim como os caminhos. A pintura recente da porteira evidencia o novo, a transformação.

As duas imagens são portadoras de semelhanças e ao mesmo tempo se contrapõem. A análise mais atenta expressa uma complexidade de representações e ao trazê-la para o universo de minha pesquisa percebo o “não dito” nas imagens.

As imagens apresentam como destaque a porteira, elemento muito comum nas estâncias e fazendas do Rio grande do Sul; a primeira, mesmo aberta, representa o parcelamento do Pampa gaúcho, a colocação de cercas, como representado por Cyro Martins em obra analisada no capítulo três (p. 103-105). Porém, apesar do cercamento, é possível visualizar o horizonte aberto e a imensidão dos campos através da porteira.

Imensidão narrada em verso e prosa por muitos escritores gaúchos e pelos viajantes que por lá passaram, como na descrição do botânico Auguste de Saint Hilaire: “até agora tenho atravessado sempre planícies uniformes sem o mais leve acidente e unicamente animadas pela presença do gado aí apascentando. [...]” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 91).

Já a segunda imagem representa a transformação que o Pampa está passando, e que vai além do cercamento; as árvores enfileiradas estreitam a visualidade para além delas próprias e encobrem o horizonte. São imagens semelhantes a princípio, porém opõem-se, pelo que cada uma representa no contexto da pesquisa.

Na maioria dos relatos encontra-se referência à imensidão da paisagem e à sua transformação.

Mas que significado tem essa imensidão para o gaúcho?

A partir do final do século XIX e início do XX, o gaúcho perdeu a liberdade de camperear em campos sem cercas ou alambrados, mas ainda havia uma paisagem que remetia à sensação de liberdade, posto que o horizonte se perdesse em vista.

Sobre essa liberdade não mais encontrada, o relato de Lisandro Amaral é contundente: “então o gaúcho naquela época ele trabalhava, trabalhava, até o ponto que ele... fugia, montava no cavalo dele... Ele tinha a liberdade total *prá* viver fugitivo, [...] naquela época ele podia fugir. Nós hoje não temos como fugir não é?” (AMARAL, 2010).

No meu entendimento o que tinha restado dessa liberdade era a paisagem que agora é ameaçada e isso é recorrente nos relatos.

De acordo com o relato do Sr. Eron Vaz Mattos, natural de Bagé, 59 anos “essa paisagem que nós tínhamos e que hoje **está muito rara de se ver**, de estender a vista assim por mais de 100 km de distância, aquele tapete verde ondulado assim, onde existe isso? Não tem...” (MATTOS, 2010, grifo meu).

Os campos a perder de vista fazem parte do imaginário do gaúcho, são componentes da memória coletiva. Eles são o vínculo com o passado de liberdade que seus antepassados vivenciaram. Para Halbwachs nossa memória se liga à memória do grupo e “nosso entorno material leva ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros” (HALBWACHS, 2004, p.137)

Pelo que pude perceber a imensidão do horizonte, mesmo que as propriedades tivessem cercas, lhes dava a sensação de liberdade e remetia à liberdade de outrora. Mesmo que não tenham vivenciado a liberdade dos campos sem a presença da cerca ou da porteira, ainda restava a imensidão do horizonte que lhes dava essa impressão. Ao verem que os campos desaparecem se entristecem, pois perder o que lhes restava do lugar, segundo Halbwachs, “seria perder o apoio de uma tradição que os ampara, isto é, sua única razão de ser” (HALBWACHS, 2004, p. 145).

Não é certo então, que para lembrar-se seja necessário se transportar em pensamento para fora do espaço, pois pelo contrário é somente a imagem do espaço que, em razão de sua estabilidade, dá-nos a ilusão de não mudar através do tempo e de encontrar o passado no presente; mas é assim que podemos definir a memória; e o espaço só é suficientemente estável para poder durar sem envelhecer, nem perder nenhuma de suas partes (HALBWACHS, 2003, p. 167).

Na fala do Sr. Vieira, peão acostumado a andar pelo Pampa rio-grandense, posso perceber a tristeza causada pela modificação da paisagem “o que a gente vê é que dá tristeza... de vê uns *campo* lindo que eram, com criação de gado, de ovelha, de cavalo [...] e enxerga só árvore. Só mato. Isso aí que dá uma tristeza. Uns campos lindos, limpos ali. E aí a senhora vê aquilo ali tudo em plantação e as casas caindo. As *estância* linda. Isso aí é que dá tristeza” (VIEIRA, 2009).

O Sr. Goulart fala da sua percepção ao andar pelas estradas do interior de Estado:

[...] está mudando as *paisagem*, “tu” sais *pra* fora e só enxerga os matos de acácia e eucalipto, não se vê mais o pessoal trabalhando não é? Plantando uma lavourinha aqui e outra ali... A gente não enxerga mais. Gado no campo, já não se enxerga também... *Pro* lado de Piratini, *pro* lado de Herval, só se enxerga o eucalipto e a acácia (GOULART, 2008).

Perguntado sobre o que sente ao ver isso, responde: “Bah”, eu acho que um pouco disso é porque a gente não consegue enxergar longe, só enxerga o mato (GOULART, 2008). Percebo que o sentimento de perda da imensidão dos campos está presente nesses relatos.

As falas referidas têm sua ratificação na imagem abaixo, figura 32. Nela se vê ao centro a estrada de chão, comum no interior da região Sul do Estado, nas laterais a vegetação rasteira e, ao fundo, como que um maciço de árvores de eucalipto, que bloqueiam a visão e dão a sensação de fechamento, de finitude do horizonte.



Figura 32. Fazenda Álamos (VCP) - Pinheiro Machado
1536x2048 pixels - Em: 19/12/2009
Arquivo: da autora

Parece que fica sem espaço não é? Há poucos anos atrás eu ia lá fora, saía da faixa ali, chegava lá no pai e não tinha uma poeira dum carro na estrada “né”? E hoje tem que se cuidar nas curvas, porque de repente dá de cara com um... (GOULART, 2008).

No relato de outro entrevistado José Manoel Aguilar, do município de Herval:

Lá fora mesmo a gente tinha uma... Uma visão quando ia chegando na casa ali, aquilo ali agora *ta* tapado, tu não *enxerga* mais. O horizonte mesmo, tu sentas e olhas, mas tu *enxerga pra* um lado, *pro* outro lado não... Te *tapa* a visão... Tem um lado que tu *olha* assim e não *enxerga* mais, os cerros, essas paisagens (AGUILAR, 2009).

A sensação de liberdade é um dos componentes dessa ligação do homem com o meio, dele com a natureza. A lida campeira, que para muitos teria deixado esse homem embrutecido, parece exercer o efeito contrário. O contato com a natureza, o trabalho com os animais parece dar ao gaúcho o ritmo da natureza. A impressão que tive durante o trabalho de campo é que o tempo passa de maneira mais lenta para o gaúcho campeiro.

Os nove meses de gestação do gado bovino e os onze do gado equino dão a esse homem a sabedoria da espera. O convívio tão íntimo com a natureza faz com que ele a respeite e faça parte dela, siga o seu ritmo.

Essa harmonia é lembrada no relato do Sr. Mattos. “O homem gaúcho é aquele que monta a cavalo e sai pro campo e se emociona quando vê uma vaca recém parida ali, lambendo o filhote ali, o cara se arrepia, que coisa linda, que cena que me emocionou” [...].

E segue:

[...] O Homem gaúcho é mais um no meio, ele tem vínculo com aquilo ali... Os demais elementos: as árvores, os pastos, os animais, todos são iguais a ele, ele é mais um ali, inserido ali no meio. Tanto é que ele faz, como se diz popularmente, das tripas coração pra salvar um animal que adoeceu, que está com problema (MATTOS, 2010).

Essa relação entre o homem e o meio, tão valorizada pela literatura gauchesca se confirma através desses relatos.

Amaral fala:

Eu tenho um amigo aqui que vocês vão ver [...] Ele se recolheu na simplicidade, o jeito dele lidar com o cavalo é muito antigo. É calmo e a velocidade com que ele anda é... Às vezes falo pra ele andar um pouquinho mais ligeiro porque o mundo nos atropela não é? E é engraçado, eu vejo nele assim a [...] O tempo que tinha o homem do campo antigamente, as pessoas tinham (mais tempo) para fazer as coisas e por isso era tudo mais bem feito, se vivia melhor (AMARAL, 2010).

A identidade do gaúcho ganha força quando se trata do meio que habita e à sua lida campeira. A questão histórica das guerras, revoluções e lutas pela manutenção deste território deixaram marcas profundas em cada um desses habitantes do Pampa. No gaúcho das áreas urbanas essa construção ficou no imaginário como uma marca e mesmo longe dessa paisagem de campos, a sensação de imensidão aparece em seus relatos.

Porém o homem do campo vivencia essa imensidão e viver sem ela parece ser difícil. Isso aparece nos relatos de alguns entrevistados como o Sr. Mattos que, ao ser perguntado sobre o que sentia ao ver essa paisagem transformada responde: “Eu, de preferência, não olho...”. Há uma pausa na sua fala e posso perceber as lágrimas brotando dos seus olhos. Ele continua “ali na minha região tem estradas que eu não passo mais, não, não... Claro só pra ajudar alguém numa necessidade” (MATTOS, 2010).

Amaral complementa “A gente tenta não enxergar não é... [...] tem que fechar (os olhos), tem coisas que... se tu não fechares tu não agentas. Existem pessoas que são espelhos, que aquilo bate e vai embora, outros, esponja, não é? Quem é esponja tem que aprender a fechar os olhos porque senão tu *se machuca* muito...” (AMARAL, 2010).

Segundo relato de Maria Ribeiro Cardoso “Eu não gosto disso aqui, ficou um matagal, não se vê nada” Sua fala é contundente, ela não gosta do que está vendo e complementa “eu não aceito de jeito nenhum, a nossa cultura aqui, o nosso... Era criação era pecuária, agora tu só vê mato, os animais e os *javali*, as *caturrita* vem para cá e destrói tudo o que a gente planta” (MARIA CARDOZO, 2010). Além do eucalipto que cresce e a incomoda ela reconhece o desequilíbrio e a perda da cultura local.

Como elemento formador da paisagem, destaco ainda as sedes das fazendas, que aparecem em grande parte dos relatos. A seguir imagens de uma das sedes de propriedade da empresa.



**Figura 33. Vista da Fazenda Santa Heloísa (VCP) - Pedras Altas
1600x1200 pixels - Em 04/01/2010
Arquivo da autora**

Na figura 33, vista da sede da Fazenda Santa Heloísa, cedida à Prefeitura e à Associação Rural do município de Pedras Altas que atualmente é um parque de exposições.

Em primeiro plano se vê o muro de pedra na entrada da fazenda, à direita a árvore que emoldura a cena. Ao fundo podem-se notar ovelhas pastando e, logo atrás, o prédio que abriga duas torres e que, segundo Maria Cardoso, esposa do caseiro, foram construídas para servirem como mirantes que permitiam abranger toda a amplitude da propriedade⁶⁸. À esquerda o prédio construído no ano de 1862, que serviu de moradia dos proprietários até a construção da nova sede, já na segunda metade do século XX. As construções são todas em pedra.

Um primeiro olhar sobre essa imagem diria que representa uma paisagem típica dos pampas gaúchos. O que pode ser contestado após o olhar sobre a figura 34.

Na figura 34 vista de cima da Fazenda. Imagem feita a partir de uma das torres citadas anteriormente. Em primeiro plano a primeira sede da Fazenda, em segundo plano a segunda sede que foi construída por volta de 1954 (CARDOZO, 2010). Ao fundo a plantação de

⁶⁸ A função dos mirantes nas estâncias gaúchas foi discutida no capítulo 4, página 150.

eucaliptos que, como se pode perceber, fecha a visão que se tinha da propriedade e dos campos que se perdiam no horizonte. Atualmente as torres servem para controle de incêndio na plantação de eucaliptos, pelo menos sua função inicial se manteve.

Vieira fala dessa fazenda em seu relato “Eu olho pra aquilo ali... Dá tristeza na gente quando a gente vê. *Pra* quem já conheceu a estância né? O que *era*, o movimento do pessoal ali...” (VIEIRA, 2009). Em sua fala lamenta que hoje a fazenda tenha uma utilização diferente da original, sem os peões, sem a lida campeira.



**Figura 34. Vista de cima da sede Fazenda Santa Heloísa - Pedras Altas
1600x1200 pixels - Em 04/01/2010
Arquivo da autora**

De acordo com relatos dos caseiros a sede foi salva da destruição quando já havia sinais de vandalismo; algumas portas internas haviam sido saqueadas, assim como os portões de ferro originais desaparecidos (CARDOZO, 2010).

Maria Cardoso fala de outras sedes que foram destruídas “o que me entristece muito é vê essas *fazenda* no chão... As *casa*, isso aí fazia parte do município né?” (MARIA CARDOZO, 2010).

Como visto no capítulo anterior, páginas 152-153, a empresa só reconhece o valor histórico nas construções de quatro de suas fazendas⁶⁹. O que me leva a crer que muitas outras poderão ser ainda destruídas.

Como componentes da paisagem, a perda dessas sedes não deixa de ser algo significativo, uma vez que remete às histórias e memórias do lugar.

O cavalo é outro elemento recorrente dos relatos. Para Farias, que possui criação de cavalos crioulos em sua propriedade houve um dia em que um dos potros se enredou na cerca e ficou tão machucado que tiveram que sacrificá-lo: “nós saímos [...] liquidados, pois o cavalo é sagrado *pro* gaúcho” (FARIAS, 2009). Segundo ela, os cavalos que apresentam sinais de velhice e perto da morte, são deixados em uma parte do campo para que possam morrer sem a interferência do homem, em sinal de respeito ao ciclo de vida do animal.



**Figura 35. Fazenda Perau da Águia – Pinheiro Machado
2048x1536 pixels - Em 19/12/2009
Arquivo da autora**

⁶⁹ No total são 185 propriedades compradas pela VCP, muitas contíguas, formando em torno de 100 propriedades separadas.

A imagem acima (figura 35) foi feita quando de minha entrevista à Maria Luisa Farias. Em primeiro plano a representação da égua e seu potro recém-nascido. Ao fundo, mais uma égua e seu potrinho; este é o local da fazenda onde ficam as éguas paridas (que acabaram de dar cria). No canto superior direito da imagem um bezerro, também nascido há poucos dias. Pode-se notar que os campos estão florescendo e os animais pastam tranquilamente.



**Figura 36. A continuação da tradição
Fazenda Perau da Águia – Pinheiro Machado
2048X1536 pixels – Em 19/12/2009
Arquivo da autora**

Na figura 36, imagem feita também na fazenda Perau da Águia, se vê ao centro cavalo e amazona, ao fundo o alambrado da mangueira já desgastado pelo tempo. À esquerda, algumas árvores e, por fim, o céu a emoldurar a paisagem campeira. A menina que monta o cavalo é sobrinha de Farias, de 12 anos, que vive na Zona Urbana de Pinheiro Machado, mas, de acordo com o relato da entrevistada, sempre que pode os acompanha nas lidas campeiras.

Tanto essas duas imagens como os relatos remetem à relação existente entre o gaúcho e o cavalo, mostram a continuação dessa convivência que vem desde o século XVII e é narrada pela literatura, representada na pintura e cantada pela música tradicionalista.

O cavalo está ligado à sensação de liberdade, porque em seu dorso, o gaúcho se deslocava para muitos lugares. Ele também expressa a imensidão dos campos. Esteve junto com o gaúcho desde o século XVII, quando era necessário vencer longas distâncias guiando o gado. Atualmente além da sua utilidade na lida do campo, desempenha o papel de parceria nas provas campeiras nos eventos tradicionais no Rio Grande do Sul e em outros países.

Todos esses elementos ajudam a compor a paisagem do Pampa rio-grandense e em certa medida estão ameaçados de serem extintos ou transformados com a expansão dos eucaliptos.

São também elementos que expressam a relação homem e meio, que ajudam a compor o quadro de estabilidade do qual a memória coletiva se nutre, pois “não é o indivíduo isolado, é o indivíduo como membro do grupo, é o próprio grupo que [...] permanece submetido à influência da natureza material e participa do seu equilíbrio” (HALBWACHS, 2004, p.139)

Ao concluir que a paisagem existe a partir do olhar do observador, na interação do homem com o meio e que carrega em si toda uma carga simbólica atribuída pelo homem e permeada pela cultura, considero que a sua rápida transformação, em princípio causa nos habitantes do Pampa certa desestabilização, uma perplexidade, detectada nos relatos. Há uma perda do equilíbrio aparente.

Alguns preferem não olhar (MATTOS; AMARAL), já que olhando vivenciam essa situação. Outros olham, mas se revoltam, mesmo que intimamente (VIANNA; MARIA CARDOSO). Outros olham e se entristecem (AGUILAR; CARDOSO; VIEIRA; GOULART). Essas reações a princípio díspares representam a complexidade dessa relação

homem e meio e atestam que a paisagem existe a partir do olhar e da vivência de cada um. Portanto, como diz Haesbaert, o estudo da paisagem tem muito de subjetivo.

A desestabilização do grupo e a preocupação com a expulsão do campo implicam em discutir, no próximo subitem, a possibilidade do desenraizamento.

5.3 Florestamento – desenraizamento

Como afirma Simone Weil “o enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir”. Ele acontece através da participação do ser humano na “coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro”. O enraizamento é proporcionado “pelo lugar, nascimento, profissão, meio”, a cada novo meio há uma troca de influências, o que forma o ser humano, múltiplo em suas raízes (WEIL, 2001, p. 43).

Porém, de acordo com Bosi:

Quando duas culturas se defrontam, não como predador e presa, mas como diferentes formas de existir, uma é para a outra como uma revelação. Mas essa experiência raramente acontece fora dos pólos submissão-domínio. A cultura dominada perde os meios materiais de expressar sua originalidade. (BOSI, 2003, P. 175).

O descrito acima caracteriza o desenraizamento e pode ser interpretado como uma espécie de colonização, uma vez que “a conquista colonial causa desenraizamento e morte com a supressão brutal das tradições. A conquista militar, também. Mas a dominação econômica de uma região sobre outra no interior de um país causa a mesma doença” (BOSI, 2003, p. 176).

No caso desta pesquisa a conquista acontece sob a égide da economia, que leva à formação das monoculturas, na qual o meio material é transformado bruscamente e os traços culturais sofrem também transformações, sendo, em parte, apagados ou substituídos.

De acordo com Simone Weil “É preciso também ter em vista, antes de tudo, em toda inovação política, jurídica ou técnica suscetível de repercussões sociais, um arranjo que permita aos seres humanos retomar suas raízes” (WEIL, 2001, p. 51).

Dáí o meu entendimento de que esses grandes empreendimentos deveriam prever em seus projetos uma forma de fazer com que as pessoas afetadas pudessem manter o vínculo com seu lugar de origem. Mas o que se denota é a não existência dessa preocupação.

O desenraizamento pode ser identificado, na medida em que a população não vê alternativa de sobrevivência de seus valores e de possibilidades de permanência em seu lugar de origem.

Até o momento da conclusão desta pesquisa não foram gerados dados oficiais que forneçam um quadro da situação econômica dos municípios na fase atual do projeto, que está congelado pela crise econômica, mas é perceptível a decadência dos mesmos. Após a fase inicial de perspectiva de geração de empregos e de impostos, a população enfrenta um período de incerteza sobre o que vai acontecer.

Esse é mais um dos problemas gerados pelo incentivo às monoculturas que são destinadas a um único fim.

De acordo com os relatos, inclusive por parte da empresa, o êxodo rural se agravou neste período e mesmo que o projeto seja retomado, posso constatar que hoje a monocultura está implantada, os benefícios parecem ser menores do que o apregoado, haja vista que a contratação de mão de obra é sazonal, sobretudo durante o plantio e o corte (ainda que o corte seja feito por máquinas).

O desaparecimento dos elementos descritos nesse capítulo e a consequente desestabilização podem levar ao desenraizamento do gaúcho que habita a região sul do Estado. A falta de empregos no campo tem levado muitas pessoas a procurarem alternativas nas cidades vizinhas, principalmente Pelotas, a maior cidade da região. Essa situação faz com que pessoas como o Sr. Goulart se rodeie de objetos que remetam à sua condição de quando trabalhava no campo, ou o Sr. Vieira, que procura manter a lida campeira, mesmo morando na cidade.

Mas, e quando isso não é possível?

O Sr. Vieira fala dessa situação “o pessoal *tá* saindo de lá, *tá* vindo embora, porque não tem onde *trabalhá*. [...] Conheço muita gente que *vieram pra* cidade e tão procurando do que *vivê*, outros foram *pro* assentamento, tem muita gente em assentamento” (VIEIRA, 2009).

Junte-se a isso a falta de incentivo por parte do governo ou até mesmo, como foi dito acima, da empresa que ali se instalou, em relação à permanência do homem no campo. Pelo contrário, a propaganda sobre a oferta de empregos fez com que muitas pessoas saíssem de outros lugares na crença de que a implantação das papeleiras e as atividades afins representassem oportunidades.

Assim, além de tirar o homem do campo, a atividade citada trouxe pessoas de outros locais que não possuem o mesmo apego às tradições e costumes locais. Essa constatação aparece na maioria dos relatos. Para Weil “essas relações sociais podem ser fatores muito perigosos de desenraizamento” (WEIL, 2001, p. 44).

E mesmo as pessoas do lugar que foram empregadas pela empresa acabam por ser desenraizadas, pois “embora permaneçam geograficamente no mesmo lugar, foram moralmente desenraizadas [...] readmitidos [...] a título de carne de trabalho” (WEIL, 2001, p. 45), ou seja, com o passar do tempo vão acabar perdendo seu vínculo afetivo com o campo, por não ser mais como era, por não representar mais a liberdade e pelo enfraquecimento de

suas raízes. Aquele espaço já não lhe diz respeito, pois os traços da tradição foram transformados.

Já para Halbwachs se “os membros de um grupo estão dispersos” e o lugar onde vivem não lembra em nada o que deixaram, considerando que esse grupo leva a marca desse lugar e vice-versa, e essa relação for abalada por sofrer uma influência externa, as mudanças ocorrerão, o lugar não será mais o mesmo, assim como o grupo (HALBWACHS, 2004, p. 139-140).

E é por isso que o desenraizamento é tratado por Weil como uma doença, uma doença que aos poucos vai desintegrando as relações sociais e afetivas e modificando a forma como o ser humano se situa no mundo.

Isso é o que pode estar a ocorrer com os habitantes do Pampa rio-grandense em face das plantações de eucalipto. Acredito que isso será mais perceptível com o tempo; no momento há uma indecisão, uma imprecisão, uma falta de estabilidade; esse parece ser um período de transição sobre o qual versa Halbwachs (HALBWACHS, p. 131).

Para que possa apresentar conclusões mais objetivas tanto sobre a identidade como sobre o enraizamento é necessário o decorrer de mais tempo. Acredito que este seja um trabalho de alerta para o que está acontecendo. A possibilidade de reversão ainda existe. Os danos ainda são controláveis, tanto no caso ambiental como sócio-ambiental.

Posso dizer que o gaúcho que ainda vive no campo, apresenta traços identitários comuns e que se encontra inserido no processo de tradução das identidades, guarda vínculos mais fortes com o gaúcho de origem.

Já o gaúcho dos CTG's talvez possa ser considerado um caso de identidade traduzida, ele já não mais tem relação com o campo, mas busca, na tradição, os elementos que fazem esse vínculo. A identificação, recorrendo a Pesavento, pode se dar através da imposição de uma situação e também pode ser um processo de escolha (PESAVENTO, 1998, p. 20). É um

sujeito híbrido, vive nas áreas urbanas ou em áreas rurais de outros estados e até países, incorporou os hábitos locais, mas procura manter o vínculo com o campo através do culto às tradições.

A literatura e o discurso oficial contribuíram de forma definitiva para a construção e manutenção dessa figura mítica; através do tempo e do espaço ela foi constantemente reposta, ressignificada e positivada. Assim, a tradição gaúcha se manteve ancorada no mito e propagada pelos centros de tradição espalhados pelo Brasil e pelo mundo. Por ser uma construção mítica, o gaúcho tem essa característica de permanência.

Porém, o gaúcho do campo, aquele que não precisou recorrer ao mito para se manter, pode hoje, mais do que antes das papeleiras, estar em vias de desaparecimento ou de transfiguração tal como a transformação da paisagem. Pois o seu meio, o seu modo de viver e de se situar no mundo está se modificando rapidamente. Consequentemente, o seu processo de identificação sofrerá modificações, que talvez o levem à tradução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação teve como objetivo investigar como as transformações ocorridas a partir da introdução de monoculturas de árvores exóticas na paisagem do Pampa rio-grandense agem sobre o modo de ser do gaúcho, sobre a constituição de suas identidades.

No primeiro capítulo pude concluir que a paisagem não existe por si só, mas na sua interação com o homem e a partir do seu olhar, portanto uma construção cultural e que apresenta elementos de várias épocas, que em conjunto contribuem para o processo de identificação. Portanto alterações na paisagem podem causar alterações no processo de identificação.

Concluí também que a paisagem do Pampa com suas especificidades socioambientais e culturais é portadora de significados que lhe conferem um caráter singular, se constituindo assim em um bem que deva ser valorado e salvaguardado para as gerações futuras.

Foi preciso então apreender de que forma se deu essa relação no Pampa rio-grandense e a partir daí compreender o significado da paisagem para o gaúcho, assim como as consequências da sua rápida transformação frente às monoculturas de eucaliptos.

Para tanto busquei na literatura regionalista aliada à historiografia os elementos que ao longo do tempo ajudaram a fortalecer essa relação. A literatura foi considerada como fonte privilegiada, pois representou uma possibilidade de interpretação do real.

No terceiro capítulo ao cruzar as fontes literárias e históricas pude constatar que o processo de formação da identidade do gaúcho tem profunda relação com a paisagem de campos a perder de vista. Pois essa paisagem tanto foi transformada pela cultura do gaúcho como contribuiu para essa cultura. Como “a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que

nos pertence” (SANTOS, 1999, p. 8), a paisagem de campos ajudou no processo de identificação do gaúcho.

Constatada a importância da paisagem de campos para a constituição da identidade do gaúcho, apresentei no quarto capítulo uma discussão sobre a inclusão das paisagens nas políticas de salvaguarda do patrimônio, já que a paisagem do pampa é representativa do modo de ser do gaúcho e, portanto deve ser salvaguardada.

Na segunda parte do quarto capítulo fiz um pequeno histórico de como se desenvolveu a silvicultura no Brasil e como se deu o processo de implantação das monoculturas de eucaliptos no Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente, na região sul do Estado.

O processo foi bastante conturbado, onde o governo do Estado, com vistas a uma alternativa ao desenvolvimento econômico da região, assim como os órgãos ambientais foram facilitadores da expansão das madeiras nessa região, que devido a sua divisão territorial em grandes latifúndios e aos menores investimentos estatais é historicamente considerada a mais pobre do estado.

Houve duras críticas à forma como se deu a expansão das madeiras, primeiramente por não terem sido exigidos estudos de impactos ambientais, já que se constituía em um empreendimento de grande extensão, localizado especificamente na área de abrangência do Bioma Pampa, caracterizado pela predominância das formações campestres. A realização do Zoneamento Ambiental para a atividade da silvicultura (ZAS), exigência da legislação ambiental brasileira, também sofreu críticas, pois beneficiou a implantação do empreendimento, sendo que as áreas onde o plantio já havia sido feito não houve reversibilidade, pois o ZAS não teve caráter retroativo.

Em seguida apresentei, com base em estudos já realizados em outras áreas de plantio de monoculturas de eucaliptos, os possíveis impactos ao meio socioambiental. A introdução de uma monocultura já é impactante, considerando que são grandes áreas de um mesmo

cultivo, servindo a um mesmo fim, porém a introdução de uma monocultura de árvores exóticas em um meio constituído quase que exclusivamente de campos, apesar dos poucos estudos a respeito na região, pode causar um impacto ainda maior.

Pude constatar que os impactos ao meio ambiente são vários, entre eles a supressão de espécies animais e vegetais, como por exemplo, as aves; o aumento de algumas espécies de mamíferos, por terem mais locais para se abrigar, o que pode causar um desequilíbrio ambiental. Aumento da população de javalis, espécie exótica, oriunda de áreas florestais, que foi introduzida pelo Uruguai (onde também é exótica) chegando até o Pampa rio-grandense.

Além dos impactos ao ambiente natural, verifiquei também o descaso com o ambiente construído, onde destaco as construções antigas existentes dentro das fazendas da empresa papelreira, que estão abandonadas, aguardando a decisão por parte do IPHAN do que será feito com esses bens.

O êxodo rural também é característico deste tipo de monocultura, pois a silvicultura possui uma exigência de mão de obra especializada e sazonal, além de substituir a atividade que ali existia.

Ao constatar que os elementos que constituem a paisagem do Pampa correm risco de desaparecer ou serem substituídos, procurei identificar o gaúcho e como ele age frente a essa situação, já que a modificação na paisagem implica em possíveis transformações na forma como se situa no mundo.

Assim, no quinto capítulo, através do trabalho de campo, da análise das imagens e dos relatos orais da população local, pude notar que esses elementos identificados no quarto capítulo, são recorrentes nos relatos.

Nessas recorrências pude verificar que para o gaúcho, representado pelos padrões dos CTG's, que vive nas áreas urbanas, essa transformação não é sentida da mesma maneira, o

que interpretei como sendo resultado de uma falta dessa ligação com o campo. Para eles a tradição cultuada dentro dos CTG's é forte o suficiente para resistir às mudanças da paisagem.

Assim o gaúcho dos CTG's, apesar de muitas vezes ser definido como estereótipo, considero um tipo de tradução, pois ele não mais tem relação com o campo, mas busca, na tradição, os elementos que fazem esse vínculo. Como a identificação, recorrendo a Pesavento, pode se dar através da imposição de uma situação, mas também pode ser um processo de escolha (PESAVENTO, 1998, p. 20), os participantes escolhem participar, se aproximando do modo de ser do gaúcho do campo.

É um sujeito híbrido, vive nas áreas urbanas ou em áreas rurais de outros estados e até países, incorporou os hábitos locais, mas procura manter o vínculo com o campo através do culto às tradições.

Já o gaúcho que vive da lida com o gado sente profundamente a transformação da paisagem de campos em florestas. Nos relatos aparece a preocupação com essa situação que se traduz, primeiro em certa resistência, depois revolta e por fim conformação com a situação estabelecida, por não ter como lutar.

A partir dessa análise posso concluir que o gaúcho que ainda vive no campo, apresenta traços identitários comuns, guarda mais vínculos com o gaúcho de origem (mítico) e a transformação do seu meio parece ameaçar a sua permanência no campo e, conseqüentemente a manutenção de alguns hábitos ligados à lida campeira.

De acordo com os relatos pude constatar que o habitante dessa parte dos pampas rio-grandenses passa por um período de incertezas, sobre o que vai acontecer com o meio em que vive. A transformação da paisagem já parece ter afetado o modo como se situa no mundo, pois ele prefere muitas vezes não olhar, para não lembrar que isso está ocorrendo, e isso o obriga a mudar o seu itinerário. Ele quer manter a lembrança que tem da paisagem como era antes das papeleiras.

Na segunda parte do quinto capítulo discuti a possibilidade do desenraizamento, já que ao ver seu mundo se transformar, ao ver suas possibilidades de permanecer no campo sendo extintas, não vê alternativa senão deixar o campo ou trabalhar para as papelerias, o que também é pouco provável, pois a atividade exige mão de obra especializada.

Pude verificar que a permanência no campo nessa região do Estado já estava difícil devido à crise da pecuária, com a chegada das papelerias essa situação se agravou e é por isso a possibilidade do desenraizamento.

Considerando que o enraizamento pressupõe a participação real, ativa e natural do indivíduo no grupo, mas que os referenciais do passado não são recebidos e aceitos de forma passiva, mas sim são ressignificados e adaptados ao presente com vistas ao futuro (WEIL, 2001), o desenraizamento é pensado como possibilidade, no caso do gaúcho do campo, pois há uma desestabilização a partir do indivíduo, que está a par do que está acontecendo, mas perde o vínculo com o grupo, por perder o meio em que vive.

Ao que tudo indica, se a expansão das monoculturas continuar aos moldes de outros países e até de outros estados brasileiros, haverá sim, o desenraizamento, causado pela expulsão do homem do campo e pela substituição dos elementos que fazem parte do seu cotidiano e que dão sentido à sua vida no campo. Com o tempo os vínculos afetivos que tinham a paisagem de campos como pouso, serão aos poucos esquecidos. E já que a identidade tem a ver com pertencimento, o gaúcho que já não sente mais pertencer àquele lugar, não mais se identificará com ele.

Talvez não nessa geração, mas nas seguintes, essa imagem do Pampa, das coxilhas a perder de vista seja só uma lembrança dos mais velhos, seja só uma imagem retratada em alguma pintura ou fotografia e cantada em verso e prosa.

Estou escrevendo no futuro porque acredito não ser possível, neste momento concluir essa questão. O que muda ainda não é perceptível. Posso dizer com base no conceito de

tradução que o gaúcho do campo pode estar nesse processo, que mesmo que seu meio seja transformado ele mantenha traços da sua identidade que o vinculavam ao campo, como o gaúcho que vive nas áreas urbanas das cidades rio-grandenses ou até mesmo fora do RS, que busca nos CTG's esse vínculo com o gaúcho da origem.

Porém o homem (ou mulher) do campo pode hoje, mais do que antes das papeleiras, estar em vias de desaparecimento ou de transfiguração tal como a paisagem dos campos, pois o seu meio, o seu modo de viver e de se situar no mundo está se modificando rapidamente. Conseqüentemente, o seu processo de identificação sofrerá modificações, que podem levá-lo à tradução.

No decorrer desta pesquisa pude também constatar que existem vários gaúchos, que possuem como referência o gaúcho mítico que se manteve através da literatura, da música e da poesia, o gaúcho que foi apropriado por uma oligarquia campeira para legitimar seu domínio sobre um território, e por algum tempo sua hegemonia política.

Há o gaúcho habitante do estado do Rio Grande do Sul, que apesar de não ter ligação com os CTG's ou com o campo, assumiu essa identidade construída e positivada através da historiografia e da literatura. Como diz Vitor Ramil em seu relato “o gaúcho, o pampa, essas imagens... Elas *tão* encravadas na gente, acho que o *punk* lá do Bomfim (refere-se à Porto Alegre), cheio de *tacha* na cara que nunca subiu num cavalo, nunca viu o campo de perto... Isso *tá* nele também, isso faz parte da formação dele, queira ele ou não...” (RAMIL, 2009).

Há também o gaúcho, muitas vezes visto como estereótipo, dos Centros de Tradições Gaúchas, que tenta congelar a tradição e vê nisso uma forma de se vincular também a esse gaúcho mítico.

Mas há o gaúcho que habita esta parte do Estado sulino, que tropeia, doma, alambra, sempre acompanhado de seu cavalo, que se adaptou ao meio e dele fez seu lugar por excelência. Que é o gaúcho que sente ao ver o Pampa sendo transformado em floresta,

primeiramente uma profunda tristeza, uma revolta calada e uma conformação com essa situação, por não ter como lutar.

Não compartilho da idéia de que a identidade do gaúcho é imutável, é única, até porque isso não é possível no momento que vivemos. E com base nisto acredito a partir de Stuart Hall, Nestor Garcia Canclini e Homi Bhaba (2006; 2000; 1998), que o gaúcho é antes de tudo um sujeito que pertence a uma cultura híbrida, desde sua formação, onde as figuras do índio, do português, do espanhol e após italianos, alemães e outros europeus, constituíram este sujeito. Considerando que o conceito de hibridismo pode incluir o de tradução. É o gaúcho um sujeito traduzido, que se adaptou ao que a natureza lhe ofereceu e conseguiu resistir até os dias atuais.

O gaúcho como construção identitária não irá desaparecer, mas o gaúcho, homem do campo que traz na alma esse profundo apego à paisagem de campos, esse sim, esse está desaparecendo e levando consigo uma forma de viver muito específica dessa região.

Quando vejo que chegamos ao terceiro milênio, com previsões extremamente pessimistas sobre o futuro do planeta e vejo que as especificidades locais são deixadas de lado em nome do crescimento a qualquer custo. Quando aumentam de forma rápida as plantações de monoculturas para extração de celulose em nome do aumento do consumo de papel, posso me perguntar: é isso que queremos? É dessa forma que a região sul do estado irá crescer e se desenvolver?

Acredito que devemos revisar o conceito de desenvolvimento sustentável. Arrancar as árvores da Amazônia para criar gado, destruindo o modo de viver dos índios que lá habitam e plantar árvores no Pampa, destruindo o modo de viver do gaúcho é a solução para os problemas socioambientais?

Como diz Luiz Antônio de Assis Brasil devemos “longe de assumir uma atitude maniqueísta, ter olhos para ver que somos seres do milênio terceiro, mas que são as origens que nos dão forma e substância” (ASSIS BRASIL, 2004, p. 36).

Talvez o Estado do Rio Grande do Sul não precisasse de um novo modelo econômico, de uma nova alternativa de desenvolvimento, como pregam os defensores das papeleiras, nem acredito num retrocesso, como voltar ao modelo antigo dos grandes latifúndios de criação de gado. Mas sim, devesse ter se voltado para o campo, para conhecendo a forma como o gaúcho se relaciona com a natureza, incentivar a recuperação desse modo de vida e criar alternativas para mantê-lo no campo.

Respeitar as especificidades culturais e ambientais de cada local seria o primeiro passo para o tão falado e tão pouco praticado crescimento sustentável.

REFERÊNCIAS E FONTES

ABRAF - Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas. Disponível em: <http://www.abraflor.org.br/>. Acesso em 23/06/2009.

ABREU, Guilherme de Andrade. **Os impactos ambientais da expansão das monoculturas de árvores exóticas e a sustentabilidade de comunidades rurais do Rio Grande do Sul, Brasil.** Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.defesabiogaucha.org/textos/texto17.pdf>. Acesso em: 10/05/2007.

AGEFLOR. **Histórico do eucalipto.** Disponível em: <http://www.ageflor.com.br/eucalipto.php>. Acesso em 10/05/2008.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **História: A arte de inventar o passado.** Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ASSIS BRASIL, Luiz Antônio de. Entre a universalidade e o particular: a literatura ante as identidades regionais. In: BORDINI, Maria da Glória & Schüler, Fernando Luis (Orgs.). **Cultura e identidade regional.** Coleção memória das letras. Porto alegre: EDIPUC, 2004.

ANESI, Sidinei Antonio. **O “Nó” do Eucalipto:** A sustentabilidade da silvicultura na Metade Sul. Anais I Seminário de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul: o Eucalipto e o Ciclo Hidrológico, Taubaté, Brasil, 07-09 novembro 2007, IPABHI, p. 351-358.

AZEVEDO, Vivianne M. de. **Literatura e história: uma questão narrativa.** Disponível em: www.portfolium.com.br/artigo-viviane1.html. Acesso em 02/08/2007.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi, tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENCKE, Glayson Ariel. **Monoculturas podem decretar o fim do pampa.** Cadernos IHU em formação. Ano 4 – nº. 27 – 2008 ISSN 1807-7862.

BENTO, Cláudio Moreira. **Pedro Osório e Cerrito:** antecedentes históricos. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/posorio.htm>. Acesso em 06/01/2010.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos para uma geografia cultural. IN: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

Bhabha, Homi K. **O local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1986.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. Edição 2. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: OLIVEIRA, Carlos Josaphat Pinto de. *Et all. Utopia urgente: escritos em homenagem a Frei Carlos Josaphat nos seus 80 anos*. Madrid: Editora Universidad Pontificia de Comillas de Madrid, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomáz. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **As regras da arte**. Tradução Maria Lúcia Machado. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRACK, Paulo. **As monoculturas arbóreas e a biodiversidade**. Maio de 2007. Disponível em: <www.inga.org.br>. Acesso em 10/05/2007.

BRUM NETO, Helena & BEZZI, Meri Lourdes. **Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha**. Revista Sociedade & Natureza (*Online*). vol.20, no.2, Uberlândia, Dec. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n2/a09v20n2.pdf>>. Acesso em 10/04/2008.

BRUNEL, Pierre (org.). **Dicionário de mitos literários**. Tradução Carlos Sussekind [et al.]. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion & MAUAD, Ana Maria. História e imagem: Os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da**

História: Ensaios de teoria e metodologia. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, págs. 401-417.

CARPEAUX, Otto Maria. Érico Veríssimo e o público. In: CHAVES, Flavio Loureiro. **O contador de Histórias:** 40 anos de vida literária de Érico Veríssimo. Porto Alegre: Editora Globo, 1972, p. 35 – 39. Disponível em <<http://www.e-papers.com.br/ecopos/eco91.asp>>. Acesso em 3/07/2008.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** 2 ed. Vol. II. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Coletânea “A era da informação: economia, sociedade e cultura”. Vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CÉSPEDES PAYRET, Carlos. **Dinámica de la materia orgánica y de algunos parámetros fisicoquímicos en molisoles, en la conversión de una pradera a cultivo forestal en la región de Ciedras Coloradas-Algorta (Uruguay).** Tese de Doutorado defendida no Instituto Nacional Politécnico de Toulouse, França, 2007. Disponível em: <http://ethesis.inp-toulouse.fr/archive/00000680/>. Acesso em 25/09/2009.

CHARTIER. Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1990.

CHAVES, Flávio Loureiro. **Matéria e Invenção: ensaios de literatura.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

CHELOTTI, Marcelo C. e PESSOA, Vera L. **(Re)visitando a Geografia Agrária de Raymond Pébayle:** interpretações sobre o espaço agrário gaúcho. Disponível em <www.campoterritorio.ig.ufu.br/include/getdoc.php>. Acesso em 28.09.2007.

CHOMENKO, L. **Implantação de monoculturas:** O desenvolvimento na metade sul do Rio Grande do Sul, Brasil. Ecoagência, 2006.

CIANNELLA, Leonardo Cury Maroun. **A Importância da Fotografia para a Preservação da Memória.** Monografia de Conclusão do curso de Bacharelado em Museologia na UNIRIO, 2006.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

COSGROVE, Dennis. A geografia está em toda a parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CURTY, Marlene; CRUZ, Anamaria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis. **Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses (NBR 14724/2002)**. 1ª Reimpressão. Dental Press Editora, 2003.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DEVELEY, Pedro Ferreira (Coordenador). **Conservação das aves do pampa II – estratégias de ação**. In: Congresso Brasileiro de Ornitologia [Programação e resumos] / 15. Congresso Brasileiro de Ornitologia; org. Carla Suertegaray Fontana, Porto Alegre: PUCRS, 2007. 250 p. Edipuc/RS. Disponível em <http://www.ararajuba.org.br/sbo/cbo/res_xv_cbo.pdf>. Acesso em 16/12/2008.

DINIZ, Carlos F. S., **João Simões Lopes Neto: Uma biografia**. Editora AGE Ltda, 2003.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. Coleção Debates. 6 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

FAGUNDES, Antônio Augusto. E o gaúcho, morreu? In: GONZAGA, Sérgio; FISCHER, Luis Augusto. **Nós os Gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS, 1992, pág. 95-98.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1ª edição, 15ª impressão, 1975.

FERREIRA, Maria Leticia M. **Os três apitos: memória pública e memória coletiva**, Fábrica Rheingantz, Rio Grande: RS, 1950-1970. Tese de doutoramento no PPGH, PUC-RS, 2002.

FIORAVANTI, Carlos. **Aves as Pampas: Green Beef aproxima interesses de pecuaristas e biólogos no Sul**. Revista. 2009. Disponível em: <http://www.pastizalesdelconosur.org/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=33&lang=es>. Acesso em 10/07/2009.

FROCHTENGARTEN, Fernando. **Memória e Colonização em Carlos Drummond de Andrade**. Revista Paisagem e Sociedade; 16(3): 97-101; set-dez/2004.

GALEANO, Eduardo. **Mudos**. In: *Biodiversidad en América Latina y El Caribe*, 2006. Disponível em: <<http://www.biodiversidadla.org/content/view/full/23079>>. Acesso em 31/07/2008.

GRANDO, João Werner. **A peleja do eucalipto**: Nos pampas gaúchos, o duelo entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de Jornalismo Centro de Comunicação e Expressão Universidade Federal de Santa Catarina, setembro de 2007.

GUASSELLI, Laurindo Antônio & SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Albert & SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Rio Grande do Sul**: Paisagens e Territórios em Transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 27– 38.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: Tomaz Tadeu da Silva (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z. & CORRÊA, L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p.169-190.

_____. Territorialidades gaúchas. In: VERDUM, Roberto, BASSO, Luis Alberto & SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Rio Grande do Sul**: Paisagens em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____ & SANTA BÁRBARA, Marcelo de Jesus. **Identidade e migração em áreas transfronteiriças**. Ano III - nº 5 - jul-dez 2001. Publicação *on-line* em dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_05/rogerio5.pdf>. Acesso em 20/07/2008.

_____. **Identidade e migração em áreas transfronteiriças**. Revista Geographia, ANO III - Nº 5 - JUL-DEZ 2001 - Publicação *on-line* em dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_0>. Acesso em 03/07/2008.

_____. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade.** Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: <www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em 20/03/2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

HASENACK, Heinrich. Campos Gaúchos estão ameaçados. **Jornal da Universidade.** Porto Alegre: UFRGs, Janeiro/Fevereiro de 2007, pág. 5.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Aspectos culturais da construção da regionalidade gaúcha. In: **Rio Grande do Sul: Paisagens e Territórios em Transformação.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 215– 232.

HOBSBAWM, Eric, & RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IGLESIAS, Trabado G., & WILSTERMANN, D. *Eucalyptus universalis.* Global cultivated eucalypt forests map 2008. Version 1.0.1. In: GIT Forestry Consulting's EUCALYPTOLOGICS. (2008) Retrieved from <www.git-forestry.com>. [March 29th 2009].

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

LANNA, Eduardo. **O bioma pampa em risco?** A plantação de pínus e eucaliptos. Entrevista concedida à Revista do Instituto Humanitas, UNISINOS, nº. 247, 10/12/2007. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=867&id_edicao=275>. Acesso em 02/10/2008.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

LEÃO, Regina Machado. **A floresta e o homem.** São Paulo: EDUSP, 2000.

LEENHARDT, Jacques. Fronteiras, fronteiras culturais e globalização. In: MARTINS, Maria Helena. **Fronteiras culturais: Brasil, Argentina e Uruguai.** Porto Alegre: Atelier Editorial, 2002, pág. 28-34.

LESSA, Barbosa. **Nativismo**: Um fenômeno social gaúcho. Porto Alegre: LP&M editores Ltda, 1985.

LIMA, Walter de Paula. **Impacto ambiental do eucalipto**. 2 ed. São Paulo: Edusp 1996.

LIMA, Gilson. Ser gaúcho em tempos de globalização. **Revista IHU On Line**, Ano 2, Nº 35, 16 de setembro de 2002. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1161371240.42pdf>>. Acesso em 20/02/2007.

LUTZENBERGER, José A. Palestra proferida por no **IV FIA - Fórum Internacional de Administração** (Transcrição de gravação). Miami: Outubro de 1995. Disponível em: <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-miami.html>>. Acesso em 20/04/2009.

MACIEL, Maria Eunice. Marcas. In: GONZAGA, Sérgio; FISCHER, Luis Augusto & BISSÓN, Carlos Augusto. **Nós os Gaúchos**, vol. 2. Porto Alegre: UFRGS 1994, p. 178-182.

_____. Pelos caminhos do gauchismo. **Revista IHU On Line**, 2006.

Disponível em:

<http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=49>. Acesso em 20/04/2009.

MACHADO, Juremir, O Reino da Distinção. In: GONZAGA, Sérgio; FISCHER, Luis Augusto & BISSÓN, Carlos Augusto. **Nós os Gaúchos**, vol. 2. Porto Alegre: UFRGS 1994, p. 114-118.

MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguai**: A construção da cidade de Jaguarão. Tese de doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação da Escola Técnica Superior em Arquitetura da Universidade Politécnica da Catalunha. Barcelona: 2001. Disponível em: <<http://www.tesisenxarxa.net/>>. Acesso em 21/10/2009.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Patrimônio cultural: um aspecto negligenciado nos estudos de impacto ambiental. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 2153, 24 maio 2009. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12832>>. Acesso em: 19/09/2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**. Conservation International do Brasil, Fundação SOS Mata Atlântica, Fundação Biodiversitas, Instituto de Pesquisas Ecológicas, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, SEMAD/Instituto Estadual de Florestas-MG. Brasília: MMA/SBF, 2000. 40p.

MEIHY, José Carlos Sebe B. & HOLANDA, Fabíola. **História Oral: Como fazer como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

OLIVEN, Ruben G. **Em busca do tempo perdido: o movimento tradicionalista gaúcho**. 1990.

Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_15/rbcs15_03.htm. acesso em 25/06/2007.

_____. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 3, n°9, 1989.

_____. Gaúcho é brasileiro por opção. **Revista IHU On-line**. Ano 3, n°. 75, 2003. Disponível em: http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?id_edicao=75. Acesso 22/08/2007.

_____. **A parte e o todo: A diversidade cultural no Brasil nação**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

OLIVEIRA, Gilca Garcia de; OLIVEIRA, Karina lima; ARAÚJO, Leandro Guimarães. **Reconfiguração da estrutura fundiária no extremo Sul da Bahia após intensificação da atividade Silvícola**. In: XLV CONGRESSO DA SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Londrina, 22 a 25 de julho de 2007.

PERSICHETTI, Simonetta & TRIGO, Thales. **Luiz Carlos Felizardo**. Porto Alegre: SENAC, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 7ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

_____. Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: LEENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

_____. Fronteiras e intertextualidade em “O continente”, de Érico Veríssimo. In: CHIAPPINI, Ligia, MARTINS, Maria H. & PESAVENTO, Sandra. **Pampa e cultura: de Fierro a Neto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Instituto Estadual do Livro, 2004.

_____. História & literatura: uma *velha-nova* história. **Revista Nuevo Mundo Mundos Nuevos**/On line. Debates, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>>. Acesso em 10/08/2007.

_____. **A representação ficcional do rio grande do sul na obra de Cyro Martins**. Disponível em: <http://www.celpcyro.org.br/v4/Fronteiras_Culturais/represFiccional_RS.htm>. Acesso em 21/03/2008.

_____. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.

PICOLI, Luciana Raquel & SCHNADELBACH, Carla Villanova. **O Pampa em disputa: A biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores**. Disponível em <www.natbrasil.org.br>. Acesso 23.07.2007.

POLLAK, Michel. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. Tradução Luis Alberto Monjardim et all. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1998 p.106-130.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO S. J., Balduino. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul**. Caderno Nº. 31 - Série Documentos Históricos. Organização: Faculdade de Filosofia Universidade do Rio Grande do Sul Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. 2005.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/CPEDOC, 2007.

ROCCA, Pablo. Encruzilhadas e fronteiras da gauchesca. In: In: MARTINS, Maria Helena. **Fronteiras culturais: Brasil, Argentina e Uruguai**. Porto Alegre: Atelier Editorial, 2002, pág. 73-92.

RODRIGUEZ, Gonzálo (produtor). **Ana Paula**: vídeo institucional. Produção: Ludo Produtora Multimídia, Uruguai: 2006. 1 DVD.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Elementos funcionais/ornamentais & ideologia, nas composições de fachadas do ecletismo da fronteira Meridional do Brasil: 1870-1931.** In: Anais do 18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Transversalidades nas Artes Visuais. Salvador, Bahia: 21 a 26/09/2009, p. 2895-2907.

SANTOS, Claudia Santana & SILVA, José Luís Caetano da. **Os impactos do plantio de eucalipto e da produção de celulose em comunidades tradicionais no extremo sul baiano.** Sem data. Disponível em: <http://dgta.fca.unesp.br/docentes/stella/200802/epf/Impactos_jose_caetano.pdf>. Acesso em: 11/05/2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo; Razão e Emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo; Razão e Emoção.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal.** São Paulo: Editora Record, 2000.

_____. O dinheiro e o território. **Revista GEOgraphia**, Ano. 1, Nº. 1, 1999.

_____. **O papel ativo da geografia: Um manifesto.** XII Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis, Julho de 2000.

_____. **Pensando o espaço do homem.** 5 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória.** Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da & FILHO, Manuel Ferreira Lima. **Por uma antropologia do objeto documental: entre a “a alma nas coisas” e a coisificação do objeto.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan/jun 2005.

SILVEIRA, Verli Fátima Petri da. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário:** da representação do mito em *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, à desmistificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins. Tese apresentada ao curso de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

SPALDING, Walter. **Gênese do Brasil - Sul.** Livraria Sulina. Porto Alegre-RS, 1953.

VERÍSSIMO, Érico. Um romancista apresenta sua terra. In: Gonzaga, Sérgio; Fischer, Luis Augusto & Bissón, Carlos Augusto. **Nós os Gaúchos**, vol. 2. Porto Alegre: UFRGS, 1994, 242-251.

VITAL, Marcos H. F. Impacto Ambiental de Florestas de Eucalipto. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, V. 14, N. 28, P. 235-276, dez. 2007, p. 235-276.

VOGT, Carlos. Memória e linguagem. Entrevista concedida a revista **Com Ciência**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/01.shtml>>. Acesso em 2/04/2007.

WEIL, Simone. **O enraizamento.** Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

WOODWARD, Katherine. **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* se. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZANIRATO, Silvia Helena. A fotografia de imprensa: modos de ler. In: PELEGRINI, Sandra & ZANIRATO, Silvia Helena. **Dimensões da imagem.** Maringá: EDUEM, 2005, p. 15-37.

_____ & RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História.** vol.26 n°. 51. São Paulo: Jan./Jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000100012&script=sci_arttext>. Acesso em 11/04/2008.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura.** 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

ZUANETTI, Rose; REAL, Elizabeth & MARTINS, Nelson (orgs). **Fotógrafo o olhar, a técnica e o trabalho.** SENAC, 2004.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Revisão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: Fase VI/2008.** Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_fase_vi_06_estados_rs.asp>. Acesso em 04/06/2009.

_____. **Lei 5106 de 2 de setembro de 1966.** Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.

_____. **Lei 6938/81.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus Fins e Mecanismos de Formulação e Aplicação.

_____. **Decreto nº. 4.297,** de 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE.

_____. **Proposta de emenda à constituição nº. 237, de 2008.** Modifica o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, incluindo o Pampa na lista dos biomas considerados patrimônio nacional.

_____. **Lei Federal nº. 4.771 de 1965.** Alterada pelas Leis Federais nºs. 7.803/1989 e 7.875 de 13/11/1989. Institui o Código Florestal.

_____. **Decreto Federal de 12 de dezembro de 2007.** Institui o dia 17 de dezembro o dia do Bioma Pampa. DOU Nº. 239, 13 de dezembro de 2007, pág. 8. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?data=13/12/2007&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=160>>. Acesso em 22/03/2008.

_____. **Portaria nº. 127, de 30 de abril de 2009.** Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº. 237,** de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre o licenciamento ambiental.

CONSEMA, Conselho Estadual do Meio Ambiente. **Resolução CONSEMA nº. 187/08.** Aprova o Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no Estado do Rio Grande do Sul.

_____, Conselho Estadual do Meio Ambiente. **Resolução CONSEMA nº. 084/2004**, de 17 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades constantes de Sistemas Integrados de Produção.

ICOMOS. **Carta de Bagé**. Dispõe sobre as paisagens culturais. 18 de agosto de 2007. Disponível em < http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_PaisagemCultural.pdf>. Acesso em 23/02/2009.

RECOMENDAÇÃO Nº R (95) 9. Sobre a **conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas de 11 de setembro de 1995**, Europa. Disponível em: <http://www.unisc.br/universidade/estrutura_administrativa/nucleos/npu/npu_patrimonio/legislacao/internacional/patr_cultural/recomendacoes/num_95_9.pdf>. Acesso em 3/07/2008.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei 11.520/2000**. Institui o Código Estadual do meio ambiente do Rio Grande do Sul.

_____. **Constituição Estadual do Rio Grande do Sul**. Texto constitucional de 3 de outubro de 1989 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de nº. 1, de 1991, a 57, de 2008.

_____. **Projeto de lei nº 88/2007**. Altera dispositivos da Lei nº 11.520, de 03 de agosto de 2000, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

_____. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. **Termo de compromisso de ajustamento de conduta entre a FEPAM e a Secretaria de Estado do meio ambiente do Rio Grande do Sul (TAC)**. 12 de maio de 2006.

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE; FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL; FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA. **Zoneamento ambiental para atividade de silvicultura**. Vol. 1. Porto Alegre, janeiro de 2007.

UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. Paris, 16 de novembro de 1972. Disponível em: <http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_docs.php>. Acesso em 15/03/2007.

FONTES DOCUMENTAIS

MTG. **Diretrizes para pilcha gaúcha**. Julho de 2005. Disponível em: <www.mtg.org.br>. Acesso em 10/04/2008.

ECOLOGIA/UFRGS. **Relatório bioma pampa**. Disponível em <http://www.ecologia.ufrgs.br/labgeo/downloads/bioma_pampa/>. Acesso em 06/04/2008.

GRUPO DE TRABALHO DO BIOMA PAMPA. **Manifestação da equipe técnica do IBAMA**: sobre o zoneamento ambiental para a atividade da silvicultura no Rio Grande do Sul aprovado pelo CONSEMA (RESOLUÇÃO nº 187/2008). Julho de 2007. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/wpcontent/files/MANIFESTA%C3%87%C3%83O%20DA%20EQUIPE%20T%C3%89CNICA%20DO%20IBAMA.pdf>>. Acesso em 22/02/2009.

TRATADO DE SANTO ILDEFONSO. Madrid, 1777. Disponível em <http://pt.wikisource.org/wiki/Primeiro_Tratado_de_Santo_Ildefonso_%28ortografia_atualizada%29#Art._4.C2.BA>. Acesso em 05/01/2010.

EIA-RIMA. Relatório de impacto ambiental, empreendimento florestal da Votorantim Celulose e Papel, 2008.

EIA-RIMA. Relatório de impacto ambiental, empreendimento florestal Derflin Agropecuária, 2007.

EIA-RIMA. Relatório de impactos sobre o meio ambiente, do Programa de expansão da Base Florestal da Aracruz Celulose no estado do Rio Grande do Sul – Bacia do Camaquã, 2007.

FONTES ESTATÍSTICAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Contagem populacional. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em 10/04/2008.

FONTES LITERÁRIAS

ALENCAR, José de. **O gaúcho**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1998.

LOPES NETO, Simões. Trezentas Onças. In: **Contos Gauchescos**. Porto Alegre: Editora Meridional, 2004.

MARTINS, Cyro. **Sem Rumo**. 2a. Ed. revista. Porto Alegre: Movimento, 1977.

_____. **Porteira Fechada**. Trecho retirado do site <http://www.celpcyro.org.br/v4/Fortuna_Critica/dramaHomensSemTerra.htm> 2008b. Acesso em 10/04/2009.

_____. **Estrada Nova**. Apresentação e notas de Flávio Aguiar. Ed. Comemorativa centenário de Cyro Martins. Porto Alegre: Território das Artes: CORAG, 2008.

PORTO ALEGRE, Apolinário. **Paisagens**. Estudo crítico: Regina Zilberman, estudo bibliográfico: Maria Eunice Moreira. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Minc/Pró Memória, 1987.

_____. **O Vaqueano**. Disponível em: <www.virtualbooks.com.br>. (Acesso 20/09/2007).

RAMIL, Vitor. **A estética do frio**: Conferência de Genebra. Porto Alegre: Satolep, 2004.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Tradução: Leoman de Azeredo Penna, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SÍNTESE BIBLIOGRÁFICA CYRO MARTINS. Disponível em: <http://www.celpcyro.org.br/v4/html/sintese_biobliografica.htm>. Acesso em 03/07/2009.

VERISSIMO, Érico. **O resto é silêncio**. 2 ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1966.

_____. **Música ao Longe**. 2 ed. 8ª impressão. Porto Alegre: Editora Globo, 1974.

_____. **O tempo e o vento: O continente 1.** 3 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **O tempo e o vento: O continente 2.** 3 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FONTES ORAIS/ENTREVISTAS

AGUILAR, José Manoel. Entrevista concedida em 12/01/2009 à Angélica Kohls Schwanz, na residência do entrevistado, município de Herval. Gravador digital. Tempo de duração: 49 minutos e 56 segundos.

AMARAL, Lisandro. Entrevista concedida em 04/01/2010 à Angélica Kohls Schwanz, na residência de Lisandro Amaral, localidade Joca Tavares (Olhos D'água), Bagé - Rio Grande do Sul. Gravador digital. Tempo de duração: 1 hora e 57 minutos e 23 segundos.

BERTINETE, Vilmar Ceron (Padre), Entrevista concedida em março de 2007 à Mariciana Zorzi, na Igreja Matriz do município de Herval. Arquivo LEPPARQ/UFPel.

FARIAS, Maria Luisa Dutra (Lula). Entrevista concedida em 19/12/2009 à Angélica Kohls Schwanz, na residência da entrevistada, município de Pinheiro Machado – Rio Grande do Sul. Gravador digital. Tempo de duração: 1 hora e 22 minutos.

GOULART, José Antônio Silveira (Deusinho). Entrevista concedida em 29/11/2008 à Angélica Kohls Schwanz, na residência do entrevistado, Bairro Areal – Pelotas – Rio Grande do Sul. Gravador digital. Tempo de duração: 32 minutos.

HOLMES, Roberta Magalhães. Proposta de criação da Reserva da Biosfera do Pampa. Informação conhecida através de correspondência eletrônica. Em: 17/08/2009.

MATTOS, Eron Vaz. Entrevista concedida em 04/01/2010 à Angélica Kohls Schwanz, na residência de Lisandro Amaral, localidade Joca Tavares (Olhos D'água), Bagé - Rio Grande do Sul. Gravador digital. Tempo de duração: 1 hora e 57 minutos e 23 segundos.

MENDES, Pedro Peres. Entrevista concedida em 10/01/2009 à Angélica Kohls Schwanz, na propriedade do entrevistado, município de Arroio Grande – Rio Grande do Sul. Gravador digital. Tempo de duração: 1 hora e 11 minutos.

RAMIL, Vitor. Entrevista concedida em 10/12/2008 à Angélica Kohls Schwanz, na residência do entrevistado, Bairro Centro – Pelotas – Rio Grande do Sul. Gravador digital. Tempo de duração: 35 minutos e 58 segundos.

CARDOZO, José Silva da. Entrevista concedida em 04/01/2010 à Angélica Kohls Schwanz, na sede da Fazenda Santa Heloisa, município de Pedras Altas - Rio Grande do Sul. Gravador digital. Tempo de duração: 30 minutos e 40 segundos.

CARDOZO, Maria Ribeiro. Entrevista concedida em 04/01/2010 à Angélica Kohls Schwanz, na sede da Fazenda Santa Heloisa, município de Pedras Altas - Rio Grande do Sul. Gravador digital. Tempo de duração: 30 minutos e 40 segundos.

VIANNA, Cleber dos Santos (Gaudério). Entrevista concedida em 2/12/2008 à Angélica Kohls Schwanz, no seu estabelecimento comercial - Bairro Centro – Pelotas - Rio Grande do Sul. Gravador digital. Tempo de duração: 12 minutos e 57 segundos.

VIEIRA, Vanderci dos Santos. Entrevista concedida em 29/12/2009 à Angélica Kohls Schwanz, na sede da Associação Rural de Pelotas, Bairro Areal - Pelotas - Rio Grande do Sul. Gravador digital. Tempo de duração: 22 minutos e 50 segundos.

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

CASIRAGHI, Raquel. **Justiça freia avanço da monocultura de eucalipto no Pampa.** Agência Chasque, Reportagem, domingo, 26 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.agenciachasque.com.br/>. Acesso em 03/03/2009.

ECODEBATE. **Fábricas de celulose no rio Uruguai:** Argentina e Uruguai travam ‘batalha ecológica’ em tribunal internacional. Portal Eco Debate. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2009/09/17/fabricas-de-celulose-no-rio-uruguai-argentina-e-uruguai-travam-batalha-ecologica-em-tribunal-internacional/>. Acesso em: 17/09/ 2009.

ECODEBATE. **Cultivo de eucalipto destinado à produção de celulose avança e ameaça São Luiz do Paraitinga.** Portal Eco Debate. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2009/07/11/cultivo-de-eucalipto-destinado-a-producao-de-celulose-avanca-e-ameaca-sao-luiz-do-paraitinga/>. Acesso em: 17/09/ 2009.

ESTADÃO. **Pastos têm grande potencial para atenuar mudança climática.** 13 de janeiro de 2010. São Paulo, Planeta. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,pastos-tem-grande-potencial-para-atenuar-mudanca-climatica,495072,0.htm>. Acesso em: 13/01/2010.

SCHAFFER, Wigold B. Áreas prioritárias de conservação do bioma pampa sobem de cinco para mais de 50. Entrevista publicada em 2/11/2006. **Revista eletrônica Ambiente Brasil.** Disponível em: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/noticia/?id=27629>. Acesso em 21/02/2008.